

LARISSA GDYNIA LACERDA

Conflitos e Disputas Pela Mercantilização de Territórios Populares: o caso da favela do Vidigal, Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Júnior

Rio de Janeiro

2016

CIP - Catalogação na Publicação

L131c Lacerda, Larissa Gdynia
 Conflitos e disputas pela mercantilização de
 territórios populares: o caso da favela do Vidigal,
 Rio de Janeiro / Larissa Gdynia Lacerda. -- Rio de
 Janeiro, 2016.
 143 f.

 Orientador: Orlando Alves dos Santos Junior.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
 Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e
 Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós
 Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2016.

 1. Urbanização. 2. Neoliberalismo. 3. Favelas. 4.
 Empreendedorismo. I. Santos Junior, Orlando Alves
 dos, orient. II. Título.

LARISSA GDYNIA LACERDA

Conflitos e Disputas Pela Mercantilização de Territórios Populares: o caso da favela do Vidigal, Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Corrêa do Lago
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Rafael Soares Gonçalves
Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram no processo de construção desse trabalho. Foram incontáveis as conversas e acolhidas encontradas em tantas pessoas que passaram por mim nesse período, deixando um pouco desses encontros nesse processo que agora se materializa como dissertação.

Por isso, meu sincero agradecimento:

Aos funcionários/as, professores/as e colegas do IPPUR/UFRJ por me mostrarem que é possível uma universidade comprometida com a transformação da sociedade, sem deixar de lado o cuidado com a formação acadêmica de seus estudantes;

À Fundação Ford, que por meio da bolsa de pesquisa concedida a mim nesse período permitiu que esse trabalho fosse realizado da melhor forma possível;

Ao meu orientador, que é também meu amigo, Orlando Junior, pela dedicação e paciência na construção desse trabalho, mas também na minha recém-iniciada trajetória na universidade;

Às colegas do grupo de pesquisa no Observatório das Metrópoles pela parceria e aprendizado constante, especialmente à Patrícia, minha companheira no trabalho de campo;

Aos colegas do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio, por me mostrarem o Rio de Janeiro que pulsa pela construção de uma cidade mais justa;

Aos moradores/as do Vidigal por me receberem e compartilharem comigo um pouco de suas histórias, experiências e reflexões;

À minha família e ao meu companheiro, Victor, sem os quais nada disso seria possível. Obrigada pelo carinho, amor e paciência.

Ao meu pai, razão de tudo isso.

RESUMO

Sob a perspectiva da neoliberalização do Rio de Janeiro e seus diferentes impactos sobre o território, o presente trabalho se debruça sobre as transformações socioespaciais vividas pela favela do Vidigal, localizada na região mais valorizada da cidade. Busca-se fazer uma reflexão capaz de caracterizar os elementos dessa transformação e seus impactos sobre a conformação desse território e de sua população, sob a hipótese de que estaria em curso uma descaracterização da favela enquanto território popular, tanto em sua dimensão física quanto, notadamente, simbólica. O ponto de inflexão aqui estaria na instalação da Unidade de Polícia Pacificadora no Vidigal, em 2012, que tem garantido a segurança necessária para alavancar uma maior ofensiva do mercado formal. Partindo da matriz teórica que pensa a urbanização neoliberal a partir do 'neoliberalismo realmente existente', discute-se sobre os elementos dessa transformação em curso na favela, pensados a partir de suas próprias particularidades e em sua relação com as dinâmicas mais amplas que conformam a cidade. A análise permite afirmar que os processos de ressignificação da favela estão na base da mercantilização do seu território, no qual percebe-se esforços no sentido de empreender o Vidigal enquanto mercadoria e na difusão de valores pró-mercado entre sua população.

Palavras-chave: Urbanização neoliberal. Favela. Empreendedorismo. Direito à cidade.

ABSTRACT

Under the perspective of Rio de Janeiro's process of neoliberalization and its different impacts on the territory, this thesis focuses on the sociospatial transformations occurred in the Vidigal favela, located on the most valuable region of the city. It aims to make a reflection capable of characterizing the elements of this transformation and its impacts on the conformation of the territory and its population, discussing in which way a mischaracterization of the favela as a popular territory would be happening, not only in its physical dimension but also, notably, in a symbolic one. The inflexion point here would be in the installation of the Pacifying Police Unit in Vidigal, in 2012, which has guaranteed the necessary security to boost a major offensive from the formal market. Starting from the theoretical matrix which reflects on the neoliberal urbanization from the 'real existing neoliberalism', we discuss the elements of this transformation in course in the favela, thought from its own particularities and its relations to more wider dynamics that shape the city. The analysis allows us to say that the processes of redefining the favela are in the base of the mercantilization of its territory, in which we can see efforts in the sense of undertaking the Vidigal as a commodity and in the diffusion of pro-market values among its population.

Keywords: Neoliberal urbanization. Favela. Entrepreneurism. Right to the city.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 - Construção de ponte sobre o canal Jardim de Alah, que hoje separa os bairros de Ipanema e Leblon.....	21
Figura 2 - Vidigal visto de cima	31
Figura 3- Papa João Paulo II em visita à favela do Vidigal, 1980.....	35
Figura 4 - Mapa das intervenções previstas pelo programa Favela-Bairro	43
Figura 5 - Guerra do tráfico volta a levar medo ao Vidigal	54
Figura 6 - Guerra sem fim no Vidigal.....	55
Figura 7 - O Vidigal encena a realidade do morro	56
Figura 8 - Traços de especulação imobiliária no Vidigal na década de 1990.....	57
Figura 9 - Turismo chega às favelas: Rocinha e Vidigal	58
Figura 10 - Vidigal se transforma em pesadelo	59
Figura 11 - Hasteamento das bandeiras no Vidigal, 13 nov. 2011	64
Figura 12- Localização das UPPs no Rio de Janeiro/2014	68
Figura 13 - Empresários se unem com o governo do Rio para firmar convênio para realização de obras nas UPPs	69
Figura 14 - Localização das áreas Carlos Duque e Arvrão na favela do Vidigal	88
Figura 15 - Av. João Goulart, Vidigal.....	95
Figura 16 - Anúncios de imóveis à venda no Vidigal	98
Figura 17 - Suíte principal do hotel Mirante do Arvrão.....	127
Figura 18 - Bar da Laje, favela do Vidigal.....	128
Figura 19 - “Vem viver essa experiência!!!”	129
Figura 20 - Anúncio da marca Osklen: T-Shirt ‘Favela’ – R\$ 89.....	132
Figura 21 - Anúncio da marca Osklen: T-Shirt ‘Vidigal’ - R\$ 127.....	133

Tabelas

Tabela 1 – Valorização imobiliária do Leblon e Vidigal (2008-2015)	123
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ademi-RJ – Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário

AEIS – Área de Especial Interesse Social

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais

CHISAM – Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana

COHAB – Companhia de Habitação Popular

CUFA – Central Única das Favelas

FAFEG – Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara

FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana

IPP – Instituto Pereira Passos

MCMV – Minha Casa Minha Vida

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

POUSO – Posto de Orientação Urbanística e Social

RA – Região Administrativa

Secovi – Sindicato da Habitação do Rio de Janeiro

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. VIDIGAL: A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO POPULAR.....	19
2.1 A construção do espaço urbano carioca.....	19
2.2 Vidigal – a história da ocupação.....	31
2.3 Da política de remoção à política de urbanização.....	36
3. A POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO E O MERCADO.....	50
3.1 O discurso hegemônico da violência e suas contradições.....	50
3.2 O discurso da “pacificação”.....	60
3.3 A UPP do Vidigal.....	63
3.4 Política de segurança, mercado e a cidade neoliberal.....	67
3.5 O debate sobre a <i>gentrificação</i> e os territórios populares.....	79
4. O EMPREENDEDORISMO DITA O RITMO: A FAVELA DO VIDIGAL COMO MERCADORIA.....	86
4.1 A renovação urbana do Vidigal.....	86
4.2 Quem governa o Vidigal? Disputas em torno da gestão do território.....	97
4.3 Entre o clientelismo e o universalismo: para quem são as regras?.....	109
4.4 A ressignificação simbólica do Vidigal.....	116
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS.....	141

1 INTRODUÇÃO

Desde 2009, um breve olhar pela cidade do Rio de Janeiro já nos é capaz de suscitar as mais diversas questões. Parecia impossível, mesmo ao observador mais desatento, não se questionar frente ao grande canteiro de obras no qual se transformou a cidade, nas quais a urgência parecia ditar o ritmo, enquanto seus objetivos políticos permaneciam obscurecidos pela poeira.

A cidade carioca é dona de uma agenda robusta de megaeventos¹ que por si só já traz uma enxurrada de obras e intervenções na paisagem urbana sob a justificativa de preparar a cidade para tal calendário – obras que vão da construção de equipamentos esportivos às grandes transformações na malha viária da cidade, por exemplo. Paralelamente, uma política de segurança pública fundada na instalação de unidades de polícia pacificadora (UPP) em favelas estratégicas da cidade, seja por estarem no entorno dos equipamentos esportivos, no roteiro turístico ou no caminho do aeroporto, tem também contribuído para essa percepção de grandes transformações, alterando o discurso em torno da violência, tema especialmente caro a cidade até muito recentemente.

Olhando um pouco mais de perto, podemos começar a desnudar o sentido dessas mudanças. Muitos trabalhos têm chamado atenção para a concentração de investimentos em determinadas áreas da cidade, três especialmente: zona sul, região portuária e Barra da Tijuca. Essas três regiões configurariam hoje os principais vetores das transformações que vêm ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro.

Dentre os principais locais de investimento na cidade, a região portuária é aquela na qual as transformações parecem ser as mais gritantes. Através da Lei Municipal nº101/2009, que criou a Operação Urbana Consorciada de Área de Especial Interesse Urbanístico, o projeto Porto Maravilha² tem atuado sobre uma área de 5 milhões de m², prometendo uma mudança radical na paisagem urbana da

¹ Para se ter uma ideia, a cidade do Rio de Janeiro recebeu os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012, a Jornada Mundial da Juventude em 2013, foi uma das cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e irá recepcionar, sozinha, os Jogos Olímpicos de 2016.

²Mais informações disponíveis em: <http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>. Acesso em 8 jan. 2014.

região, o que já se mostra bem visível se avaliarmos pelas dimensões dos primeiros equipamentos inaugurados, como o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio, ambos situados na renovada Praça Mauá, o AquaRio, maior aquário da América Latina, e o mais novo meio de transporte da região, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Em meio as grandes obras de renovação urbana realizadas pela prefeitura e seus parceiros privados, grandes prédios comerciais também vão sendo erguidos na região que foi um dia o maior mercado de pessoas escravizadas do mundo (CICALO; VASSALLO, 2015).

A Barra da Tijuca conforma outra região centralizadora de investimentos na cidade. Por lá tudo assume grandes proporções – são grandes avenidas, grandes empreendimentos imobiliários, grandes equipamentos públicos e grandes obras em sua malha viária. Escolhida como eixo de crescimento da cidade, a região tem recebido uma quantidade enorme de investimentos públicos e privados, que impactam constantemente sua configuração urbana. Aqui, o principal impulsor das transformações veio sob a justificativa da necessidade de preparar a cidade, no caso, Barra da Tijuca e região, para receber os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Por fim, temos a zona sul carioca, sinônimo do imaginário difundido mundo a fora de “Cidade Maravilhosa”, comporta bairros como Leblon, Ipanema, Copacabana. É, talvez, a mais famosa região da cidade, principal ponto de encontro de turistas do mundo todo a procura de suas praias, paisagens e festas. No entanto, do ponto de vista urbanístico, essa é uma área considerada por muitos como já saturada de edificações e investimentos, também de intensa especulação imobiliária, que elevou de tal forma seus preços que atualmente o bairro do Leblon se situa no topo da lista dentre os mais caros do Brasil³.

Mas é também na zona sul que estão situadas algumas dezenas de favelas e são elas, hoje, o principal atrativo para investimentos públicos e privados, funcionando mesmo como uma fronteira de expansão do capital nesta região. Nesse sentido, a UPP parece ter um papel central – segundo o discurso oficial, as Unidades de Polícia Pacificadora foram idealizadas visando livrar essas áreas da

³ Rio de Janeiro tem o metro quadrado mais caro do país. Veja Rio Online, 08 jan. 2014. <http://vejario.abril.com.br/materia/cidade/rio-janeiro-tem-metro-quadrado-mais-caro-pais/>. Acesso em: 17 nov. 14.

influência do tráfico de drogas e, sem entrar aqui na discussão de sua eficiência ou não, essas unidades policiais têm garantido, pelo menos ao nível de mercado, a segurança necessária para que alguns desses territórios sejam incorporados nos circuitos de turismo, mercado imobiliário e outros.

Garantindo e expandindo essa nova “função” das favelas enquanto locais de atração de investimentos, o Estado tem dispendido uma quantidade significativa de recursos em programas de intervenção urbana, como o PAC, pelo governo federal e estadual, e o Morar Carioca, através do poder municipal, de modo a transformar esses territórios em ambientes ainda mais atrativos aos capitais que disputam a cidade. O modo como esses investimentos têm sido realizados, seus objetivos e a quem eles têm beneficiado é um dos caminhos que essa pesquisa pretende seguir.

A partir daí, diversos trabalhos têm se dedicado a buscar interpretações sobre esses processos de grandes transformações no espaço urbano. De maneira geral, o pano de fundo analítico é traçado sobre a neoliberalização do Estado, de suas políticas. Ou seja, estaríamos vivendo sob a égide da urbanização neoliberal. Mas o que isso significa?

Compartilhamos das inquietações frente às mudanças aceleradas na cidade carioca e, buscando também contribuir com a reflexão, o objetivo desse trabalho é buscar apreender o sentido dessas transformações nas favelas situadas na área mais nobre da cidade, a zona sul, articulando o estudo mais aprofundado de uma localidade específica com as dinâmicas mais gerais da cidade como um todo, que conformariam a ‘cidade neoliberal’.

Como ponto de partida, escolhemos para estudo mais detido uma favela situada na zona sul da cidade, aquela que, acreditamos, seja o símbolo das grandes transformações empreendidas nesses territórios – a favela do Vidigal. Situada entre os bairros do Leblon e São Conrado, a ocupação no morro do Vidigal começa a se consolidar em meados da década de 1940 e, passadas diversas ameaças de remoção, a favela resistiu a todas as investidas contra ela e há mais de setenta anos o Vidigal marca uma das paisagens mais bonitas e famosas da cidade do Rio de Janeiro, aos pés do morro Dois Irmãos.

Por sua localização privilegiada e vista exuberante, a favela do Vidigal é uma das mais conhecidas da cidade. Seu perfil artístico também vem de longa data, desde a década de 1970, quando mais uma tentativa de remoção ganhou visibilidade e um apoio mais amplo para além do morro, atraindo a atenção de diversos artistas. Posteriormente, esse processo foi ainda impulsionado pela criação do grupo de teatro Nós do Morro, em 1986, que também alcançou significativa notoriedade e teve importante papel na disseminação da imagem do Vidigal como um local de ativa produção cultural na cidade.

A partir daí, a favela do Vidigal passou a receber com certa frequência a visita de artistas, estrangeiros e curiosos atraídos por suas histórias e encantados com sua vista. No entanto, até muito recentemente, essas histórias eram também acompanhadas pela violência latente nas favelas cariocas, narradas diariamente pela grande imprensa, marcando essas regiões como locais de drogas e criminalidade.

Os discursos em torno do Vidigal mudam mais radicalmente a partir da implantação da UPP, em 2012. Com o discurso da “pacificação”, as transformações parecem ter tomado proporções significativas, seja pela velocidade, seja pela alteração da própria paisagem urbana. Segundo reportagem do jornal O Globo⁴, apenas em 2013, compraram casas no morro o artista plástico Vik Muniz, a produtora de cinema Jackie De Botton, o casal proprietário do Zazá Bistrô e bar Devassa, além da construção do hotel realizada pelo dono do bar Belmonte, sem contar os moradores “ilustres” mais antigos, como o cantor Otto. Já em 2015, boatos circularam na imprensa de que o ex-jogador de futebol David Beckham e o cantor estadunidense Kanye West também teriam comprado casas na favela, num valor que chegaria a R\$ 1 milhão.

Expressão de tudo isso, de acordo com os indicadores da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/Zap), o Vidigal teve uma valorização de 477,324% desde a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora, a UPP, em 2012.

⁴ Vidigal atrai moradores ilustres e ganha status de favela chique. O Globo Online, 18 maio 2013. <http://oglobo.globo.com/rio/vidigal-atrai-moradores-ilustres-ganha-status-de-favela-chique-8412639>. Acesso em 06 nov. 2014.

Esse cenário tem provocado as mais diferentes reações, pois se de um lado o discurso oficial do poder municipal, corroborado e veiculado pela grande imprensa, é o de exultação dessa valorização imobiliária enquanto prova das melhorias vividas por essas regiões como resultado de suas políticas públicas, o discurso de parte dos moradores⁵ e de diversos movimentos sociais aponta o lado negativo dessa valorização – o aumento dos preços na favela estaria contribuindo para a precarização da vida de parte dos moradores e mesmo “expulsando” outros, fenômeno esse que vem sendo chamado, de maneira recorrente, de *gentrificação*. De modo geral, esse termo, importado de experiências internacionais, é por aqui usado como expressão do fenômeno de elitização de áreas revalorizadas, ou recém-valorizadas, a partir da entrada do mercado e de melhorias urbanas, sem o acompanhamento de dispositivos que garantiriam a permanência dos moradores tradicionais, resultando na substituição de uma classe por outra de maior poder aquisitivo.

O objetivo desse trabalho não é assumir um lado ou outro na disputa de interpretações sobre essas mudanças, mas antes o de apreender o sentido das transformações urbanas no Vidigal. Acreditamos que a descaracterização da favela enquanto território popular, expressão da perda de territórios centrais na disputa pela construção da cidade, pode ser interpretada como uma grande derrota de toda classe trabalhadora. Aqui pode estar a chave para entender o elo entre processos localizados no Vidigal com as dinâmicas que atravessam e transformam a cidade como um todo, seja através da elitização das favelas da zona sul, os despejos de moradores na região portuária e as remoções forçadas de comunidades inteiras na Barra da Tijuca e região.

Através do trabalho de campo na favela buscaremos nos debruçar sobre as dinâmicas dos processos de transformação desse espaço, atentando para as mudanças na configuração urbana, os (re)arranjos na gestão do espaço, as alterações nos marcos regulatórios e as transformações simbólicas. Um importante espaço será dado para a apreensão das arenas de conflito, partindo do pressuposto

⁵ Vidigal debate a Gentrificação e o futuro da comunidade no segundo “Fala Vidigal”. Rio On Watch, 30 abril 2014. <http://rioonwatch.org.br/?p=11349>. Acesso em 06 nov.14.

de que o sentido das transformações no Vidigal é um elemento em disputa que depende do protagonismo e correlação de forças dos atores envolvidos.

Acreditamos que a principal contribuição desse trabalho estará na articulação dessa análise das transformações no Vidigal com as mudanças mais gerais da cidade como um todo. Para tanto, estaremos nos apoiando na pesquisa mais ampla da qual esse trabalho faz parte, que busca discutir o conceito de cidade neoliberal a partir do Rio de Janeiro.

Realizada em coletivo, a pesquisa *A Cidade Neoliberal*⁶, tem se debruçado sobre as três regiões que conformam os principais vetores de transformações da cidade, tal como citado anteriormente. Visando tanto dar sustentação teórica ao conceito, quanto refletir a cerca dos fenômenos que o caracterizariam, parte-se da hipótese de que a cidade do Rio de Janeiro poderia ser considerada uma cidade neoliberal. Daí as questões: por que falar em cidade neoliberal? Quais processos sustentariam a hipótese da neoliberalização?

São essas as questões que, de maneira geral, estarão informando nossas análises quando dos estudos mais aprofundados de processos localizados, sem perder, contudo, as particularidades que conformam cada contexto. A ideia é estar em constante diálogo e troca entre os estudos de localidades específicas e a reflexão teórica mais ampla em torno da neoliberalização das políticas urbanas em nossa cidade. Está aí a grande contribuição, e novidade, dessa pesquisa e seus desdobramentos, da qual esse trabalho faz parte.

A dissertação estará organizada em três capítulos centrais, além deste introdutório e um dedicado às considerações finais. Iniciaremos por uma recuperação histórica da construção do espaço urbano carioca, atentando para as disputas e atores envolvidos na configuração espacial da cidade. Com isso, buscamos ressaltar as particularidades que atravessam a construção do território da zona sul e, conseqüentemente, das favelas que ali surgiram e se estabeleceram. Em seguida, o olhar se volta para a construção da favela do Vidigal e sua insistência pela permanência enquanto um território da classe popular encrustado na área mais valorizada da cidade. Por fim, recuperaremos as formas pelas quais o poder público

⁶ Coordenada pelo professor do IPPUR/UFRJ e pesquisador do Observatório das Metrópoles, Orlando Alves dos Santos Junior.

entreviu na construção desses territórios, desde as diversas tentativas de remoção até as iniciativas de urbanização e regularização fundiária.

Partindo desse desenho histórico mais amplo do Vidigal, no terceiro capítulo nos debruçaremos naquilo que pode ser visto como um dos marcos na história da favela – a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em 2012. Acreditamos que a UPP, não apenas em sua implementação no Vidigal, mas enquanto carro-chefe da política de segurança pública municipal, pode representar a inflexão que vinha ocorrendo nas políticas urbanas, marcando a progressiva passagem para uma urbanização neoliberal.

Nesse sentido, a discussão dos objetivos e impactos da UPP requer um momento de reflexão anterior sobre os discursos de violência que marcaram esses territórios nas décadas anteriores. Ou seja, entender como a UPP surge enquanto a grande solução para combater a violência nas favelas cariocas passa, necessariamente, pelo discurso que criminalizou esses territórios e sua população e que aparece agora como elemento fundamental para a legitimação na escolha dessa política de segurança pública.

Ainda, nos parece importante ressaltar, mais uma vez, as particularidades das favelas da zona sul, e do Vidigal especialmente, buscando ilustrar como elas influenciam no desenho dessa política, que atua de forma seletiva e fragmentada no território da cidade. Aqui está a chave para entender a relação entre segurança e mercado no contexto da cidade neoliberal, onde a entrada da UPP – em algumas favelas – é seguida por uma maior ofensiva do mercado formal.

No quarto capítulo chegamos ao Vidigal de hoje. Através de uma exposição mais sistemática do trabalho de campo, descrevendo e analisando as dinâmicas atuais que conformam esse espaço, estaremos buscando o sentido das muitas transformações no Vidigal. O olhar se volta aqui para os novos agentes econômicos que estão se estabelecendo nesse território, quais suas motivações e expectativas em relação aos seus ganhos *versus* o processo de elitização da favela. As mudanças nas configurações urbanas, nos arranjos institucionais, nas formas de regulação e, especialmente, as transformações simbólicas serão analisadas em relação a este processo, objetivando, assim, uma análise das transformações socioespaciais e do processo de mercantilização do Vidigal.

O último capítulo será reservado às considerações finais desse trabalho. Até lá, esperamos que o caminho percorrido pela pesquisa, as informações coletadas, as discussões bibliográficas e com o grupo de pesquisa, e as reflexões vindas daí nos permitam uma elaboração mais sistemática sobre o quanto as transformações atuais que atravessam o Vidigal estão inseridas, e de que forma, na dinâmica mais geral da cidade, não apenas como um reflexo, mas como mais um processo constitutivo dessa política neoliberal que acreditamos estar em curso em nossa cidade.

A noção de território popular⁷ mais uma vez aparece aqui como fundamental para compreender a forma como a neoliberalização incide sobre territórios centrais tradicionalmente ocupados pela classe trabalhadora, atuando de modo a descaracterizá-los enquanto tal, seja via mercado, seja através da atuação direta do poder público, que libera esses espaços para a acumulação e reprodução do capital, configurando, assim, essa nova rodada de mercantilização da cidade.

Nesse ponto, esperamos ter uma avaliação consistente relativa ao sentido das transformações urbanas no Vidigal, podendo, a partir daí e com base no projeto político de cidade no qual acreditamos, avaliar essas transformações sob a lógica do direito à cidade e da justiça social, apontando brechas e estratégias pelas quais se dá a disputa pela cidade.

A bibliografia com a qual vamos trabalhar e dialogar perpassará todos os capítulos da dissertação, estará sempre informando nosso olhar e nossas análises, ao mesmo tempo em que se coloca como passível de questionamento e transformação. A ideia é partir das discussões teóricas para interrogar o objeto e, a partir dele, poder voltar nessas discussões para também interrogá-las quanto a sua validade explicativa para o caso em questão. O que está implícita aqui é uma descrença em teorias descoladas das realidades concretas nas quais elas são forjadas e nas quais elas devem ser constantemente testadas, e a busca pela

⁷ A escolha pelo uso de “território popular” vem no sentido de ressaltar a dimensão da apropriação do espaço e as disputas de poder que atravessam essa apropriação. Apoiando-nos em Haesbaert (2002) ao pensar o território envolvendo não apenas uma dimensão espacial concreta das relações sociais, mas também o conjunto das representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que também move estas relações. Nesse sentido, falar em descaracterização do território popular é pensar não apenas nas perdas materiais, como a substituição de classes morando no território, mas também as transformações simbólicas sobre o ver e viver naquele território.

superação das dicotomias entre teoria e práxis, conceitos e realidade (HARVEY, 1980).

Por fim, acreditamos ser importante algumas palavras sobre a relevância desse trabalho para o campo do planejamento urbano e, principalmente, para o campo político no qual nos situamos.

Buscar compreender as transformações no espaço, seus agentes e objetivos, é tarefa fundamental para todos aqueles que trabalham no campo do planejamento urbano, afinal, a compreensão dos processos é o primeiro passo para a tentativa de planejar, ou seja, de disputar esses projetos de transformações urbanas. Assim, levando-se em consideração a dimensão desses grandes projetos urbanísticos que estão em curso na cidade carioca, com significativos impactos sobre a vida de todos os seus habitantes, um olhar através de diferentes escalas se mostra essencial e é isso que esse trabalho busca fazer.

O olhar para um contexto local e, para nós, exemplar, como é o caso da favela do Vidigal, pode nos ajudar a compreender o papel que tem sido dado as favelas da zona sul da cidade pelo poder público e os capitais privados. A discussão a cerca da produção do espaço tem ocupado um importante lugar nos debates urbanos e a tentativa de desnudar o processo em um caso ilustrativo pode ser de grande auxílio quando voltamos o olhar para o geral.

Nesse sentido, o diálogo mantido com o grupo de pesquisa que discute a cidade como um todo também é muito enriquecedor. O neoliberalismo parece estar informando grande parte das pesquisas produzidas em nossa área, como chave de inteligibilidade dos mais distintos processos, no entanto, ainda nos falta uma compreensão mais consistente a cerca do sentido dessa neoliberalização. E, acredito, essa é ainda uma importante questão em aberto em nosso campo.

Junto a tudo isso, um projeto político está sendo construído e disputado. Mais do que contribuir para o debate e compreensão dos processos que perpassam nossa cidade, buscamos uma reflexão que possa informar também as disputas políticas em torno do direito à cidade.

2 VIDIGAL: A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO POPULAR

Recuperar a história da ocupação da favela do Vidigal, lançando luz sobre os atores envolvidos na construção desse território e as disputas que resultaram em sua configuração atual, pode nos ajudar a entender o sentido desse turbilhão de transformações pelas quais a favela vem passando nos últimos anos e que tem sido objeto de muitas dúvidas e questionamentos, não apenas por aqueles que estudam o urbano, mas também por aqueles que vivenciam essas transformações todos os dias.

No entanto, inserir a construção desse território nas dinâmicas que conformaram o espaço da cidade carioca como um todo nos parece importante para evitar as armadilhas de reflexões isoladas sobre processos específicos. Antes de atentar para as particularidades e dinâmicas do Vidigal, precisamos entender os processos mais gerais nos quais ele se insere. O esforço aqui é de não perder a dimensão geral quando olharmos para o local.

2.1 A construção do espaço urbano carioca

Para recuperar a história do Vidigal é preciso dar um passo atrás, puxando essa linha histórica desde o momento que marca o início da constituição das favelas no cenário carioca enquanto território construído pela e para a classe trabalhadora. Não temos condições aqui de realizar um trabalho de recuperação histórica exaustivo sobre a formação do espaço urbano do Rio de Janeiro, assim, vamos nos apoiar na extensa e consolidada bibliografia já existente para nos ajudar nesse exercício de reconstituição histórica.

A vinda da família real e toda sua corte no início do século XIX teve um importante impacto na estrutura de classes da cidade, refletindo na formação estratificada de seu espaço urbano (ABREU, 1987). A passagem do século XIX para o século XX trouxe junto com a proclamação da República a elevação da cidade do Rio de Janeiro à capital federal da recente nação e, com isso, a necessidade de adaptá-la a tal posição. À estrutura de classes, somavam-se, naquele momento, os recém-libertos pelo fim da escravidão, povoando a cidade a procura de oportunidades de trabalho. Tal como ressalta Gonçalves (2013), o fim da escravidão

no país se deu de maneira branda, sem qualquer rompimento ou mudança significativa na estrutura social – para onde vão os negros?

O Rio de Janeiro também vivia um período de expansão econômica graças à economia cafeeira, que atraía tantos trabalhadores livres nacionais e estrangeiros, quanto capitais internacionais em busca de locais de reprodução. Assim, se elementos capitalistas já apareciam nas dinâmicas da cidade desde o início do século XIX, é a partir do fim desse período que eles se consolidam.

Segundo Abreu (1987), entre 1870 e 1902 o Rio de Janeiro viveu sua primeira fase de expansão significativa da malha urbana, pautada pelas necessidades de reprodução dos capitais que buscavam garantir as condições de sua reprodução através da intervenção no espaço físico. O capital internacional teve papel fundamental na implementação e expansão das linhas de bondes e trens na cidade e, conseqüentemente, nos caminhos e formas que assumiram a expansão urbana no período.

Em 1868 são inauguradas as primeiras frentes de expansão da cidade – linhas de bonde sentido zonal sul e trilhos de trem rumo ao subúrbio. Enquanto o capital nacional, advindo principalmente da economia cafeeira, era aplicado na compra de terras nas áreas servidas pelo bonde, o capital estrangeiro mantinha o controle sobre a expansão, liderada pelos caminhos do bonde e pela provisão de infraestrutura urbana em determinadas áreas.

Nesse momento, ainda segundo Abreu (1987), Botafogo emergia como o bairro nobre carioca, enquanto os mesmos responsáveis pela expansão dos bondes rumo às praias ajudavam na difusão de uma ideologia que associava o estilo de vida “moderno” à moradia à beira-mar, garantindo, assim, a expansão dos territórios sobre os quais detinham o monopólio.

A partir daí o avanço foi rápido. Em 1890 os bondes começam a chegar à Copacabana, em 1892 é inaugurado o que hoje conhecemos como Túnel Velho e em 1894 a expansão se consolida sentido Leme e Ipanema. Tal como ressalta o autor, é importante notar como se relacionavam naquele momento os capitais investidos nos transportes com aqueles da construção civil, através da adequação dos lotes urbanos para a recepção dos bondes, garantindo, assim, a reprodução de

ambos. Os anos seguintes dão continuidade à extensão das linhas de bonde, enquanto novos lotes de terra são incorporados à área urbana. Em 1901, a energia elétrica chega ao ainda inabitado bairro de Ipanema.

Figura 1 - Construção de ponte sobre o canal Jardim de Alah, que hoje separa os bairros de Ipanema e Leblon



Fonte: Augusto Malta – Arquivo IHGB⁸

É dessa forma que a zona sul já surge na paisagem carioca como um bairro construído para receber as elites. A expansão da malha urbana naquela direção foi feita com base em uma aliança do Estado com as companhias de transportes e os proprietários de terra, que prepararam a região antes mesmo da chegada dessas elites. Desde o começo, para os bairros ricos, a infraestrutura chega até mesmo antes de seus moradores. Aliás, esse é um dos elementos que faz deles um bairro concebido para as classes altas – a estratificação de classes da sociedade se expressa na estratificação física dos espaços da cidade.

Entretanto, essa frente de expansão sentido zonal sul não influenciou de maneira determinante as dinâmicas do centro da cidade, que continuava se adensando dada a necessidade da população mais pobre de morar perto dos locais com maiores oportunidades de trabalho, função essa ainda concentrada nas áreas centrais. Pois bem, voltemos ao centro.

⁸ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/rio-450/livro-comemorativo-dos-175-anos-de-fundacao-do-ihgb-tem-fotos-ineditas-do-rio-13546415>. Acesso em 24 out. 2015.

O contexto que marcou a passagem do século XIX para o XX é atravessado por transformações estruturais: o esgotamento do sistema escravista acompanhado do declínio da economia cafeeira via emergir a multiplicação de fábricas no entorno do centro e um grande afluxo de imigrantes estrangeiros (ABREU, 1987).

Se no início a industrialização aparecia de modo incipiente, localizando-se nas áreas centrais, já na virada do século ela passa a se instalar majoritariamente nos subúrbios recém “inaugurados” pelas ferrovias. Seguindo agora esse outro vetor de expansão apontado por Abreu (1987), os trens foram os responsáveis por expandir a malha urbana sentido subúrbio, consolidando uma forma de ocupação que acompanhava os trilhos, de territórios que se constituíam dormitórios, substancialmente dependentes do centro da cidade.

Nesse momento, no entanto, a massa da população mais pobre ainda se concentrava nas áreas centrais. De acordo com Valladares (2005), o cortiço era então um dos personagens principais da vida no centro da cidade. Entre 1850 e 1870, os cortiços chegaram a abrigar metade da população carioca (CAMPOS, 2004), sendo vistos pelas classes altas como *locus* da pobreza e das “classes perigosas”, ameaça à ordem social e moral, se constituindo, assim, como um dos principais problemas a ser combatidos no processo de transformação da cidade carioca.

Nesse sentido, Campos (2004) chama atenção para uma questão que muitas vezes é invisibilizada nos trabalhos dedicados a construção do espaço urbano carioca – a população que habitava os cortiços era majoritariamente negra, constituída por ex-escravos excluídos do acesso à terra e ao mercado de trabalho⁹. Introduzindo o papel do negro nos processos de construção da cidade, o autor argumenta que o estigma que recaía sobre os habitantes dos cortiços – futuramente moradores das favelas – já vinha impregnado com as marcas da escravidão.

Assim, ainda no fim do século XIX, sob influência do modelo urbanístico europeu, as palavras de ordem eram *higienizar* e *modernizar*, o que na prática teve expressão nas grandes obras idealizadas por Pereira Passos, prefeito do Rio entre

⁹ A Lei de Terras, de 1850, pode ser vista como o marco de uma legislação construída para consolidar, e legitimar, a exclusão econômica dos negros, que se expressa também na exclusão espacial, ao não permitir que esse segmento social tivesse acesso à propriedade da terra.

1902 e 1906, que, buscando “sanear e civilizar”¹⁰ a cidade, acabou com centenas de habitações populares espalhadas pelo centro, naquilo que veio a ser conhecido como “bota-abaixo”, ou seja, a destruição de cortiços e estalagens, vistas como os grandes focos das epidemias que afetavam a cidade. O cortiço sai de cena e as favelas assumem o protagonismo.

Apesar da dificuldade em precisar exatamente o surgimento da primeira favela, há muito a relação é traçada entre esses episódios de despejos e as ocupações iniciais dos morros da cidade do Rio de Janeiro. Realizadas apenas enquanto reformas estéticas do espaço urbano, sem qualquer dimensão de reforma social, a população que morava no centro para se manter perto das oportunidades de emprego, se viu diante da inexistência de qualquer alternativa habitacional a não ser o espaço livre das encostas do que hoje conhecemos como o Morro da Providência. Como muitos autores já mostraram, foi assim que os destroços das demolições dos cortiços do centro da cidade serviram como base para as primeiras casas no Morro da Favella¹¹. Ainda no fim do século XIX outras favelas surgiram na região central, com a tolerância do poder público¹².

Tal como apontado por Gonçalves (2013) desde o surgimento das primeiras casas nos morros da cidade, o discurso político pautava-se pela condenação a esse tipo de ocupação ao lado de certa tolerância, já que a falta completa de uma política habitacional, aliado a ofensiva contra os cortiços, então das poucas possibilidades de moradia para as classes populares, deixava poucas alternativas ao governo. Nas palavras do autor: “Essa tolerância constituiu uma indispensável concessão social às classes populares, assegurando, assim, certa estabilidade social fundamental ao processo de acumulação do capital” (GONÇALVES, 2013, p. 49).

O projeto de intervenção no centro que passa a ser implementado a partir do início do século XX fundamenta-se em uma concepção da forma urbana diferente daquela estabelecida até então – seu objetivo era a eliminação dos cortiços no

¹⁰ Valladares (2005).

¹¹ O termo “favella” foi trazido pelos ex-combatentes da Guerra de Canudos (1896-1897) que, ao retornarem ao Rio de Janeiro, instalaram-se também nas encostas atrás de onde se localizava o antigo Ministério da Guerra. Os soldados logo associariam seu novo local de moradia aos morros da região do sertão da Bahia, de onde regressavam, onde os morros eram cobertos por uma vegetação de nome justamente favella (*Jathropa phyllaconcha*). Não tardou para o morro começar a ser conhecido como Morro da Favella (Gonçalves, 2013).

¹² Valladares (2005).

centro da cidade e o direcionamento da massa da população pobre aos subúrbios, em contraposição a essa tolerância das ocupações dos morros, que vinha desde meados de 1850. Com isso, essa tolerância se veria enfraquecida já nas primeiras décadas do século XX.

“Trem, subúrbio e população de baixa renda passaram a ser sinônimos aos quais se contrapunha a associação bonde/zona sul/estilo de vida “moderno”.” (ABREU, 1987, p. 57). No entanto, a construção do espaço da cidade não se deu de maneira tão homogênea em relação ao projeto concebido para ela. A existência de bairros operários na zona sul, no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, expressava as brechas desse projeto, que não passaram despercebidas.

De modo a evitar a consolidação desse modelo de ocupação naquela área, a única ferrovia projetada para passar pela zona sul, que ligaria Botafogo à Angra dos Reis, foi suspensa. Seu único trecho iniciado, em 1891, foi a primeira abertura no sentido do que hoje conhecemos como a Avenida Niemeyer, que depois de muitos anos abandonada, foi inaugurada em 1912 graças aos esforços do diretor do Ginásio Anglo-Brasileiro, localizado aos pés do morro Dois Irmãos e que acabou facilitando o início das ocupações que formaram o morro do Vidigal. Mas voltaremos a isso mais a frente.

Segundo Abreu (1987), a Reforma Passos não se restringiu a demolição de cortiços e alargamento de vias, mas representou a primeira grande intervenção estatal no urbano, reorganizando suas bases econômicas e ideológicas. O significado desse período é interpretado pelo autor como expressão do modo como as transformações na organização social determinam novas funções à cidade e, ainda, como a tentativa de suprimir contradições do espaço geram novas contradições relacionadas ao próprio reordenamento da organização social.

Ainda segundo o autor, o período Passos representaria, de forma mais geral, o momento de superação da cidade escravagista, com suas formas, funções e contradições, para a consolidação do espaço urbano adequado às exigências do modo de produção capitalista, transformando substancialmente a forma de construção do espaço urbano e de sua gestão.

Nesse sentido, ao criar novas funções para os espaços da cidade, onde os bairros do subúrbio emergem como novos locais destinados à moradia da classe trabalhadora pobre expulsa do centro, a cidade do Rio de Janeiro viu emergir e consolidar aquela que seria uma das marcas mais profundas de sua paisagem urbana – as favelas.

O início do século XX vem acompanhado de uma grande ofensiva contra as favelas. Ao argumento higienista, somava-se a construção da ideia de lugares de criminalidade, consolidando as representações negativas em torno da favela e de seus moradores (GONÇALVES, 2013). A política de tolerância era vista agora como uma das responsáveis pela expansão dessa forma de ocupação por toda cidade.

A partir da década de 1920 o urbanismo se consolida na política e no pensamento brasileiro. No Rio de Janeiro, essa nova forma de pensar a cidade, segundo Gonçalves (2013), estaria muito relacionada à consolidação do mercado imobiliário e seu objetivo de implementar uma divisão espacial de forma a beneficiar a acumulação de capital. Nesse projeto não havia espaço para as favelas e as ofensivas contra ela estavam a todo vapor.

Pensando nas disputas que atravessam as dinâmicas de construção do espaço urbano, podemos entender as favelas, do centro e zona sul, como espaços de resistência da classe trabalhadora, que garantiu territórios em áreas centrais, destinadas a moradia das classes altas, contrariando o modelo de ordenamento planejado por essas classes dominantes.

Andrelino Campos (2004) é enfático ao afirmar o espaço das favelas como espaços de resistência, mas o autor vai mais atrás e afirma a transmutação do espaço quilombola nos espaços das favelas cariocas. Tal como foram os quilombos no período escravagista, a ocupação das favelas representaria a transgressão das formas de utilização do espaço urbano, construído sobre a lógica das classes dominantes. Ainda, seria o destino da população negra que, sem espaço nesse novo rearranjo da organização social, foi marginalizada no acesso ao mercado de

trabalho, o que contribuiu para a manutenção dessa população e de suas formas de reprodução na informalidade¹³.

No entanto, apesar do caráter de resistência que marca essas duas formas de organização social – o quilombo e a favela – uma diferença fundamental entre elas deve ser ressaltada. Enquanto o quilombo se constituiu, em pleno período escravagista, como um território livre que rompia a ordem social estabelecida recebendo justamente aqueles que não tinham lugar nessa estrutura, as favelas estão inseridas na organização social da qual emergem enquanto espaços de despossessão, reproduzem-na, mesmo que de forma subordinada. Ainda assim, podendo também constituir-se em territórios de resistência.

Aproximando-nos do território que será objeto de reflexão mais detida nesse trabalho, a favela do Vidigal, voltaremos mais uma vez o olhar para a zona sul da cidade, área nobre do Rio de Janeiro e onde ela está localizado. O exercício a partir daqui é buscar as particularidades que marcaram a construção desse território e seus impactos na forma como as favelas aqui também se constituíram.

Tal como já mencionado, desde os primeiros movimentos de expansão do tecido urbano para essa região, através, principalmente, das linhas de bonde, a zona sul surge como espaço destinado à moradia das classes altas. No entanto, se até as primeiras décadas do século XX essa ocupação se deu de maneira incipiente, é a partir de 1930 que as transformações desse território passam a ocorrer de maneira mais intensa.

Com as dificuldades para se expandir além da zona sul, cercada por morros, e a introdução do concreto armado na construção civil, o que permitiu a verticalização de Copacabana e o barateamento da produção da unidade habitacional, a região começou a receber parte da classe média que sonhava com a casa própria à beira-mar. Além disso, com investimentos apenas na remodelação física daquele espaço, não havia a necessidade de incorporação de novas áreas ou a realização de grandes gastos com infraestruturas, gerando possibilidades de acumulação rápida de capital. É nesse sentido que, a partir da década de 1930, a

¹³ Não teremos condição, no escopo desse trabalho, de tratar a questão do negro no processo de construção da cidade, tal como colocada por Andreilino Campos (2004). No entanto, acreditamos ser importante situar a questão de tal modo a evitar, mesmo que de maneira superficial, a redução da questão racial no Brasil à problemática da pobreza.

reconstrução do espaço físico da zona sul se torna a principal forma de investimento de reprodução do capital imobiliário (ABREU, 1987).

Como consequência, a zona sul – Copacabana, principalmente – passa por um período de grande crescimento populacional, estimulando o desenvolvimento do comércio e de serviços diversos, consolidando um mercado de trabalho que passa a atrair significativa parcela de mão-de-obra barata através dessas novas ofertas de trabalho.

E é nas encostas que cercam a região que esses trabalhadores vão se estabelecer. Segundo Abreu (1987), se em 1942 a zona sul contava com cerca de 10 favelas, em menos de 10 anos, já em 1950, esse número sobe para 25 favelas, abrigando em torno de 40 mil pessoas. Era o início do processo de consolidação das favelas da zona sul carioca, que marcam sua paisagem até os dias de hoje.

Essa retomada da valorização da orla da zona sul traz também as contradições dos processos que vinham transformando a cidade. Em oposição ao crescimento de Copacabana, a “velha zona sul”, como Botafogo, Flamengo e Laranjeiras, vivia um período de relativa estagnação, enquanto o centro e seu entorno, como bairros como Catete e Glória, passavam por processos de mudança estrutural deixando, progressivamente, de se constituírem em áreas de residência das elites. Ou seja, se no início do século foram essas as regiões que receberam mais aporte de recursos e intervenções nos seus espaços físicos, elas foram também rapidamente colocadas em segundo plano com a emergência de um novo território mais atrativo para o investimento do capital imobiliário.

Esse período de euforia econômica durou até a década de 1950. Com a abertura definitiva do país ao capital internacional, muitos setores nacionais foram fragilizados por não conseguiram se manter na competição. Junto com a transferência da capital do país para Brasília, que impactou diretamente a cidade carioca, vemos, a partir desse período, a estagnação econômica da cidade refletir no aumento da população favelada e dos bairros nas periferias. Essa intensificação da segregação do espaço da cidade pode ser entendida como consequência da falta de políticas urbanas capazes de controlar a valorização e especulação do solo e da habitação, garantindo seu acesso e uso para fim de moradia. Resultado disso foi o agravamento da crise habitacional no Rio de Janeiro (ABREU, 1987).

Para enfrentar o cenário de crise econômica, o capital imobiliário mais uma vez se reinventou em Copacabana, verticalizando ainda mais o bairro, e apresentando uma nova forma de habitação, os apartamentos de quarto e sala e os conjugados, hoje tão característicos do bairro. Com isso, o mesmo bairro que recebeu as classes altas, depois as favelas, recebia agora a classe média que buscava não apenas *status*, mas também a proximidade com as oportunidades de trabalho. O efeito dessa “popularização” de Copacabana para a zona sul como um todo foi o deslocamento das classes mais altas para áreas de mais difícil acesso, como Lagoa e Leblon, que começaram a ter seu processo de ocupação intensificado (ABREU, 1987).

Foi assim que, desde a década de 1940, o debate a cerca das favelas se intensificou na mesma medida em que o fenômeno se espalhava pela malha urbana da cidade carioca. De acordo com Valladares (2005), sob o governo federal de Getúlio Vargas, a experiência dos Parques Proletários¹⁴, primeira política efetiva de construção de moradias populares para os habitantes de favelas, marcou uma importante guinada na concepção das políticas públicas, que passavam agora a incluir as classes populares, mesmo com seu caráter restrito e provisório.

A aprovação do Código de Obras, em 1937, foi um momento importante e contraditório na história das favelas, pois, ao mesmo tempo em que apresentava a primeira definição de favela em um documento público, apontava também como meta sua completa extinção. Em 1949 foi realizado o primeiro recenseamento das favelas do Rio de Janeiro pelo governo municipal e, em 1950, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Recenseamento Geral foi elaborado, contendo dados oficiais sobre as favelas e seus residentes. As favelas cariocas começavam a ser reconhecidas na geografia oficial.

No entanto, esse reconhecimento não significou o fim das investidas contra as favelas, principalmente nas áreas mais valorizadas como a zona sul. Ao argumento

¹⁴ Os Parques Proletários foram criados não apenas como uma política habitacional que visava a erradicação das favelas, mas também como um modo de conformação do comportamento da classe trabalhadora, pautado por uma visão que postulava a necessidade de civiliza-los, ou ainda, de controla-los socialmente. Entre os anos de 1941 – 43 foram criados três Parques Proletários no Rio de Janeiro (Gávea, Caju e Leblon), que em sua estrutura contavam com escolas, centro social, assistência religiosa e policial, além de regras de comportamento que buscavam a criação do “novo homem”. O insucesso dos Parques Proletários é comprovado pela sua própria remoção entre as décadas de 1960 e 1970. (GOMES, 2009).

da insalubridade se acrescentou o medo da expansão do comunismo nas favelas quando, na década de 1950, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve significativa votação nas eleições.

Segundo Tepedino (2007), o início da gestão de Carlos Lacerda como governador do Estado da Guanabara (1960-65) foi marcado por uma postura ambígua frente às favelas, pois se de um lado a política de remoção era colocada em prática, ela vinha acompanhada de tímidas intervenções de urbanização. Não durou muito, já em 1962 a política de remoção se intensifica e volta a ser o carro-chefe do governo de Lacerda. Como resposta, em 1963 é fundada a Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), com o apoio de mais de 100 associações de moradores.

O período da ditadura militar (1964-85) mantém essa política violenta de remoção – sob o argumento da desordem, combatia-se o comunismo e favorecia os interesses do mercado imobiliário. Ao lado do esvaziamento das associações de moradores, que vinham se fortalecendo desde os anos 1950, com a intervenção direta em sua organização, o governo federal passou a usar recursos do recém-criado Banco Nacional de Habitação (BNH) para construir conjuntos habitacionais que viabilizassem as remoções de favelas, através da coordenação de órgãos como a Companhia de Habitação Popular (COHAB) e a Coordenação de Habitação e Interesse Social na área Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM). Essa última tinha como meta a extinção de todas as favelas da cidade até 1976, segundo Tepedino (2007), a CHISAM foi responsável pela demolição completa de mais de 60 favelas e pela transferência de mais de 35 mil famílias para conjuntos habitacionais.

No que concerne à Zona Sul especialmente, o governo Negrão de Lima colaborou de forma ativa com a CHISAM para acabar com as favelas naquela região. Segundo Gonçalves (2013), o relatório do governo do Estado, em 1969, apontava que todas as favelas da Zona Sul estariam erradicadas até o fim daquele governo, em 1970, com exceção da favela da Rocinha. Em grande medida esse objetivo foi cumprido, pelo menos no círculo entorno da Lagoa Rodrigues de Freitas.

No entanto, como aponta Gonçalves (2013), é importante ressaltar que a intensificação das tentativas de remoção também provocou reações dos moradores de favelas. Exemplo disso foram os congressos combativos da FAFEG, que

enfrentou a violência do regime militar colocando-se firmemente contra as remoções, e mesmo a derrota eleitoral de Carlos Lacerda ao governo do Estado, em 1965, pode ser vista como sinal do fracasso dessa política.

Mesmo com a política intensa contra as favelas seu crescimento nunca foi interrompido, configurando hoje uma das marcas da paisagem urbana carioca. O que procuramos ressaltar brevemente com essa recuperação histórica foi como elas surgiram, se construíram e se consolidaram inseridas nas dinâmicas de construção do espaço da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, as favelas não surgem às margens da construção da cidade, mas são parte estruturante desse processo. As favelas não podem, e não devem, ser entendidas de forma fragmentada, como um fenômeno externo aos fenômenos que conformam o território da “cidade formal”¹⁵, elas se constituem na sua relação com eles e podem ser vistas como um dos resultados da estratificação de classes que por aqui se expressou no território na forma favela, e não só.

No entanto, a partir da literatura trabalhada, é possível destacar uma particularidade que marcou a expansão das favelas para a zona sul. Enquanto as primeiras que emergiram no centro representavam o processo de adensamento dessa região, as favelas que surgem na zona sul, acompanhando a mobilidade das classes mais altas, são expressão da expansão do tecido urbano.

As favelas do centro surgem desse processo de adensamento combinado com um mercado de trabalho precário e concentrado espacialmente, uma rede de transportes frágil e a falta completa de uma política habitacional. Já as favelas da zona sul aparecem como resultado do movimento de expansão das elites para aquela região, levando junto novas oportunidades de trabalho em uma área ainda carente de mão de obra. Nesse sentido, as favelas aqui foram toleradas na medida estrita em que funcionavam como acervo de mão-de-obra barata, não expressando, naquele momento, qualquer empecilho à reprodução do capital ou mesmo qualquer interesse a ele.

No entanto, isso também não significa que esses processos estejam livres de contradições, pelo contrário, são frutos delas. As favelas, seja no centro ou na zona

¹⁵ Conceito muitas vezes utilizado justamente para marcar a separação entre a cidade e a favela, a cidade formal e a informal, o asfalto e o morro.

sul, sempre foram alvo de ofensivas visando sua erradicação, em maior ou menor grau, durante toda a história do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. Afinal, a construção do espaço urbano não se dá apenas fundamentada nos interesses econômicos, mas em disputas políticas e ideológicas que incidem sobre o território de diferentes formas.

2.2 Vidigal – a história da ocupação

O ano de 2015 ficou marcado pelas comemorações de 75 do Morro do Vidigal¹⁶. Dono de uma localização privilegiada, com vista exuberante para o mar e aos pés do Morro Dois Irmãos, o Vidigal também tem passado por grandes transformações socioespaciais em seu território.

Figura 2 - Vidigal visto de cima



Fonte: Reprodução da Internet / Google¹⁷

¹⁶ Uma página no facebook fazia a divulgação dos eventos da comemoração: <https://www.facebook.com/Vidigal-75-ANOS-824792000946757/timeline/>. Acesso em 24 set. 2015.

¹⁷ Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=vidigal&espv=2&biw=1242&bih=606&source=lnms&tbn=isch&a=X&ved=0ahUKEwj_olz35b3MAhWKEZAKHZyFC5UQ_AUIBygC#imgsrc=nyHiSrUPrEdkIM%3A. Acesso em 26 out. 2015.

Se o início da ocupação “oficial” é de 1940, suas histórias vêm de muito antes. O nome Vidigal parece fazer referência ao Major Miguel Nunes Vidigal, que ainda durante o Primeiro Império (1822-1831) recebeu as terras do entorno do Morro Dois Irmãos como um presente dos monges beneditinos em cumprimento aos bons serviços prestados¹⁸.

No início do século XX, em 1911, o investidor inglês Charles Armstrong instalou ali o Colégio Anglo-Brasileiro, responsável pelas primeiras ocupações daquela região. Como já apontado, Armstrong também foi o responsável por concluir uma parte da obra iniciada para instalação da linha férrea que ligaria Botafogo à Angra dos Reis, abandonada em 1981. Para facilitar o acesso à escola, parte da via foi inaugurada em 1912, sendo posteriormente finalizada pelo comendador Conrado Niemeyer, que deu o nome a hoje conhecida Avenida Niemeyer, bela via à beira-mar que liga o bairro do Leblon a São Conrado.

Já na década de 1930, o Anglo-Brasileiro foi vendido para o Colégio Stella Maris, que teve importante papel em muitos momentos na história do Vidigal, permanecendo no mesmo local até os dias de hoje.

De acordo com Tepedino (2007), na década de 1940, alguns barracos começaram a se instalar na parte baixa da Av. Niemeyer, próximo à praia e onde hoje se localiza o Hotel Sheraton. No entanto, em poucos anos essas ocupações começaram a se deslocar morro a cima, iniciando a consolidação de uma favela que aparece em alguns registros desde a virada do século XIX-XX.

Apenas a partir de 1950, juntamente com a urbanização e adensamento dos bairros de Ipanema e Leblon, as ocupações no Morro do Vidigal começaram a se expandir. Não sem resistência, em 1958 os moradores enfrentaram sua primeira tentativa de remoção, comandada pela empresa Melhoramentos do Brasil. A tentativa não foi concretizada graças à organização dos moradores, que conseguiram impedir os despejos – começava ali a história de resistência do Vidigal

¹⁸ A figura do Major Vidigal ficou muito conhecida em sua época por sua postura autoritária, ganhando fama por reprimir manifestações culturais populares. Personagem presente no romance de Manoel Antonio de Almeida, *Memórias de um Sargento de Milícias*, no livro de Ruy Castro, *Era no tempo do rei*, e também em quadrinhos popular de sua época: “Avistei o Vidigal, Fiquei sem sangue, Se não sou ligeiro, O quati me lambe. Avistei o Vidigal, Caí no logo, Se não sou ligeiro, Suja-me todo.”. Essas e outras informações estão reunidas no blog: <https://vidiga.wordpress.com/>. Acesso em 24 set. 2015.

na luta pela construção e manutenção de seu território em meio a área mais valorizada do Rio de Janeiro.

Uma nova tentativa de remoção em 1967, na qual o proprietário de um dos terrenos onde a favela está localizada entrou com uma ação de reintegração de posse, resultou na proibição de qualquer nova construção ou mesmo reparo de casas na favela. Em resposta, também em 1967 foi formada a Associação de Moradores do Vidigal, que conseguiu liberar o reparo das casas em negociação com os responsáveis pela Região Administrativa. Estando em pleno regime militar, no qual o combate ao comunismo ditava as regras, uma das estratégias do poder público era a intervenção direta nos sindicatos e associações, assim, foi imputada à própria associação do Vidigal a tarefa de fiscalização para impedir a construção de novas moradias. Essa ação acabou contribuindo para o esvaziamento e pouca efetividade da associação naquele momento (TEPEDINO, 2007).

Em mais um capítulo dessa história, já no ano seguinte teve início a construção do Hotel Sheraton, que tentou privatizar a praia – hoje Praia do Vidigal – para uso exclusivo de seus futuros hóspedes. A tentativa de privatização foi barrada na justiça por uma ação movida pelos moradores do Vidigal, mas deixava clara a permanência do estigma que recaía, e recai, sobre os moradores de favelas.

A década de 1970 foi um período agitado na favela, ao lado das constantes ameaças de remoção, o Vidigal começou a chamar cada vez mais atenção e conquistar apoio para além do morro. Foi nesse período que o compositor e cineasta Sergio Ricardo se mudou para a favela e começou a apoiar a luta dos moradores pela permanência.

Mas foi no ano de 1977 que a favela viveria sua pior ofensiva. Segundo Tepedino (2007), em dezembro desse ano os moradores foram surpreendidos com funcionários da prefeitura em suas portas prontos para a demolição das casas e o reassentamento no conjunto habitacional de Antares, construído com recursos do BNH em Santa Cruz, mais de 30 km distante do Vidigal. O argumento utilizado era o perigo de desabamento, configurando área de risco.

A associação de moradores se organizou e, através da assessoria do advogado Aloísio Teixeira, garantiu um adiamento das remoções sustentando o

direito à moradia e pedindo o reconhecimento da usucapião para aqueles que estavam ali há mais de 10 anos¹⁹. Foi nesse momento que dois atores fundamentais nas histórias de resistência do Vidigal entraram em cena – a Pastoral de Favelas²⁰ do Rio de Janeiro e o Colégio Stella Maris.

Agora com o auxílio da Pastoral e tendo como local de reunião, e mesmo apoio financeiro, do Colégio Stella Maris, os moradores conseguiram expor os reais motivos para a tentativa de remoção – parte do terreno onde se localiza a favela tinha sido adquirida pela empresa Rio Towers para construção de um hotel de luxo na área, projeto do famoso arquiteto Oscar Niemeyer.

Uma vez o real argumento tendo sido divulgado, o Vidigal atraiu grande visibilidade e conseguiu amplo apoio popular, político e artístico na luta pela permanência. Sergio Ricardo teve um papel importante ao levar a luta do Vidigal para além do morro, o compositor foi um dos responsáveis pela organização do show “Tijolo por Tijolo”, realizado na concha acústica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), para arrecadar fundos para a reconstrução de casas no Vidigal. O show contou com a participação de Chico Buarque, Gonzaguinha, Ney Matogrosso e outros músicos²¹.

O advogado Bento Rubião, da Pastoral de Favelas, teve papel fundamental e evitou a remoção de grande parte das famílias ameaçadas. A disputa se prolongou por alguns meses, até a assinatura do decreto de desapropriação para fins sociais, assinado pelo governador Chagas Freitas, em 1978, que colocou fim às ameaças.

De acordo com Gonçalves (2013), o fracasso da tentativa de remoção do Vidigal em 1977 tornou-se o marco do fim da remoção como política pública no Rio de Janeiro, ao menos naquele período. Além disso, ao recuperar os debates nos

¹⁹ “Causa espécie, por outro lado, a súbita preocupação da Municipalidade com a integridade física e a segurança dos requerentes, preocupação tanto mais estranhável quando, existindo a favela no local, comprovadamente, há mais de vinte anos, coincide com a também repentina valorização imobiliária da região, preferida das redes internacionais de hotéis de luxo e similares.” Sentença de 9 de janeiro 1978 da 5ª Vara de Direito Público (Processo nº 3.155). Citada por Rafael Gonçalves, *Favelas no Rio de Janeiro. História e Direito*, 2013.

²⁰ A Pastoral de Favelas é uma entidade vinculada à Igreja Católica que, tal como aponta Brum (2005) teve nesse conflito do Vidigal seu marco inicial de atuação enquanto entidade de apoio às lutas comunitárias na cidade.

²¹ Mais informações disponíveis em: <http://albumitaucultural.org.br/notas/no-brasil-nada-muda/>. Acesso em 6 nov. 2015.

jornais à época sobre o caso, o autor chama atenção também para os interesses imobiliários que já naquele momento ditavam a atuação do poder público.

Assim, entendemos esse episódio como um momento de inflexão na história da favela do Vidigal, que passava agora a ser reconhecida pelo poder público como uma conformação socioespacial da cidade carioca. O fracasso dessa tentativa de remoção marcou a transição na ênfase das políticas em favelas, da remoção às políticas de urbanização.

Apenas dois anos depois, em 1980, o Vidigal recebeu a visita do Papa João Paulo II, que escolheu a favela para discursar sobre o papel da Igreja Católica em se colocar ao lado dos pobres, na busca pela dignidade humana e contra a desigualdade social²². Para receber o Papa, a prefeitura realizou algumas melhorias pontuais na favela, como mais um eco do reconhecimento do Vidigal como território da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 3- Papa João Paulo II em visita à favela do Vidigal, 1980.



Foto: Anibal Philot / Agência O Globo²³

²² Íntegra do discurso do Papa João Paulo II aos moradores do Vidigal pode ser acessado aqui: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1980/july/documents/hf_jp-ii_spe_19800702_vidigal-brasile.html. Acesso em 23 set. 2015.

²³ Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-recebe-papa-joao-paulo-ii-9224970>. Acesso em 26 out. 2015.

No entanto, o fim da década de 1980 ficou marcada mesmo pela expansão e consolidação do tráfico de drogas nas favelas da cidade carioca e no Vidigal não foi diferente. A facção criminosa Comando Vermelho se instalou na favela e passou a exercer seu domínio sobre o território – entrava mais um ator em cena nas dinâmicas de construção do território do Vidigal, e de todo Rio de Janeiro.

2.3 Da política de remoção à política de urbanização

Não sem muita resistência, as favelas passam a compor a geografia oficial da cidade do Rio de Janeiro, mesmo que isso não tenha significado o fim das investidas contra elas ou mesmo sua incorporação efetiva no escopo das políticas sociais e urbanas. Ou seja, a incorporação física das favelas ao território da cidade não significou, necessariamente, sua inserção social.

No entanto, para entender o lugar que as favelas passam a assumir na configuração espacial da cidade, é preciso recuperar as formas pelas quais elas foram sendo incorporadas e os meios utilizados pelo poder público para tanto. Ainda, situar essas intervenções no contexto mais geral que influencia a política urbana municipal é mais um desafio colocado para esse item.

Se as intervenções nas favelas já vinham desde 1950 apontando no sentido de sua consolidação, trazendo alguns melhoramentos pontuais, elas se deram em um contexto marcado por relações políticas clientelistas, que aproveitavam do frágil contexto político-social para negociar pequenas concessões aos moradores de favelas (GONÇALVES, 2013), de forma tanto a garantir os interesses políticos em jogo, quanto de gerir essa população e seus territórios.

Assim, repetimos, apesar da ilegalidade das favelas, nenhuma política institucional foi implantada para erradicá-las de forma integral. A resposta pública dependia do poder dos favelados de fazer valer os trunfos de suas redes clientelistas: a negociação tinha se tornado a palavra de ordem. (GONÇALVES, 2013, p. 160).

Os grupos políticos, buscando sua manutenção no poder, precisavam garantir o apoio das classes mais pobres, com isso, certa inserção dessa população à política precisava ser feita, mas uma inserção parcial e condicionada, que permitisse sua manutenção enquanto mão-de-obra barata ao mesmo tempo em que garantia certos melhoramentos que os fidelizasse aos grupos políticos responsáveis.

Assim, como ressalta Gonçalves (2013) retomando Machado da Silva, o clientelismo aparecia como instrumento paradoxal, pois ao mesmo tempo em que garantia certa integração desses territórios à administração pública, limitava sua inserção efetiva à sociedade política, deixando-os dependentes dos acordos personalistas para acessar a máquina estatal. Além disso, com o status jurídico ilegal das favelas desde o Código de Obras de 1937 e a inexistência de qualquer ação de regularização fundiária, a situação jurídica das favelas permitia que se mobilizasse esse argumento a qualquer momento, tanto para justificar uma remoção quanto a ausência de investimentos públicos nessas localidades.

É apenas com o processo de redemocratização, a partir da década de 1980, que a própria concepção de política urbana assume outras dimensões, incidindo diretamente na forma de atuação do poder público nos territórios de favela. O início dos anos 1980 trouxe de volta à cena movimentos sociais, sindicatos e partidos exigindo mudanças políticas. Segundo Maricato (2015), era a reelaboração da pauta desses movimentos já na década de 1960 que, interrompida por um longo período de ditadura civil-militar (1964 – 1985), voltava com ainda mais força, em um contexto já bem diferente – se na década de 1960 o Brasil contava 44,67% de sua população morando nas cidades, em 1980 esse número já tinha subido para 67,59%.

Um importante marco para a política urbana no Brasil se deu a partir da convocação da Assembleia Constituinte de 1987. Visando garantir a participação da sociedade civil no processo legislativo, a Assembleia recebia propostas de projetos populares com pelo menos 30 mil assinaturas, dentre esses projetos, destaca-se aquele encabeçado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)²⁴, apoiado por mais de 160 mil assinaturas (GONÇALVES, 2013).

O ponto central da proposta apresentada pelo FNRU centrava-se na afirmação do cumprimento da função social da propriedade, a partir da proposição de novos instrumentos jurídicos capazes de garanti-la, permitindo e facilitando a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas para moradia. Também ressaltava a importância de uma política de construção de moradias capaz de

²⁴ O Fórum Nacional de Reforma Urbana é uma articulação de diferentes organizações, movimentos populares, associações de classe e instituições de pesquisa, pautado pela defesa e promoção do direito à cidade. Mais informações em: <http://www.forumreformaurbana.org.br/>. Acesso em 11 out. 2015.

responder ao déficit habitacional brasileiro, atrelada a uma política pública de transportes e serviços públicos. Ou seja, o que estava sendo proposto ali era um projeto de política urbana que pensasse as cidades em toda sua complexidade, garantindo, ainda, sua gestão democrática, através da proposição de diferentes mecanismos que efetivassem a participação, tais como conselhos populares, audiências públicas, plebiscitos.

Em 5 de outubro de 1988 a nova Constituição do Brasil foi promulgada, a chamada “Constituição Cidadã”, que trazia no capítulo da política urbana algumas das propostas do FNRU (artigos 182 e 183)²⁵. A constituição federal consolida o processo de descentralização política, o que, entre outras coisas, deixou a política de desenvolvimento urbano a cargo dos municípios, sendo seu instrumento fundamental a elaboração dos Planos Diretores²⁶, obrigatórios para as cidades com mais de 20 mil habitantes e que devem ser renovados a cada 10 anos.

O primeiro grande programa de urbanização de favelas no Rio de Janeiro é formulado ainda nos primeiros momentos do processo de redemocratização, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal, foi o chamado Projeto Mutirão (1981 – 1989). O programa previa obras de infraestrutura, pavimentação e construção de equipamentos comunitários, além da implementação de programas de capacitação profissional e geração de emprego e renda. Contando com o apoio da UNICEF (Fundação das Nações Unidas Para a Infância) o programa atuou sobre um número restrito de favelas, com obras realizadas nos finais de semana e uso de mão de obra não remunerada. (LEITÃO; BARBOZA; DELECAVE, 2014).

A segunda fase do programa, tal como apontado pelos autores Leitão, Barboza e Delecave (2014), sofre mudanças significativas. A partir de 1984, a mão de obra passa a ser remunerada, o número de favelas atendido é ampliado e as obras são reduzidas à projetos de intervenções mais simplificadas. A partir de 1987, o Projeto Mutirão passa a atuar sobre três eixos: Obras, Educação Sanitária e Reflorestamento.

²⁵ Disponível em:

<http://alerjin1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/2b0b3fe92a9119b803256561007b7c24?OpenDocument> Acesso em 19 out. 2015.

²⁶ O Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, consolida o Plano Diretor como instrumento fundamental do planejamento urbano: “[Plano Diretor] é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.” (p.13), ou seja, o Plano Diretor deve conter as diretrizes básicas que nortearão a política urbana dos municípios.

A administração de Leonel Brizola (1983 – 1987) no governo do Estado pode ser entendida como um marco dessa nova postura de intervenção. Eleito através de uma campanha de combate ao regime militar e proximidade com as camadas populares, seu governo procurou atender as principais demandas dos moradores de favelas.

A criação do Projeto Favelas (Proface), através da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), foi responsável pela instalação de serviços públicos em muitas favelas da cidade. Segundo Gonçalves (2013), apenas dois anos após sua criação, o programa já tinha atingido 245 mil pessoas.

O governo Brizola também foi responsável pela criação do primeiro programa de regularização fundiária por meio da oferta de títulos de propriedade, em 1983: Cada Família Um Lote (CFUL)²⁷. Ainda de acordo com Gonçalves (2013), o programa tinha o objetivo de regularizar 400 mil imóveis em toda região metropolitana do Rio, atingindo favelas e loteamentos informais, mas seu resultado foi bem mais modesto, com 16 mil títulos provisórios entregues, sendo que muitos destes não chegaram sequer a receber o título definitivo.

A baixa efetividade do programa pode ser entendida tanto pelas dificuldades enfrentadas “em campo”, como o fato de muitos moradores serem inquilinos, quanto pela falta de uma estrutura institucional capaz de responder aos desafios colocados por uma política que enfrentava altos custos políticos e econômicos (GONÇALVES, 2013), resultado de uma legislação inapropriada e uma cultura política que atua sobre uma gestão negociada desses territórios e de sua população. Assim, os poderes públicos preferem tolerar – ou manter? – a informalidade das ocupações do que enfrentar os caminhos da regularização fundiária desses territórios, mantendo essa população sempre nas fronteiras do formal e informal, tornando-a mais vulnerável às mudanças na configuração espacial das cidades.

A promulgação da Constituição Federal teve importante impacto na política urbana do Rio de Janeiro, ao menos a nível legislativo. Tal como ressalta Gonçalves (2013), a nova constituição do Estado, promulgada um ano após a federal, trazia, entre outros fatores, diretrizes e normativas de desenvolvimento urbano que

²⁷ Não conseguimos informações a cerca das favelas que foram beneficiadas pelos programas de urbanização e regularização fundiária até aqui citados, incluindo o caso do Vidigal.

deveriam assegurar a urbanização e regularização fundiária das favelas, colocando a remoção como caso de última exceção.

O primeiro Plano Diretor da cidade (PDDCRJ-92, Lei Complementar nº 16), aprovado em 1992, confirmava as diretrizes apontadas na Constituição do Estado, consolidando as políticas de urbanização e regularização fundiária das favelas cariocas, trazendo, inclusive, um novo conceito jurídico. Tal como consta no artigo 147:

(...) favela é a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais.

Apesar da manutenção de uma visão que ressalta a ilegalidade e precariedade dos territórios de favela, o conceito aponta uma visão mais técnica, livre de juízos de valor (GONÇALVES, 2013). Ainda, o Plano Diretor ressaltava o papel do município em garantir a permanência dos moradores das favelas após os programas de urbanização, através da regulamentação do uso e ocupação do solo.

Entretanto, sob essa nova configuração, os programas de urbanização e regularização fundiária de favelas ficaram sob a responsabilidade quase exclusiva dos municípios, que adotaram tímidas iniciativas antes do programa Favela-Bairro, marco na política de urbanização de favelas no Rio de Janeiro. A cidade que por anos tentou extirpá-las de seu território foi se tornando um verdadeiro laboratório de programas de urbanização de favelas.

Saturino Braga (1986 – 1988) instituiu o projeto Profavela prometendo a transformação das favelas em bairros populares. Sem recursos, o programa nunca saiu do papel. Seus sucessores também pouco fizeram nesse sentido, com isso, as diretrizes das novas Constituições não encontravam eco na formulação de políticas públicas efetivas.

O plano municipal sofre uma grande mudança com a eleição para a prefeitura de Cesar Maia, que, com apenas um intervalo, esteve na liderança da cidade entre 1993 e 2008²⁸. Foi sob sua gestão que o Rio de Janeiro elaborou seu primeiro Plano

²⁸ Após sua primeira gestão (1993 – 1996), Cesar Maia foi substituído por Luiz Paulo Conde (1997 – 2001), retomando o poder em seguida para dois mandatos.

Estratégico, contando com a assessoria internacional de Jordi Borja e Manuel Castells, representantes do modelo urbanístico de Barcelona, que vê a cidade como um motor fundamental de crescimento econômico. Assim, em 1995 é homologado o primeiro Plano Estratégico da cidade, que tinha como eixo fundamental a parceria entre o setor público e o setor privado para a atração de investimentos internacionais.

Desenhava-se ali a mudança no padrão de relação entre poder público, sociedade e mercado, inaugurando o Rio de Janeiro naquilo que Harvey (1996) chamou de empreendedorismo urbano, um padrão de governança fundado na promoção do desenvolvimento econômico pelo poder público. Dentre as inúmeras estratégias que podem ser adotadas pelas cidades para se inserir no mercado mundial, um elemento é fundamental: sua imagem.

Sob a lógica do Planejamento Estratégico, o Plano Diretor perde força como diretriz do desenvolvimento urbano, enquanto a imagem da cidade passa a ser elemento fundamental para o mercado internacional que era agora almejado. Nesse sentido, o programa Favela-Bairro surge como um dos projetos emblemáticos da política urbana municipal (GONÇALVES, 2013), uma vez que atuaria justamente sobre os territórios que estavam na contramão dessa lógica, as favelas, vistas como locais de pobreza e precariedade. Também é sob o governo de Cesar Maia que o instrumento de demarcação de AEIS começa a ser utilizado, visando à regularização fundiária dessas áreas.

O programa Favela-Bairro é implementado por Cesar Maia em 1994, idealizado pelo então secretário municipal de urbanismo Luiz Paulo Conde como um entre os seis programas propostos pelo Grupo Executivo de Assentamentos Populares (Geap). Segundo Marcello Burgos (1998), tal como apresentado, o programa deveria ser coordenado por uma secretaria exclusiva, daí a criação, em caráter ainda provisório, da Secretaria Extraordinária de Habitação, que contaria ainda com o apoio da COMLURB, companhia de coleta de lixo municipal, e da CEDAE, companhia de água do Estado. Diferente dos programas adotados até aquele momento, o Favela-Bairro conseguiu uma atuação conjunta de diferentes órgãos públicos, rompendo com o caráter pontual das intervenções urbanas que vinham sendo realizadas.

O programa previa melhorias em infraestruturas, implementação de serviços públicos e regulamentação urbanística. Assim, colocava o espaço público como alvo central de intervenções, rompendo com os programas que focavam em melhorias residenciais. Dados de 1990 indicavam que, dos domicílios de favelas, menos de 20% era atendido por redes de esgoto e 60% por água encanada. Apenas 3,7% desses domicílios tinham títulos de propriedade (BURGOS, 1998).

Como fonte de financiamento, Cesar Maia firmou um acordo em 1995 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que forneceu 180 milhões de dólares somados aos 120 milhões dólares do Governo do Estado, apenas para a primeira fase do programa. Em 2000, o mesmo orçamento é aprovado para a segunda fase.

Ainda de acordo com Burgos (1998) para selecionar as favelas que seriam beneficiadas pelo programa, foi criado um critério com base no tamanho: pequena, média, grande. As favelas inicialmente escolhidas eram de porte médio, com 500 a 2.500 domicílios, população variando entre 2 mil e 10 mil moradores, representando 40% dos moradores de favelas na cidade. Entre estas, foram escolhidas aquelas com mais facilidade para receber intervenções, chegando a um número inicial de 16 favelas beneficiadas na primeira fase do programa.

A segunda fase (2000 – 2005) teve início no mandato de Conde e continuou pelo segundo mandato de Cesar Maia, atuando em outras 62 favelas e 24 loteamentos irregulares. Paralelamente, foram criados outros dois programas de urbanização – Favela Bairrinho (com menos de 500 domicílios) e Grandes Favelas (com mais de 2.500 domicílios)²⁹.

Até o ano de 2000, o Favela-Bairro interviu em 115 favelas, atingindo cerca de 450 mil pessoas (GONÇALVES, 2013). No entanto, mesmo reconhecido como um programa inovador e modelo para a América Latina, o Favela-Bairro também foi alvo de muitas críticas, principalmente no que diz respeito à qualidade das obras, sua manutenção e, com isso, durabilidade. Também a falta de participação popular efetiva na elaboração e execução das obras foi fortemente criticada.

²⁹ A história das urbanizações nas favelas Parte II: Favela-Bairro. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=5042>>. Acesso em 19 out. 2015.

A favela do Vidigal entra no escopo do programa Favela-Bairro já em sua primeira fase, tendo sido o projeto criado e executado entre 1996 e 1998. O escritório contratado para a elaboração do projeto foi o Atelier Metropolitano, sob coordenação do arquiteto Jorge Mario Jauregui.

Figura 4 - Mapa das intervenções previstas pelo programa Favela-Bairro



Fonte: jauregui.arq.br³⁰

Como podemos notar na imagem acima, a intervenção do Favela-Bairro no Vidigal seguiu as diretrizes previstas no programa, privilegiando melhoramentos e a provisão de infraestrutura e equipamentos públicos à melhorias residenciais. Nas palavras do arquiteto Jauregui:

A favela de Vidigal, pela sua vez, constitui um caso especial de centralidade linear sinuosa multipolarizada, configurada ao longo da

³⁰ Disponível em: <http://jauregui.arq.br/favela-bairro-vidigal.html>. Acesso em 26 out. 2015.

rua principal de acesso, começando na praça de articulação favela-bairro e culminando no mirante projetado no alto do morro. As atividades cívicas, culturais, esportivas, de lazer e de prestação de serviços, se dispõem sobre este eixo. Um teleférico foi projetado para atravessar diagonalmente a favela contribuindo para reduzir o fluxo interno (muito intenso) de veículos, ao mesmo tempo que possibilitar o acesso à magnífica vista da zona sul da cidade e das praias, permitindo inclusive a visita turística, interconectando a favela aos bairros vizinhos de São Conrado, Rocinha, Gávea e Leblon.

Os edifícios arquitetônicos projetados cumprem neste contexto um papel fundamental; eles são as marcas visíveis de uma nova "aura" do lugar, no sentido que representam a conquista do direito à arquitetura e aos serviços dos quais são portadores.

Tanto as creches, como no caso do Campinho e Fubá, ou uma vila olímpica, como no Vidigal [...] constituem o início da chegada dos elementos da cidade formal à favela, com o mesmo nível de elaboração formal e espacial.

No caso da Favela do Vidigal uma única rua principal que atravessa a comunidade de alto a baixo, constitui a espinha dorsal que costura todos os "eventos" distribuídos ao longo dela, tratados como pontos de singularização que definem setores com identidades específicas. A Vila Olímpica e seu entorno, o ginásio e suas áreas conexas, o centro profissionalizante, a praça criada junto à sede da associação de moradores, o parque ecológico, o tratamento do Largo do Santinho, a remodelação do "Teatro Nós do Morro", a sede do núcleo da Comlurb e a praça principal de acesso, são alguns desses pontos principais. Isto constitui um percurso que culmina no belvedere onde está prevista a chegada do teleférico projetado³¹.

É interessante notar já naquele momento a proposta de construção de um teleférico que, além de servir ao uso dos próprios moradores, serviria também ao turismo "à magnífica vista da zona sul da cidade e das praias". O teleférico, no entanto, nunca saiu do papel.

Em seguida ao fim das obras de urbanização, o Morro do Vidigal é declarado Área de Especial Interesse Social (Lei nº 2704), em 8 de dezembro de 1998, pelo então prefeito Luiz Paulo Conde. Como veremos adiante, esse reconhecimento seria necessário para a fase de regularização fundiária do programa, que nunca aconteceu.

A AEIS é um instrumento urbanístico que aparece pela primeira vez no Rio de Janeiro na Lei Orgânica do Município em 1990, regulamentado pelo Plano Diretor em 1992. Trata-se de um instrumento de política urbana que permite ao poder municipal tratar de forma diferenciada determinadas áreas da cidade, em geral,

³¹Retirado do site do escritório Atelier Metropolitano, disponível em: <http://www.jauregui.arq.br/favelas2.html>. Acesso em 19 out. 2015.

áreas de ocupação informal de baixa renda, como favelas e loteamentos irregulares, ou terrenos não utilizados ou subutilizados. Uma vez delimitada uma AEIS, ela demanda o estabelecimento de parâmetros diferenciados de urbanização, parcelamento da terra e uso e ocupação do solo, ou seja, uma vez demarcada a área, é preciso dotar esse instrumento de conteúdo.

O Plano Diretor de 1992, em seu artigo 141, colocava como condição para a inclusão de determinada área no escopo de programas de urbanização sua demarcação como AEIS³². Assim, dentro do próprio programa Favela-Bairro, para a fase de regularização fundiária (Proap-Rio), seria necessário que as favelas beneficiadas fossem declaradas AEIS, o que foi feito, mesmo o Favela-Bairro não tendo avançado na regularização fundiária.

Entendemos esses processos de demarcação de áreas de favela como AEIS enquanto mais um momento de inflexão na história das favelas no Rio de Janeiro, expressão agora não apenas do reconhecimento desses territórios, mas também de sua consolidação, através dos programas de urbanização implementados. No entanto, como veremos a frente, esse é um processo que se perpetua atravessado por profundas tensões entre o reconhecimento e consolidação e as contínuas tentativas de remoção que voltam a todo momento.

Com a ausência de regularização fundiária, emergia já naquele período o debate sobre a valorização imobiliária nas favelas em consequência de obras de urbanização. Segundo Gonçalves (2013), os valores dos imóveis em algumas favelas urbanizadas aumentaram em 97% entre 1995 e 1997. Já o valor dos imóveis do entorno dessas favelas teriam tido um aumento de 20% durante o mesmo período. Enquanto alguns viam nessa valorização um resultado positivo das intervenções, outros chamavam atenção para a relação perigosa entre a valorização imobiliária e a fragilidade da segurança da posse dos moradores, o que muitas vezes resultava na incapacidade de se manter no local frente ao aumento dos preços.

³² O Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro, de 1992, está disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/573ad0b372ea8c96032564ff00629eae/758414dfce085d47032577220075c7e4?OpenDocument>>. Acesso em 19 out 2015.

Não foi apenas a regularização fundiária de favelas que não avançou no Rio de Janeiro. Também as AEIS se mantiveram, pelo período de uma década, como instrumentos vazios, sem qualquer efetividade, uma vez que seus parâmetros urbanísticos não foram delimitados³³. No caso do Vidigal, o decreto de uso e ocupação do solo foi publicado 13 anos após a demarcação da AEIS, em 10 de janeiro 2011 (Decreto 33352).

Qual o efeito prático do esvaziamento desse instrumento urbanístico para as favelas? Mais uma vez, acreditamos que essa possa ser outra estratégia do poder público para manter esses territórios e sua população nas margens da fronteira entre o formal e informal, permitindo que sejam geridas de acordo com os interesses que conformam a configuração espacial da cidade a cada momento. Uma vez publicadas as regras de uso e ocupação do solo, resta-nos agora saber sua efetividade e a quem elas têm servido, tarefa que buscaremos desenvolver no próximo capítulo.

A aprovação da Lei do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), ainda sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso, em 2001, seguida pela criação do Ministério das Cidades, sob o governo do presidente Lula, em 2003, dão sequência a consolidação de políticas urbanas inauguradas com a promulgação da Constituição Federal, reintroduzindo, nesse momento, a escala nacional na discussão e gestão das cidades, sinalizando a construção de uma política urbana nacional (GONÇALVES, 2013). Sob esse contexto foram formulados programas como o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), programas de escala nacional que têm tido grande impacto nas cidades³⁴.

³³ A título de exemplo, a favela Santa Marta foi demarcada AEIS em 2000 (Lei nº 3135), sendo o decreto de uso e ocupação do solo publicado em 2009 (nº 30870); a lei de AEIS da favela da Babilônia é de 1999 (nº 2912), seu decreto de uso e ocupação do solo de 2013 (nº 37.914 e 37.915); lei de AEIS do Complexo Cantagalo/Pavão-Pavãozinho de 2003 (nº 3688), seu decreto de uso e ocupação do solo publicado em 2010 (nº 33015). Como podemos notar, ao menos em todos esses territórios, a AEIS também se manteve como um instrumento vazio durante anos.

³⁴ No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, o PAC – Favelas é responsável por obras de urbanização em 15 favelas e loteamentos de baixa renda na cidade. Mais informações disponíveis no site do programa: <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/urbanizacao-de-assentamentos-precarios/rj/>. Acesso em 20 out. 2015.

Quanto ao Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro, Faulhaber (2012) chama atenção para como a construção de conjuntos habitacionais através do programa tem viabilizado a maior onda de remoções da história do Rio de Janeiro, em números absolutos. Além disso, ao mapear a localização dos empreendimentos, o autor também lança luz para a periferização dos conjuntos, consolidando

O novo Plano Diretor do Rio de Janeiro é aprovado em 2011, trazendo grande parte do arcabouço de seu antecessor. No entanto, tal como nos chama atenção Gonçalves (2013), no que diz respeito às favelas, este último tem uma diferença fundamental que deve ser ressaltada – se o Plano Diretor de 1992 reforçava a necessidade de integração das favelas à cidade, o atual tem como uma de suas diretrizes a contenção do crescimento e expansão das favelas, com o estabelecimento de limites físicos e regras urbanísticas especiais. Além disso, no conceito jurídico de favela trazido pelo novo Plano Diretor há a introdução da noção “ocupação clandestina”, o que representaria um retorno a valoração desses territórios pelos documentos oficiais.

Quanto aos atuais programas de urbanização e regularização fundiária, o que seria a terceira fase do programa Favela-Bairro, com financiamento já aprovado pelo BID, foi transformado pelo atual prefeito Eduardo Paes (2009 – atual) no Programa Morar Carioca. Apresentado em 2010 como um dos grandes legados dos Jogos Olímpicos de 2016, o programa, com orçamento de 8 bilhões de reais, prometia a urbanização e integração de todas as favelas da cidade até 2020. No entanto, sua efetividade tem sido muito menor que o prometido³⁵.

Pensando na diretriz trazida pelo novo Plano Diretor do município de contenção do crescimento e expansão das favelas, uma diferença do Morar Carioca em relação ao programa Favela-Bairro deve ser ressaltada. No concurso realizado em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o Morar Carioca estimulou a apresentação de projetos que desadensassem o tecido urbano das favelas, com a construção de prédios nos vazios deixados pelas retiradas das casas (LEITÃO; BARBOZA; DELECAVE, 2014).

Assim, como ressaltam os autores, trata-se de uma mudança ideológica na intervenção sobre os territórios de favelas. O Favela-Bairro tinha como premissa o respeito à conformação física dos territórios, tal como construído por seus moradores, deslocando o mínimo necessário de famílias. Já o Morar Carioca pode ser visto como um programa que tem interferido também na dimensão simbólica dos

um modelo de cidade excludente e segregador, no qual a população de baixa renda vem sendo expulsa de áreas centrais e realocada nas bordas da cidade.

³⁵ “Morar Carioca: o desmantelamento do sonhado programa de urbanização para as favelas”, publicado em 25/09/2014. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=12410>>. Acesso em 20 out. 2015.

territórios, trazendo mudanças significativas na forma como esses espaços são construídos e vivenciados, ainda, de maneira autoritária, com a imposição de projetos com grande impacto na morfologia dos espaços e a remoção de um maior número de casas³⁶. Nesse sentido, poderíamos pensar o Morar Carioca mais como um esforço de integração do espaço físico dos territórios, mas não de seus moradores, configurando mais um elemento que poderia atuar no sentido de descaracterização das favelas da zona sul enquanto território popular.

Após as obras do Favela-Bairro, ainda na década de 1990, a favela do Vidigal não esteve no escopo de novos programas de urbanização e regularização fundiária mais recentes, seja o PAC do governo federal e estadual, seja o Morar Carioca do governo municipal. No entanto, a partir da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em 2012, a favela tem passado por profundas transformações sociais e urbanas, que serão objeto de reflexão ao longo do trabalho.

Ao longo desse capítulo, buscamos fazer um resgate histórico da construção do espaço urbano do Rio de Janeiro, atentando principalmente para o lugar e o papel das favelas da zona sul nesse movimento, e no caso mais específico desse trabalho, da favela do Vidigal. Em seguida, partindo de um momento no qual as favelas são finalmente consolidadas como uma organização socioespacial que compõe a configuração espacial da cidade, voltamos o olhar para as formas de atuação e intervenção do poder público no sentido de melhorar a infraestrutura desses territórios, contribuindo para sua inserção no tecido urbano dito formal.

Ao recuperar a história da ocupação e consolidação da favela do Vidigal, buscamos não apenas situá-la nesses processos de construção da cidade, mas também ressaltar as singularidades que marcam sua história e influenciam as dinâmicas que conformam seu território hoje, chamando atenção para as tensões

³⁶ A favela da Babilônia, no Leme, é um dos casos que exemplifica esse modo de intervir do programa Morar Carioca, no caso, ainda com uma particularidade, a Babilônia é a única favela que recebe obras do Morar Carioca Verde (<http://www.cidadeolimpica.com.br/morar-carioca-verde-no-morro-da-babilonia/>, acesso em 20 out. 2015), a parte do projeto “sustentável”. Sob essa justificativa, 60 casas no alto do morro foram demolidas, algumas com mais de 100 anos de história, para o estabelecimento de um eco limite e o controle da expansão da favela. Os moradores foram reassentados em um prédio construído na parte baixa da favela. “Babilônia e a ameaça de gentrificação”, disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=2095>>, publicado em 18/09/2011. Acesso em 20 out. 2015.

que atravessam todos esses processos, entre o formal e o informal, remoção e reconhecimento, despossessão e resistência.

Acreditamos que essa recuperação histórica possa nos ajudar a entender qual o sentido das atuais transformações urbanas no Vidigal e sua inserção nas dinâmicas mais gerais que conformam a cidade hoje, marcada por processos de reajuste em sua configuração espacial, como o retorno das remoções em massa e da realização de grandes obras urbanas sob a justificativa dos megaeventos³⁷. Ou seja, partindo da hipótese de que viveríamos um movimento de neoliberalização da cidade e das políticas urbanas, qual o papel tem sido dado às favelas da zona sul nesse novo arranjo espacial?

No próximo capítulo, pretendemos aprofundar essa discussão através da inclusão de novos elementos – a instalação das UPPs e a entrada de novos atores. A hipótese aqui é de que estaríamos vivendo mais um momento de inflexão na história da (re)construção da cidade do Rio de Janeiro, e da favela do Vidigal especialmente, expressão do avanço das políticas neoliberais.

³⁷ O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro têm produzido dossiês anuais sobre as transformações urbanas e sociais recentes na cidade sob a justificativa dos megaeventos e seus impactos sobre a cidade e a população carioca, configurando um grave quadro de violações de direitos humanos e a consolidação de um modelo de cidade excludente. A versão de 2014 do dossiê “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro” está disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf>. Acesso em 20 out. 2015.

3 A POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO E O MERCADO

Desde 2009, o carro-chefe da política de segurança pública no Rio de Janeiro tem sido a implementação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em algumas favelas da cidade. O argumento oficial ressalta a retomada do controle desses territórios pelo Estado, mas a instalação seletiva das unidades pelo território, privilegiando favelas situadas em áreas de maior valorização imobiliária, nos caminhos do roteiro turístico ou que se encontram no entorno dos equipamentos esportivos, tem colocado dúvidas sobre seu real objetivo.

A curta experiência das UPPs já revela alguns de seus impactos, sendo a maior ofensiva do mercado formal uma delas. Como frequentemente ouvimos nas favelas: “a Sky já vem dentro do caveirão”. Traçar a relação entre segurança e mercado no contexto da cidade neoliberal, partindo da favela do Vidigal, é um dos objetivos desse capítulo.

3.1 O discurso hegemônico da violência e suas contradições

Para entender o surgimento da instalação das UPPs em (algumas) favelas como a grande “solução” para a segurança pública carioca é preciso recuperar o discurso que a legitimou, ou seja, o discurso anterior da violência que marcou essas favelas nas décadas passadas, construindo o imaginário que agora respalda o discurso da pacificação. Para tanto, vamos retomar o fio da história de onde paramos – década de 1980.

Em um país cada vez mais urbanizado³⁸, com grandes fluxos migratórios em direção as cidades do sudeste, o número daqueles que subiam o morro em busca de casas também aumentava constantemente na cidade carioca, resultado da atração que os empregos na construção civil exercia, principalmente, durante o período conhecido como o “milagre econômico”. Em um momento de grandes investimentos em infraestruturas urbanas e desenvolvimento das vias de transporte,

³⁸ Segundo dados do IBGE, a população brasileira passou a ser majoritariamente urbana a partir da década de 1970, em uma proporção de 56% - 44%, em 1980 a população vivendo nas cidades chega 66%, número que continuou aumentando nas décadas seguintes, alcançando mais de 80% nos anos 2000.

o Brasil passou a exercer importante papel em um ramo comercial especial – o tráfico de drogas ilícitas.

O país compõe a rota internacional de drogas ilícitas que saem da Bolívia, Peru e Colômbia rumo à Europa e aos Estados Unidos, sendo o Rio de Janeiro um dos portos utilizados. A partir de 1980, parte dessa mercadoria ficava no Brasil para abastecimento interno e já em 1990, a rota Paraguai – São Paulo – Rio de Janeiro começou a ser utilizada também como rota para o tráfico de armas de guerra, que passavam a ser requeridas naquele momento nas disputas pelos pontos de venda entre as facções nas favelas do Rio de Janeiro e nos confrontos com a polícia (MISSE, 2011).

Segundo Márcia Leite (2015), é assim que, a partir de 1980, o tráfico de drogas ilícitas assume outros contornos, colocando em movimento grandes fluxos financeiros a partir da internacionalização das atividades, principalmente do tráfico de cocaína.

Já as facções que protagonizavam as disputas por esses pontos de venda têm uma história mais antiga. De acordo com Michel Misse (2011), essas facções surgem dentro das penitenciárias, ainda durante a década de 1970, a partir da convivência entre presos comuns, geralmente assaltantes de bancos, e presos políticos, colocados juntos graças à Lei de Segurança Nacional (1969) que passou a considerar como crime comum aqueles cometidos pelos opositores ao regime.

Através de sua organização, os presos políticos conseguiam garantir certos direitos dentro das penitenciárias, o que passou a ser replicado pelos presos comuns. Ainda, alguns entre eles também se consideravam politicamente “de esquerda”, segundo Misse (2011), foi desse encontro que teria surgido a “Falange Vermelha”, posteriormente conhecida como o Comando Vermelho, facção que por muitos anos esteve na disputa pelo controle do território do Vidigal.

Ainda segundo o autor, entre 1982 e 1985, consolidou-se uma forma de organização que interligava os pontos de venda nas favelas controladas pelo Comando Vermelho, conformando uma grande rede distribuída entre os territórios sob seu domínio, enquanto, como contrapartida, o Comando se responsabilizava por garantir a proteção dentro das penitenciárias daqueles que compunham a sua rede.

Entretanto, apesar da tentativa de comandar a venda a varejo de cocaína no Rio de Janeiro, ainda durante os anos 1980, o Comando Vermelho viu emergir um grande oponente, a facção Terceiro Comando, que passou a disputar violentamente com ele esses territórios, dando início a uma corrida armamentista que só se intensificou na década seguinte, com a proliferação de dissidências dentro dessas facções.

Junto aos conflitos oriundos dessa disputa, os moradores que já viviam em meio ao fogo cruzado passaram a viver também com as invasões comandadas pela polícia, que gratificava seus agentes pelas mortes de líderes do tráfico de drogas – o Estado passava a ver os territórios de favela como território inimigo, território de guerra. Um dos resultados dessa política foi a estigmatização dos moradores de favela, “confundidos” com os traficantes e tão sujeitos quanto eles à violência policial.

Dessa forma, a violência do Estado também deve ser entendida como um componente do discurso da violência que passou a atravessar esses territórios. Como nos chama atenção Michel Misse (2011), encurralados entre a polícia e os traficantes, muitos moradores se submeteram e se silenciaram, assim, não podendo contar com esse auxílio, a polícia passou a adotar cada vez mais uma postura de invasão e extermínio generalizado. Arelado a esse comportamento, muitos agentes policiais se dividiam entre combater os traficantes e, ao mesmo tempo, negociar sua proteção, contribuindo ainda mais para a vulnerabilidade da população frente a esses poderes em disputa pelo e no território.

O retorno dos discursos de estigmatização das favelas e de sua população é acompanhado por uma mudança no seu sentido: do “problema favela” a “favela problema”. Não se tratava mais de um questionamento sobre essa forma urbana, mas, uma vez reconhecida sua consolidação, passam a representá-la agora como local que abriga o problema, o “problema” da criminalidade.

De acordo com Leite (2015), é a partir desse momento que as favelas passam a ser representadas, sobretudo, como “territórios da violência”, *locus* das “classes perigosas”, mas a partir de um novo sentido de perigo representado pela pobreza e marginalidade – a figura do favelado não era mais entendida como resultado de uma inserção parcial ao mercado de trabalho, geradora de uma marginalidade decorrente

de sua “incivilidade”, agora, o perigo vinha da violência individual contra a pessoa e o patrimônio que eles representavam.

A própria contiguidade territorial dos moradores de favelas com os traficantes de drogas ilícitas, somada à ideia da vulnerabilidade social e econômica de muitos deles, tornava-se a expressão de sua culpabilidade. Constituídas na percepção social como “territórios da ilegalidade”, as favelas passam a ser geridas como “territórios da violência”. Ou seja, essa nova representação das favelas e de seus moradores atrelada à imagem do tráfico de drogas violento é sobreposta à representação de espaços ilegais, criando uma imagem radicalmente oposta entre favela e bairros formais.

Sintetizando seu argumento e apresentando sua referência analítica e teórica, Márcia Leite afirma:

É nesse sentido que argumento que essas categorias de nomeação [*favela* e *favelado*], enquanto dispositivos discursivos constituíram-se como um dos dispositivos com função estratégica dominante para a produção desses espaços urbanos como *margens* do Estado e da cidade, subsidiando e justificando as políticas públicas de urbanização precária – que Rafael Gonçalves (2010), ressaltando o papel do Estado em sua produção, designa “congelamento urbanístico” – assentadas (nos)/justificadas pelos ilegalismos (Foucault, 1997; Telles, 2010) que atravessariam seu cotidiano e teriam seu solo na ilegalidade fundiária das favelas. (LEITE, 2015, p. 381).

Ao retomar brevemente a construção social das favelas, lançando mão da ideia de *margem*, a autora chama atenção para como essas representações vão sendo sobrepostas com as mudanças dos contextos históricos e atuam como justificativa para as formas especiais de gestão desses territórios pelo Estado. É nesse sentido que Leite (2015) vai afirmar que favela, ao menos no Rio de Janeiro, passa a funcionar como categoria que marca as fronteiras sociais, espaciais e morais entre territórios, embasando e legitimando dinâmicas que reforçam ainda mais sua segregação.

As transformações nas formas de representar as favelas como territórios da violência são em grande medida alimentadas pela imprensa e produções acadêmicas. Clivagens como “morro” e “asfalto” passam a permear o imaginário carioca, marcando a oposição entre a cidade formal e os territórios das carências no mais amplo sentido, logo, supostamente propícios para disseminação da violência.

Exemplo desse momento foi o livro “Cidade Partida” (1994), do jornalista Zuenir Ventura, que contribuiu para consolidação e disseminação desse conceito como chave de leitura da realidade carioca. Ao comparar as experiências dos moradores de Vigário Geral, que recentemente tinham vivenciado uma grande chacina³⁹, com ativistas da Zona Sul, o autor afirmava essa divisão a partir das experiências de violência.

Também a grande imprensa exerceu um papel fundamental na construção desse discurso hegemônico que marcou as favelas como territórios de violência. Destaques cotidianamente, as favelas cariocas eram sempre as protagonistas nos relatos de episódios de violência que aterrorizavam a população da cidade.

Nas duas manchetes abaixo, o Vidigal é o grande palco da “guerra do tráfico” durante dois dias seguidos, em um período no qual o território estava em disputa entre facções do Vidigal e da vizinha favela da Rocinha. O resultado do confronto envolvendo explosões de granadas foi a comunidade sem luz e ocupada por 50 agentes policiais.

Figura 5 - Guerra do tráfico volta a levar medo ao Vidigal



Fonte: Acervo O Globo, 08 de setembro de 20

³⁹ Em agosto de 1993, 21 pessoas foram executadas em Vigário Geral em uma única noite por um grupo de extermínio. O caso ganhou grande visibilidade pelo tamanho do massacre e envolvimento de policiais militares.

Figura 6 - Guerra sem fim no Vidigal



Fonte: Acervo O Globo, 09 de setembro de 2005

É preciso ressaltar a importância desses discursos veiculados pela imprensa, dia após dia, em suas páginas. O alcance dessa fala e sua relevância na construção de um discurso hegemônico sobre criminalidade e favela foi fundamental para disseminar entre a população carioca a sensação de insegurança decorrente dos confrontos nesses territórios. Dessa forma, a imprensa contribuía para criar a relação direta entre insegurança e favela, consolidando a estigmatização desses territórios e de sua população.

Essa mudança na representação das favelas também é acompanhada por uma mudança na forma de atuação do Estado, suas demandas deixam de ser lidas a partir do campo da cidadania e da “questão urbana” para serem interpretadas como uma questão de segurança pública, reduzindo toda a diversidade das demandas das favelas à necessidade de combater o tráfico de drogas e suas disputas violentas pelos territórios (LEITE, 2015).

No entanto, como todo processo de transformação social, essa não é uma história livre de contradições, ao contrário, está atravessada por processos que vão na contramão dessa representação hegemônica das favelas como territórios da violência, especialmente se pensarmos o caso do Vidigal.

Sua localização privilegiada e o apelo da vista sempre foram elementos de destaque na favela do Vidigal, atraindo a curiosidade de muitos visitantes e garantindo alguns caminhos alternativos aos discursos da violência. O grupo de teatro Nós do Morro é um bom exemplo de como a história do Vidigal carrega há

muito tempo, a despeito das narrativas de violência, a marca de um local de intensa efervescência cultural.

O grupo Nós do Morro surge do encontro entre a iniciativa do padre austríaco Humberto Leed, que em 1986 inaugurava na favela o Centro Cultural Padre Leed, com o ator e diretor cultural Gutí Fraga, recente morador da favela que, junto a outros jovens do Vidigal, dá origem ao grupo de teatro Nós do Morro, apresentando sua primeira peça já em 1987, “Encontros”, no Centro Cultural.

Figura 7 - O Vidigal encena a realidade do morro



Fonte: Acervo O Globo, 23 de Julho de 1987

Goiano, Gutí Fraga mudou-se para o Rio de Janeiro e escolheu o Vidigal como casa, não apenas pela sua vista e localização, mas também porque “o lugar respirava cultura”, rodeado por uma vizinhança artística de peso, como Gal Costa, Lima Duarte e outros tantos conhecidos artistas⁴⁰. A proximidade com o circuito cultural “oficial”, concentrado na zona sul da cidade, somada à suas características físicas e iniciativas como o grupo de teatro Nós do Morro contribuíram para consolidar a imagem cultural da favela do Vidigal ao longo do tempo.

Ainda na década de 1990, o Vidigal era também procurado por pessoas que vinham de outras regiões da cidade buscando moradia próxima ao trabalho ou à praia. Também já naquele momento alguns empreendedores viam ali uma

⁴⁰ Entrevista de Gutí Fraga ao HT, disponível em: <http://www.heloisatolipan.com.br/teatro/em-entrevista-exclusiva-guti-fraga-fundador-do-nos-do-morro-fala-da-expansao-da-ong-dilma-maioridade-penal-e-editais-de-cultura-sao-utopicos/>. Acesso em 30 jan. 2015.

oportunidade de negócios, compravam barracos nas fronteiras das favelas com os bairros “formais” na zona sul, aproveitando-se da localização com preços mais baixos e da ausência de legislação urbanística.

Figura 8 - Traços de especulação imobiliária no Vidigal na década de 1990

16 • GRANDE RIO

Barracos à venda: bom negócio nas favelas do Rio

PAULO ROBERTO DE ARAÚJO

“Vende-se — São Conrado — prédio de quatro andares, três apartamentos, loja com banheiro e cozinha com ampla visão da Praia de São Conrado e Praia da Oliva. Preço: C\$ 4 milhões à vista!”

Se fosse publicado nos classificados dos jornais, o anúncio certamente atrairia muita gente. Se que o imóvel — que está à venda há seis meses — fica no alto da barrada da Oliva e é uma das 20 mil construções da Rocinha, onde, como nas demais favelas do Rio, a especulação imobiliária tornou-se um grande negócio em época de aquecimento alto e crise no sistema habitacional.

A Rocinha está provocando um novo fenômeno nas favelas: com localização privilegiada na Zona Sul, os especuladores estão pagando qualquer preço pelo terreno que, depois de transformado em apartamentos ou em prédios de até sete pavimentos, milha a favela para cima, fugindo do alaguel na Zona Norte e ficando perto do local de trabalho, mesmo tendo que viver em condições onde há muita violência e falta de saneamento básico, expulsando antigos moradores, que não resistem à tentação de ter um bom dinheiro na mão para voltar à favela.

— Isso aqui já foi muito bom, ganhou dinheiro e não ficou rico porque não pensei no futuro. O crescimento da favela trouxe a concorrência e os lucros diminuíram. Muita gente quer vender aqui e foi embora. Vou vender tudo e alugar uma padaria em Campos, de onde sai há 30 anos — diz João Batista, o “Abacatinho do Bar”, de 47 anos, que colocou cartazes na Rocinha para vender o prédio de quatro pavimentos, que dá para um nível abaixo da Barrada da Guávia.

Sem qualquer legislação que discipline as construções, a verticalização toma conta das principais favelas do Rio. Não é preciso ter muito dinheiro para se entrar no mercado da especulação e muito menos se preocupar com documentos, já que um simples recibo de compra e venda, feito na presença de duas testemunhas, é o suficiente para dar título e posse de um barraco que, na Favela Nova Maria, em zona de C\$ 200 mil. Com a crise no setor imobiliário, surgiram prédios e biquilhões não tinham há duas décadas, as duas administrações da Rocinha — que administram cerca de quatro mil imóveis — não tem um barraco para vender ao alugar.

Em todas as favelas — não conta de 40 anos morando no topo de 1,1 milhão de pessoas — há um problema: o preço de compra dos terrenos é muito baixo, já que não há especulação.

Um mês depois que a Rocinha foi verticalizada, a Rocinha atrai quem paga aluguel caro na Zona Norte

Visto assim do alto, lei não existe

tem que apresentar dois retratos, identidade e pagar a taxa de C\$ 2 mil. A venda geral de lotes foi denunciada à Prefeitura pela Federação das Associações de Favelas do Rio.

Vidigal vence luta contra especulação

Para o Presidente da Fafel, o problema da especulação imobiliária aconteceu nos últimos dois anos por falta de um programa habitacional para a população carente e classe média.

— Sem poder pagar aluguel, o trabalhador acabou procurando moradia na favela. Entre Vidigal e o Centro do Rio não há um grande negócio em andamento em todas as favelas do Rio, especialmente nas mais bem localizadas e próximas do Centro e Zona Sul. Ele reconhece que neste ano foram construídos milhares de barracos sobre as edificações da Cidade dos Meninos e a de crianças e adolescentes da favela da Guávia.

Resumindo: na Rocinha, em 1988, o crescimento desordenado e a especulação imobiliária na Favela de Vidigal Geral, onde ele preside a Associação de Moradores.

Quando um favelado é desalojado, o Estado não tem nada para oferecer e o trabalhador para o trabalho, mesmo se pagar o aluguel e o aluguel é muito caro. Há pouco tempo foi a Rocinha e fugiu para o Centro, com aquele nome de barracos, um e outro no outro, com risco de desmoronar tudo, provocando um grande transtorno — disse Naldino.

— A especulação é clara. Quando invadem as favelas, o proprietário não sabe o que está fazendo. Não é o proprietário que está fazendo o negócio. Não é o proprietário que está fazendo o negócio. Não é o proprietário que está fazendo o negócio.

Faferj recorre aos códigos para evitar superpopulação

Uma legislação que discipline as construções nas favelas e controle o crescimento desordenado é a sugestão da Prefeitura da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj). Naldino Ferraz, da Rocinha, prevê o crescimento da favela. Entre Vidigal e o Centro do Rio não há um grande negócio em andamento em todas as favelas do Rio, especialmente nas mais bem localizadas e próximas do Centro e Zona Sul. Ele reconhece que neste ano foram construídos milhares de barracos sobre as edificações da Cidade dos Meninos e a de crianças e adolescentes da favela da Guávia.

Resumindo: na Rocinha, em 1988, o crescimento desordenado e a especulação imobiliária na Favela de Vidigal Geral, onde ele preside a Associação de Moradores.

Quando um favelado é desalojado, o Estado não tem nada para oferecer e o trabalhador para o trabalho, mesmo se pagar o aluguel e o aluguel é muito caro. Há pouco tempo foi a Rocinha e fugiu para o Centro, com aquele nome de barracos, um e outro no outro, com risco de desmoronar tudo, provocando um grande transtorno — disse Naldino.

— A especulação é clara. Quando invadem as favelas, o proprietário não sabe o que está fazendo. Não é o proprietário que está fazendo o negócio. Não é o proprietário que está fazendo o negócio.

Fonte: Acervo O Globo, 17 de abril de 1988

O privilégio da localização do Vidigal não está apenas na vista para o mar, mas na proximidade com territórios elitizados (entre Leblon e São Conrado), o que possibilitou a construção de porções desse território destinadas à classe média e alta que não conseguiam acessar esses bairros, materializadas até hoje nas construções que embaralham as fronteiras físicas da favela com prédios e casas de alto padrão na subida do morro.

O caso do Vidigal é mais uma vez exemplar, a av. João Goulart, principal rua de acesso à favela, é composta em seu início por prédios e casas de médio e alto padrão que passam a se diluir entre construções mais irregulares e adensadas conforme se alcança o alto do morro. Formalmente, parte dessa avenida, inclusive, compõe a dita área formal da cidade, não fazendo parte do traçado da AEIS, mas, na prática, essas fronteiras são muito menos delimitadas e mais porosas, ficando difícil dizer onde começa ou termina a favela.

Também o turismo já emerge como possibilidade no Vidigal, mesmo que timidamente, especialmente pelo apelo de sua trilha que leva até o Morro Dois Irmãos e da vista que acompanha os visitantes por todo o caminho.

Figura 9 - Turismo chega às favelas: Rocinha e Vidigal



Fonte: Acervo o Globo, 19 de março de 1992

Não obstante, a década de 1990 intensifica as disputas territoriais pelos pontos de venda de drogas e os confrontos com a polícia, invisibilizando toda a diversidade cultural e social desses territórios. As incursões policiais se tornam mais constantes, a política de extermínio atinge níveis alarmantes e os relatos cotidianos nos jornais continuam. Ainda assim, isso não significa que essas outras histórias tenham sido encerradas, o grupo de teatro Nós do Morro, por exemplo, continuou a produzir peças e alcançar cada vez mais notoriedade, rompendo as fronteiras do Vidigal e levando seu nome para outros lugares da cidade.

Com isso, queremos ressaltar as contradições que perpassam o processo de construção dessa imagem das favelas como territórios exclusivos de violência, processo que silencia seus moradores e reduz sua diversidade cultural e social. No lugar de problematizar as causas desses episódios de violência, da ascensão do tráfico de drogas ilícitas como um ramo comercial extremamente lucrativo e de dimensão internacional, o que se viu foi a alimentação desse cenário de violência através da militarização crescente desses territórios com uma polícia treinada para atuar como em uma guerra em que todos são inimigos.

Longe de solucionar, a opção do Estado por essa forma de gestão desses territórios serviu apenas para ver aumentar os casos de violência nesse período, que eram rapidamente relatados pela grande imprensa, também ator fundamental nesse

processo de construção de um discurso hegemônico que silencia a multiplicidade. Mesmo a favela do Vidigal, com suas importantes particularidades – vista exuberante, proximidade com territórios elitizados, tradição cultural – não conseguiu se sobrepor ao discurso hegemônico das favelas como territórios de violência.

Figura 10 - Vidigal se transforma em pesadelo

32 • Rio 2ª EDIÇÃO Domingo, 3 de Setembro de 1995

Vidigal se transforma em pesadelo

O cenário continua atroz, com casas quase destruídas sobre o mar, mas a história do Morro do Vidigal deixou de ser água com açúcar. Desde que assumiram o controle da favela, os traficantes conhecidos como Elid, Patrick, Gringo e Geovani protagonizaram cenas de truculência explícita, transformando o local em cenário de sangue-banque. Com medo, os moradores da classe média, que sempre conviveram sem problemas com os vizinhos mais pobres, deixaram de ir às festas, pagodes e jogos que varravam a madrugada. Os encontros no bar do lico, no meio da favela e que funcionam há horas, também foram esquecidos. No Vidigal, reina o terror. Acostumado a voltar para casa de madrugada sem medo, o arquiteto A. tem se imposto um horário rígido: se não chegar até meia-noite, dorme no casa de um amigo no Leblon. É melhor do que ser revistado pelos traficantes. Interessados em descobrir policiais à paisana, eles têm feito

lábios na Avenida Presidente João Goulart. — Durante a madrugada, os traficantes correm numa caminhada silenciosa para cima e para baixo, sempre com as metralhadoras para fora — diz. O engombeiro Z. diz que sempre sentiu que o tráfico no Vidigal era forte e bem organizado. Mas observa que, antes, os bandos eram dispersos, não hierarquizados. Agora, não hesitam em dar demonstrações de força. Outra moralista, K., ficou espantada ao ver, há dois meses, um corpo jogado numa casquinha da Cominbr — a poucos metros da Avenida Niemeyer. Já C. acha que o clima festivo do Vidigal, onde era celebrado o encontro de classes sociais diferentes, acabou porque os traficantes estão visíveis de fora. — Vi os traficantes antigos crescerem. O Elvian e o Caio, que antecederam Gringo, tomavam café na minha casa. Esse grupo de fora pôs garotos armados em todas as ruas.

Trio de bandidos comanda 60 homens

Para controlar a venda de entorpecentes no Morro do Vidigal, os quatro principais traficantes da região dividiram-se em duas duplas, que se revezaram a cada quinze dias na favela. Com a morte de Gringo, no último dia 9, os três remanescentes estão decididos quem vai substituir o marginal, apelidado por policiais da 15ª DP (Gávea) e por moradores da região como um dos bandidos mais violentos que a favela já conheceu. O tríplice comando pelo menos cerca de 60 homens — desarmados de fuzis, escopetas e metralhadoras — divididos entre civis, fogueiros e "genêros".

Os policiais da delegacia da Gávea já sabem que o bando veio da Favela da Maré, no Campo Grande, em Campo Grande, Zona Oeste da cidade. O trio é composto por Sérgio Moita, Adriano, o Elid, João Carlos Marquês, o Geovani, e Patrick, cujo nome seria Paulo César, na semana passada, o delegado José Alberto Pires Lage descobriu que o nome que Gringo usava, José Carlos Martins, era falso.

Com base nos depoimentos e nas acusações de alguns presos, os policiais da 15ª DP conseguiram, através da 3ª Vara Criminal, a decretação da prisão preventiva dos três chefes. Nos inquéritos, os traficantes são acusados de tráfico de drogas e homicídios.

— No início do ano passado não tínhamos nada contra os três. Eles podiam ser presos e liberados logo depois, porque não constavam em suas fichas. Hoje, caso sejam detidos, temos como triunfo a ordem do prisão preventiva firmada pela 3ª Vara Criminal. Também estamos trabalhando na identificação dos "bandidos", como é o caso de Hamilton Machado, o Jacaré, que também está com prisão preventiva decretada — esclareceu o delegado.

Rotina de crueldade aterroriza morro e asfalto

Antes de ser assassinado com cinco tiros pelo traficante conhecido como Gringo, na madrugada do dia 4 passado, a estudante Flávia Silveira de Araújo Preses foi torturada por quase duas horas no alto do Morro do Vidigal. Sua morte violenta foi apenas mais uma de que os traficantes são acusados. Segundo a polícia, uma semana antes de matar Flávia, Gringo e Patrick mantiveram o traficante Rosa Rê, que os teria denunciado. Além de cortar as orelhas e a língua do companheiro, os traficantes taparam no buraco dos olhos da vítima com pedras de cocaina. Os pedregos cortados foram pregados num poste.

Gringo e Patrick também são acusados pela polícia de terem assassinado em dezembro do ano passado o traficante Antônio Matias da Silva, que lhes teria dado um "bando" (quando drogas sem pagar). A polícia afirma também os assassinos de dois traficantes rivais por Sérgio Moita, o Elid, Gringo e João Carlos, o Geovani, em março de 1994. Outro traficante, não identificado, assassinado pela quadrilha no início do ano e jogado numa jipe na Avenida João Goulart, teve teve os olhos arrancados. Os bandidos também são acusados de matar três outros traficantes desarmados na Estrada do Casarão, na Floresta de Tijuca, em julho do ano passado.

Cerca de 400 inquéritos sobre as mortes no Vidigal e na Rocinha se acumularam nos últimos quatro anos na 15ª DP (Gávea).

50 em 1980, os policiais já contabilizaram pelo menos 15 mortes. Caso o número de homicídios cresça no mesmo ritmo até o fim do ano, a criminalidade nos dois locais terá aumentado em quase 30 por cento. Os agentes também investigam o chamado "tráfico do asfalto", onde usuários de drogas, de famílias de classe média alta, compram cocaína nas bocas-de-fumo e revendem em vários pontos da Zona Sul — chamadas "setoras".

— Os viciados acabam morrendo nas mãos de traficantes por causa dessas negociações, que podem acabar em "bando" e morte — diz o delegado-instituto Jorge Luís Dias, que estima o movimento mensal de venda de drogas, na Rocinha e no Vidigal, em R\$ 1,5 milhão.

Fonte: Acervo O Globo, 03 de setembro de 1995

De acordo com LEITE (2015), essa política de segurança pública terá seu ápice no episódio que ficou conhecido como a Chacina do Alemão, em 2007, na iminência dos Jogos Pan-Americanos na cidade. Sob a necessidade de garantir a segurança do evento, 19 pessoas foram mortas em um único dia, em uma operação policial que contou com um efetivo de 1.350 policiais, em um processo que ganhou grande repercussão internacional, sendo denunciado à ONU como uma ação de extermínio.

O resultado disso foi mais uma alteração no discurso sobre a representação da violência, e também das favelas, onde o Programa Estadual de Pacificação de Favelas surge como a grande – e inovadora – solução, inserida em um contexto mais amplo de reestruturação urbana, na qual os megaeventos esportivos aparecem como os grandes impulsionadores e legitimadores dessas transformações.

3.2 O discurso da “pacificação”

Apresentado como um dos programas mais importantes da segurança pública nos últimos anos, a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) surge em 2008 proclamada como a grande solução para a violência na cidade do Rio de Janeiro. Os objetivos do programa são assim apresentados em sua página oficial:

O Programa engloba parcerias entre os governos – municipal, estadual e federal – e diferentes atores da sociedade civil organizada e tem como objetivo a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico, assim como a garantia da proximidade do Estado com a população.

A pacificação ainda tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades.⁴¹

A primeira Unidade de Polícia Pacificadora foi instalada em 19 de dezembro de 2008, na favela Santa Marta, em Botafogo, bairro da zona sul do Rio de Janeiro – pouco depois do anúncio da escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo FIFA de 2014⁴² e logo antes da escolha do Rio de Janeiro para receber os Jogos Olímpicos em 2016⁴³. Hoje, são 38 favelas ocupadas pelas UPPs⁴⁴.

O Programa se apresenta com o duplo objetivo de livrar os territórios dominados pelo tráfico de drogas e, assim, permitir a entrada do Estado nesses locais com infraestrutura e programas sociais. Apesar de ser visto como um programa que rompe com a política de segurança pública anterior (LEITE, 2015), ele está fortemente ancorado no discurso hegemônico que marcava as favelas como locais exclusivos da violência, nas quais o Estado estaria, supostamente, ausente. O

⁴¹ Apresentação do programa no site. Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Acesso em 16 fev. 2016.

⁴² Anúncio feito em 30 de outubro de 2007: <http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Campeonatos/0,,MUL163196-9790,00.html>. Acesso em 11 mar. 2016.

⁴³ Anunciado em 2 de outubro de 2009: <https://www.youtube.com/watch?v=y1s13NMhhyE>. Acesso em 11 mar. 2016.

⁴⁴ Segundo listagem retirada no site da UPP, as favelas ocupadas são: Santa Marta, Cidade de Deus, Jardim Batan, Babilônia e Chapéu-Mangueira, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, Ladeira dos Tabajaras/Cabritos, Providência, Borel, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano, Macacos, São João, Quietos e Matriz, Coroa, Fallet e Fogueteiro, Escondidinho e Prazeres, Complexo de São Carlos, Mangueira, Vidigal, Fazendinha, Nova Brasília, Adeus/Baiana, Alemão, Chatuba, Fé/Sereno, Parque Proletário, Vila Cruzeiro, Rocinha, Manguinhos, Jacarezinho, Caju, Barreira/Tuiuti, Cerro-Corá, Arará/Mandela, Lins, Camarista Méier, Mangueirinha e Vila Kennedy. Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Acesso em 10 mar. 2016.

próprio nome “pacificação” denuncia a concepção do projeto, que estaria trazendo a “paz” para lugares antes dominados pela “guerra”.

Nesse sentido, a ocupação policial permanente aparece como condição para entrada do Estado – e não só dele. Segundo Leite (2015), estava implícita aqui a ideia de que a segurança seria necessária não apenas para a preservação dos moradores, mas para o próprio funcionamento das instituições públicas ali.

A ruptura do programa com as experiências anteriores é entendida tendo em vista a adoção do modelo de polícia comunitária, que vinha no sentido de transformar a relação da polícia com os moradores de favelas, incluindo uma transformação no próprio processo de seleção e formação dos novos agentes, não mais treinados para a “guerra”⁴⁵. Essa não foi a primeira iniciativa nesse sentido – durante as décadas de 1980 e 1990, duas experiências de implementação de uma polícia de proximidade falharam, o Posto de Policiamento Comunitário (PPC) e o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE). Ambos os programas previam bases de apoio da polícia em algumas favelas, com um efetivo variando entre 5 e 15 policiais (CUNHA; MELLO, 2011).

Um último elemento importante para entendermos o programa de maneira geral, tal como apontado por Marcia Leite (2015), é a ideia de que a ocupação policial permitiria legitimar a demanda dos moradores, não mais submetidos ao tráfico de drogas. Ou seja, estaria contida aqui a imagem de uma população incapaz de formular suas próprias demandas, o que acabou legitimando o papel de gestor também dado à UPP, que passou a ter a prerrogativa de decidir o que é permitido ou não nas favelas ocupadas, tal como veremos mais adiante.

Para cumprir esse duplo objetivo de livrar os territórios do domínio do tráfico de drogas e ao mesmo tempo permitir a entrada do Estado com equipamentos e serviços sociais, em agosto de 2010 é lançado o Programa UPP Social, com a função de coordenar programas sociais, culturais, ambientais e de desenvolvimento

⁴⁵ Em 2013, a morte de um aluno da PM em formação no curso da UPP decorrente de ações de tortura às quais foi submetido pelos responsáveis do curso, junto com outros alunos, colocou em dúvida o caráter “comunitário” desses policiais: *Aluno da PM que teria sofrido trote em curso de formação tem morte cerebral*. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-11-19/aluno-da-pm-que-teria-sofrido-trote-em-curso-de-formacao-tem-morte-cerebral.html>. Acesso em 16 fev. 2016.

nas favelas pacificadas, através da articulação entre município, Estado, empresas e ONGs⁴⁶.

Inicialmente coordenado pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado (SEASDH), o programa foi transferido ao município em menos de seis meses, ficando então sob responsabilidade do Instituto Pereira Passos (IPP)⁴⁷, em parceria com a ONU-Habitat – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.

Assim, em 11 de janeiro de 2011, é oficialmente apresentado o programa UPP Social Carioca, tendo como principais objetivos a consolidação do controle territorial das favelas recuperadas através da UPP, a urbanização e regularização do fornecimento de serviços, como água, luz e saneamento, promover o desenvolvimento social e econômico e, por fim, possibilitar a eliminação das fronteiras materiais e simbólicas que separariam a favela da cidade formal (CUNHA; MELLO, 2011). Ou seja, toda a política pensada para as favelas cariocas estava ancorada na ocupação policial permanente desses territórios, logo, também muito dependente do sucesso dessa ocupação.

Os primeiros anos do programa foram embalados pela euforia com o seu sucesso, expresso, principalmente, na queda das taxas de homicídio nas áreas pacificadas⁴⁸, tanto assim, que serviu como uma das grandes promessas do governador Sergio Cabral (PMDB) em sua campanha pela reeleição, em 2010 – pacificar, até o fim do novo mandato, todas as favelas do Estado dominadas pelo tráfico de drogas ou pela milícia⁴⁹.

Contudo, passado esse momento inicial, alguns de seus problemas começaram a vir à tona, em sua maioria, fruto da continuidade de muitas das formas

⁴⁶ *Governo lança UPP Social, programa para comunidades pacificadas do Rio*. O Globo, 19 ago. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/governo-lanca-upp-social-programa-para-comunidades-pacificadas-do-rio-2963015>. Acesso em 13 mar. 2016.

⁴⁷ O Instituto Pereira Passos (IPP) é o órgão de planejamento estratégico do município responsável pela produção de dados, informações e mapas. Mais informações em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp>. Acesso em 13 mar. 2016.

⁴⁸ *Taxa de homicídios em UPPs é quase 1/3 da média nacional*, O Globo Online, 7 dez. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/taxa-de-homicidios-em-upps-quase-13-da-media-nacional-11004359>. Acesso em 30 mar. 2016.

⁴⁹ *Confira as promessas do governador Sergio Cabral para cobrar ações do governador reeleito*. O Globo Online, 3 out. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/confira-as-promessas-do-governador-sergio-cabral-para-cobrar-acoes-do-governador-reeleito-4986900>. Acesso em 30 mar. 2016.

de proceder da polícia militar tradicional – relatos de abusos, maus tratos e mesmo desaparecimentos sob o comando da polícia pacificadora começaram a circular pela imprensa⁵⁰. O caso do desaparecimento do pedreiro Amarildo, em 2013, na favela da Rocinha, é emblemático desse processo de enfraquecimento do programa⁵¹.

Em 2014, a prefeitura do Rio de Janeiro alterou o nome do programa UPP Social, rebatizado de Rio+Social, em uma clara tentativa de desvincular a totalidade das políticas públicas daquelas relacionadas à segurança, no caso, desvincular as ações do poder público municipal do programa estadual que começava a enfrentar duras críticas.

3.3 A UPP do Vidigal

No dia 18 de janeiro de 2012, o Vidigal recebia a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora, a 19ª unidade da cidade, prevista para atuar sobre a área das favelas do Vidigal e Chácara do Céu⁵².

A instalação da UPP representava a consolidação da ocupação iniciada em novembro, através da operação “Choque de Paz”, quando uma ação integrada pela Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Federal ocupou as favelas do Vidigal, Chácara do Céu e Rocinha em um mesmo dia – eram as três últimas favelas da zona sul a serem ocupadas pelas forças do Estado.

⁵⁰ *Em 76% das UPPs no Rio há denúncia contra algum policial*. Folha de S. Paulo, 2 set. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1335523-em-76-das-upps-no-rio-ha-denuncia-contra-algum-policial.shtml>. Acesso em 30 mar. 2016.

⁵¹ O pedreiro Amarildo, morador da favela da Rocinha, desapareceu no dia 14 de julho de 2013, depois de ser levado à sede da UPP para averiguação no âmbito da operação “Paz Armada”, realizada nos dias 13 e 14 de julho. O caso do desaparecimento de Amarildo se tornou um símbolo na luta contra a violência policial e uma das pautas das manifestações de junho daquele mesmo ano. Em 2016, 12 policiais militares, dos 25 acusados, foram condenados pela tortura e morte de Amarildo. Sobre a repercussão do caso para o projeto UPP: *Caso Amarildo abalou projeto UPP, diz Pezão*. Portal UOL, 19 set. 2014. Disponível em: <http://noticias.band.uol.com.br/eleicoes/2014/rio-de-janeiro/100000708673/caso-amarildo-abalou-projeto-upp-diz-pezo%C3%A3o.html>. Acesso em 30 mar. 2016. UPP: os cinco motivos que levaram à falência o maior projeto do governo Cabral. Revista Fórum Online, 12 fev. 2014. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2014/02/12/upp-os-cinco-motivos-que-levaram-a-falencia-o-maior-projeto-do-governo-cabral/>. Acesso em 30 mar. 2016.

⁵² A Chácara do Céu é uma pequena favela ao lado do Vidigal (segundo censo do IBGE de 2010, com uma população de 694 habitantes) que não apresenta grandes indícios de estar passando por processos semelhantes aos da favela do Vidigal. Dado o curto tempo de pesquisa, optamos por não incluí-la no escopo do trabalho.

Dada a proximidade entre as favelas, a operação ocorreu simultaneamente, na madrugada do dia 13 de novembro de 2011, contando com o apoio de blindados do exército, caveirões do BOPE, helicópteros e um grande efetivo de agentes policiais. Antes do raiar do dia, o BOPE entrava na Rocinha enquanto o Batalhão de Choque da PM ocupava o Vidigal. Apesar de ter sido uma operação considerada tranquila, policiais que entraram no Vidigal afirmaram ter encontrado muito óleo na rua e alguns móveis abandonados na tentativa de dificultar a entrada dos agentes⁵³.

Passadas as primeiras horas da ocupação, as bandeiras do Brasil e do Rio de Janeiro eram hasteadas nas favelas, em mais um ato carregado de simbolismo marcando a retomada desses territórios pelo Estado.

Figura 11 - Hasteamento das bandeiras no Vidigal, 13 nov. 2011



Fonte: G1 / Thamine Leta⁵⁴

A operação policial nas três favelas contou com uma grande cobertura midiática, o portal de notícias na internet G1 fez uma cobertura ao vivo, desde o início da madrugada, sobre o andamento da operação. Aqui, é curioso notar quando

⁵³ O portal de notícias G1 fez uma cobertura ao vivo da operação “Choque de Paz”, que pode ser encontrada no link a seguir: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rocinha-e-vidigal/cobertura/>. Acesso em 14 mar. 2016.

⁵⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/bandeiras-do-brasil-e-do-rio-de-janeiro-sao-hasteadas-no-vidigal.html>. Acesso em 14 mar. 2016.

no meio da cobertura, ainda no início da manhã, é anexada uma reportagem com o título: *Mercado vê imóveis mais caros em São Conrado com UPP da Rocinha*. Na matéria, publicada nas primeiras horas do primeiro dia de ocupação da favela, as entidades do mercado imobiliário já falavam em uma valorização de 30% dos imóveis da região. Nas palavras do presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio (Ademi-RJ): “a UPP vai valorizar os imóveis entre 70% e 100% em algumas regiões do bairro. É o preço real de morar bem, em área nobre, ao lado de uma comunidade pacificada.”⁵⁵.

O conteúdo da matéria, no entanto, não é de causar espanto. Desde o início da implementação das unidades de polícia pacificadora, a valorização dos imóveis do entorno já era um dos resultados mais comemorados, tanto pelos profissionais da área, quanto pelos próprios moradores. Como veremos adiante, essa relação entre segurança e mercado não é mera casualidade.

Passados quatro anos de sua inauguração, a UPP do Vidigal hoje conta com um efetivo de 246 policiais militares e três bases de apoio: uma na entrada da favela, outra na região do Sobradinho, no alto do morro, e a terceira na Chácara do Céu⁵⁶.

O Fórum UPP Social, que marca o início da atuação do programa municipal Rio+Social nas favelas pacificadas, foi realizado no Vidigal em 2 de março de 2012. O Fórum é um encontro realizado logo depois da ocupação das favelas, no qual os moradores são apresentados ao programa e a equipe que atuará na região, reunindo, assim, representantes do poder público, moradores, ONGs e empresas parceiras para discutir demandas e propostas que guiarão o programa na localidade⁵⁷.

O programa Rio+Social, alocado no Instituto Pereira Passos (IPP), produz e sistematiza dados demográficos e socioeconômicos das favelas pacificadas, apoiando-se nos censos realizados pelo IBGE, reunidos no documento Panorama

⁵⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/mercado-ve-imoveis-mais-caros-em-sao-conrado-com-upp-da-rocinha.html>. Acesso em 14 mar. 2016.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/ficha-tecnica-upp-vidigal/Vidigal>. Acesso em 14 mar. 2016.

⁵⁷ Informações retiradas do site do programa, disponível em: <http://www.riomaissocial.org/2012/02/forum-upp-social-chega-ao-vidigal-e-a-chacara-do-ceu-nesta-sexta/>. Acesso em 30 mar. 2016.

do Território. O documento contendo as informações do Vidigal e de sua população foi publicado em setembro de 2014 e traz dados censitários, informações a cerca das condições de ocupação e dos serviços urbanos e as legislações urbanísticas e programas já realizados na favela, sendo sempre comparativos à cidade do Rio de Janeiro ou à região administrativa na qual a favela se localiza⁵⁸. O objetivo do documento é subsidiar as intervenções do poder público municipal em consonância com as especificidades de cada área.

Segundo os dados do Panorama do Território, o Vidigal possui uma população de 9.677 pessoas, divididas em 3.448 domicílios. A densidade demográfica do território da favela é de 328,3 pessoas por hectare, cerca de três vezes maior que a média do município (110 hab/há), já o adensamento dentro dos domicílios é praticamente igual a média do restante da cidade – enquanto no Vidigal é de 2,99 pessoas, para o município ela fica em 2,94.

A propósito das condições de ocupação, em 2010, o Vidigal possuía 77% dos domicílios declarados como sendo próprios, porcentagem que acompanha a média da região administrativa da Lagoa (72%) e do município (73%). Importante ressaltar aqui, mais uma vez, que essas informações foram recolhidas através do censo do IBGE realizado em 2010, ou seja, anterior a instalação da UPP na favela. Apesar de ser um dado comparativo importante para testarmos a hipótese de que o Vidigal estaria sofrendo uma descaracterização enquanto território popular – o que envolve uma tendência na alteração do perfil dos moradores, com a chegada de pessoas de classe social mais elevada, podendo significar um aumento no número de aluguéis – não temos como compará-lo com as informações pós UPP, uma vez que o censo só será realizado novamente em 2020.

O mesmo vale para as informações relacionadas a escolaridade e rendimento mensal dos moradores. Em 2010, a média de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais era de 7,1% no Vidigal, contra 1% na RA da Lagoa e 2,9% para a totalidade da cidade. Já no que diz respeito ao rendimento mensal por pessoa, os dados apontam que 4,4% da população do Vidigal viviam na linha da pobreza, média que fica em 0,5% para a RA da Lagoa e 2,8% para o município, já a faixa,

⁵⁸ Documento completo disponível em: <http://www.riomaissocial.org/wp-content/uploads/2014/09/1-Panorama-dos-Territ%C3%B3rios-UPP-Vidigal-Ch%C3%A1cara-do-C%C3%A9u.pdf>. Acesso em 30 mar. 2016.

ainda bastante baixa, entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, abarcava 18,1% da população, resultando em mais de 20% dos moradores do Vidigal vivendo com menos de um salário mínimo por mês⁵⁹.

Em relação às condições dos serviços urbanos, como acesso à rede geral de água, rede de esgotamento sanitária, coleta de lixo e luz elétrica, os dados para o Vidigal se assemelham a média do município - 98,6% dos domicílios declararam ter acesso à rede de água, 98% consideravam o esgotamento sanitário adequado, 100% afirmaram ser contemplados pela coleta de lixo e 91,8% possuíam energia elétrica com o uso do medidor. No entanto, é importante sublinhar que os dados se referem a existência ou não desses serviços, não contemplando sua qualidade e regularidade.

Uma ultima observação importante revelada pelo documento é a discrepância interna ao território do Vidigal. Todos os itens analisados possuem uma distribuição desigual pelas áreas que compõem a favela, sendo aquelas de mais difícil acesso as que concentravam os piores índices. Essa é uma informação importante se considerarmos que, no geral, as áreas de difícil acesso são justamente aquelas localizadas na parte alta do morro – hoje, a parte mais valorizada e cobiçada pelo mercado.

3.4 Política de segurança, mercado e cidade neoliberal

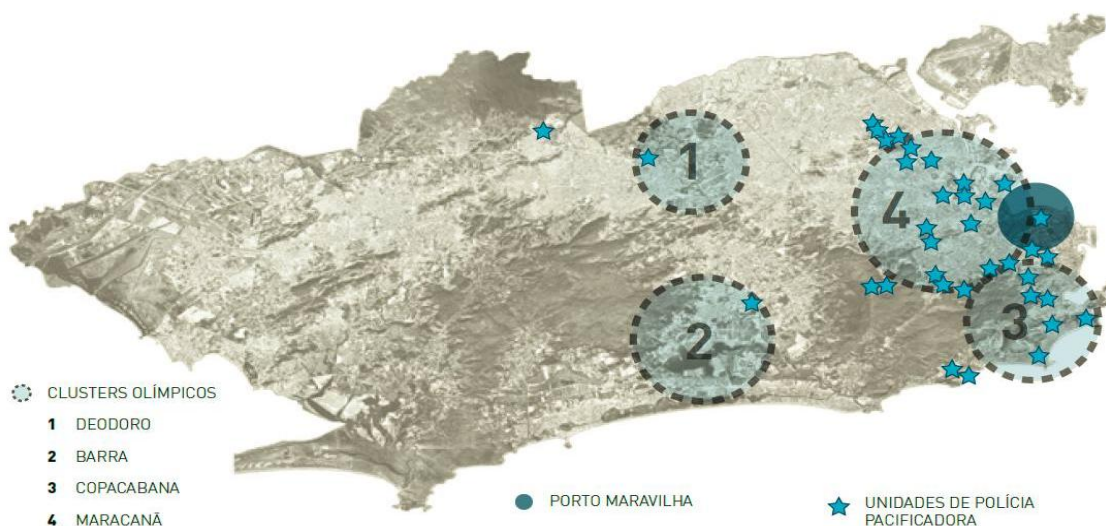
A recuperação dos discursos que embalsamaram o surgimento da UPP e seu recebimento eufórico pela grande imprensa e entidades do mercado imobiliário torna explícita a relação entre política de segurança e mercado sob a perspectiva da urbanização neoliberal. Aqui, vamos tentar traçar essa relação e, a partir dela, desenhar de maneira mais geral a armadura teórica que nos guiará no próximo capítulo, quando, enfim, chegamos ao Vidigal contemporâneo.

O mapa abaixo, elaborado com dados de 2014, apresenta a localização das UPPs em relação aos chamados *clusters olímpicos*, conjunto de locais de competição onde serão realizados os Jogos. Através dele vemos a relação direta

⁵⁹ Em 2010, o salário mínimo era de R\$ 510,00,

entre as áreas que concentram os investimentos sob a justificativa dos megaeventos esportivos e a distribuição territorial das unidades de polícia pacificadora.

Figura 12- Localização das UPPs no Rio de Janeiro/2014



Fonte: Lena Azevedo e Lucas Faulhaber⁶⁰

De acordo com Freeman (2012), a política da UPP aparece como estratégica para o Rio de Janeiro enquanto cidade empreendedora em torno da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 – garantir a atração dos megaeventos esportivos é garantir a oportunidade de investimentos massivos, especulação e valorização imobiliária em várias frentes da cidade. Para tanto, o Estado garante a conquista e o controle dos territórios pela força, liberando a expansão do capital privado.

Como nos lembra o autor, apenas duas semanas após o anúncio da escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, um confronto no Morro dos Macacos, em Vila Isabel, vizinho ao bairro do Maracanã, terminou com um helicóptero da polícia derrubado pelos traficantes. A notícia repercutiu pelo mundo, inclusive com documentos vazados pelo Wikileaks demonstrando a preocupação da embaixadora dos Estados Unidos com a segurança na cidade para receber os Jogos – a política da UPP, recém-iniciada, ganhava ainda mais força.

⁶⁰ Mapa retirado do livro *Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*, de Lena Azevedo e Lucas Faulhaber. Rio de Janeiro: Mórula, 2015, pág. 60.

Desde seu início, diversos setores do mercado se colocaram como apoiadores das UPPs, inclusive financeiramente. Chama atenção o anúncio do então governador Sérgio Cabral, em 2010, sobre a criação de um fundo para a realização de obras para as unidades de polícia pacificadora nas favelas. Fizeram parte desse fundo: Bradesco Seguros, Coca-Cola, Souza Cruz, Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Grupo EBX. Somente este último, do grupo do empresário Eike Batista, comprometeu-se com a doação de R\$ 20 milhões por ano, até 2014, para a instalação das UPPs em todo o Estado⁶¹.

Figura 13 - Empresários se unem com o governo do Rio para firmar convênio para realização de obras nas UPPs



Fonte: Gabriel de Paiva / Agência O Globo⁶²

As entidades de classe do setor imobiliário também são grandes entusiastas do programa de pacificação, principalmente pela valorização dos imóveis do entorno da qual elas vêm acompanhadas: “segurança pública é um elemento fundamental, os bairros com UPP tiveram valorização quase imediata. Foi um fator determinante”,

⁶¹ Governo do Rio anuncia fundo para a realização de obras nas UPPs. O Globo Online, 24 ago. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/governo-do-rio-anuncia-fundo-para-realizacao-de-obras-nas-upps-2961525>. Acesso em 2 maio 2016. Em 2013, o Grupo EBX anunciava sua saída do fundo em função das dificuldades financeiras do grupo: *Empresa de Eike Batista interrompe injeção de R\$ 20 milhões em UPPs no Rio*. Portal G1, 10 ago. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/empresa-de-eike-interrompe-injecao-de-r-20-milhoes-em-upps-no-rio.html>. Acesso em 28 maio 2016.

⁶² Idem.

afirmava a então vice-presidente do Sindicato da Habitação no Rio (Secovi Rio), em entrevista à Folha de S. Paulo, em 2011⁶³.

Nessa mesma matéria são apresentados alguns dados do levantamento realizado pela Secovi relativo à valorização imobiliária dos imóveis no entorno de favelas com UPP: um imóvel de dois quartos em Copacabana teve aumento de 101,40% no seu valor, em Botafogo, um imóvel de quatro quartos chegou a ficar 114,12% mais caro, já em Ipanema o aumento foi de 158,59%. Segundo o levantamento, o aumento nos valores dos aluguéis também superou os 100% de valorização.

A revista do setor de incorporação e construção apontava na manchete: *O efeito UPP – a pacificação de favelas no Rio está valorizando os bairros próximos das comunidades e abrindo um novo mercado para construtoras e incorporadoras*⁶⁴. Na matéria, não só a valorização dos imóveis é comemorada, mas também o lançamento de novos empreendimentos, principalmente na região da Tijuca. Já na zona sul, região saturada de edificações, o destaque vai para a valorização do bairro de São Conrado na sequência das instalações da UPP na Rocinha e no Vidigal.

Essa valorização quase imediata dos imóveis, ainda no início das ocupações das favelas, demonstra a confiança da população no programa, enquanto a continuidade da elevação dos preços durante os anos seguintes passava a ser exibida como prova do sucesso da pacificação, logo, da segurança da cidade para receber os eventos e os visitantes que vêm com eles: “A valorização foi muito grande por conta da UPP porque já é um programa consolidado, que deu certo. As pessoas estão confiantes na segurança que elas trazem para a região”, nas palavras do vice-presidente da Secovi⁶⁵.

⁶³ UPP faz preço de imóveis disparar no Rio. Folha de S. Paulo Online, 15 mar. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/888964-upp-faz-preco-de-imoveis-disparar-no-rio.shtml>. Acesso em 17 mar. 2016.

⁶⁴ O efeito UPP – a pacificação de favelas no Rio está valorizando os bairros próximos das comunidades e abrindo um novo mercado para construtoras e incorporadoras. Construção Mercado, fev. 2012. Disponível em: <http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/127/artigo282612-1.aspx>. Acesso em 17 mar. 2016.

⁶⁵ UPPs representam 80% da valorização imobiliária no Rio – valor dos imóveis aumenta até 40% imediatamente após a instalação da unidade. Portal R7, 28 fev. 2011. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/upps-representam-80-da-valorizacao-imobiliaria-no-rio-20110228.html>. Acesso em 7 abr. 2016.

Entretanto, o impacto da instalação da UPP não se restringe apenas ao entorno da favela e ao mercado imobiliário. Não à toa, empresas de diferentes setores também apoiaram o programa desde seu início, visando o mercado de consumidores interno às favelas, especialmente em um período no qual as políticas de distribuição de renda consolidavam a capacidade de consumo de boa parte dessa população. Implementadas a partir de 2002, sob a gestão do presidente Lula (Partido dos Trabalhadores/PT), programas como o Bolsa Família, as medidas de valorização do salário mínimo e o aumento das facilidades de acesso ao crédito criaram uma massa de consumidores dentro das favelas que, por muito tempo, ficaram inacessíveis a esses mercados pela falta de segurança do território.

Com o programa de pacificação, a possibilidade de exploração dessa capacidade de consumo interna também aparece como consequência – ou objetivo? – imediata dessa política. A formalização dos serviços é uma das primeiras ações realizada nas favelas que recebem as unidades de polícia pacificadora, resultando em um impacto significativo no orçamento dessas famílias – o primeiro movimento em direção à “cidade formal” vivido pelos moradores das favelas pacificadas é sua inserção via consumo de bens e serviços.

Nesse sentido, o caso da favela Santa Marta é ilustrativo desse fenômeno. Como a primeira favela a receber o programa de pacificação, os problemas vivenciados ali serviram como base para ajustes e elaboração de novas estratégias nos demais territórios. A tv por assinatura Sky, por exemplo, foi um dos primeiros serviços a ser formalizado no Santa Marta, simultaneamente a regularização do fornecimento de luz, com os valores dos pacotes oferecidos sendo, inicialmente, idênticos aqueles nos demais bairros da cidade. No entanto, os problemas enfrentados foram tantos que, ainda em 2010, a Sky assinou um termo de cooperação com o governo do Estado para o fornecimento de um pacote especial, Sky UPP, no valor de R\$ 44,90, que passou a valer para as favelas pacificadas a partir dali (OST; FLEURY, 2013).

Ao refletir sobre a experiência da favela Santa Marta, as autoras nos chamam atenção para o aumento do custo de vida como uma consequência direta da UPP, consequência da formalização dos serviços que passam a somar no orçamento dessas famílias. O impacto é sentido também pelo comércio local, que repassa o

aumento do custo de seu próprio funcionamento através do encarecimento dos preços, pressionando ainda mais o custo de vida dos moradores, em um ciclo no qual o resultado acaba sendo o empobrecimento dessas famílias, que passam a gastar mais para manter o mesmo padrão de vida.

Tudo se passa como se o programa da polícia pacificadora fosse pensado não para acabar com a venda e o uso de drogas, mas apenas para retirar o controle do território das mãos dos traficantes. Com isso, a pacificação seletiva de algumas favelas aparece como elemento essencial para diversas estratégias de acumulação neoliberal (FREEMAN, 2012). Dentre elas, gostaríamos de destacar: i) megaeventos esportivos como mercados lucrativos, onde a venda do espetáculo é garantida pela relação entre a imagem olímpica com a imagem da cidade: a transformação simbólica das favelas, de lugar de pobreza e violência ao lugar do exótico, aparece alinhada à imagem de cidade que se quer vender; ii) valorização imobiliária: efeito da UPP sobre os bairros dos entornos e; iii) favela como mercado e mercadoria – a pacificação das favelas também representaria o potencial de novos mercados formais, incluindo a formalização de serviços, como a SKY UPP e Via Paz (Embratel), serviços de internet e tv à cabo.

A segurança aparece, assim, como elemento fundamental para a boa atuação do mercado. Em um momento no qual a imagem da cidade passa a ser o principal elemento a ser vendido mundo a fora, sob a esteira dos megaeventos esportivos, a narrativa da violência nas favelas passa a ser um problema a ser combatido (FREEMAN, 2012).

Essa relação direta entre segurança e mercado deve ser lida a partir da perspectiva do neoliberalismo, sistema de ideias e práticas fundamentado na oposição ao papel regulador do Estado que, desde a crise do fordismo nos anos 1970, surge como fórmula de reestruturação do sistema capitalista mundial (HARVEY, 2005). Ainda, o olhar aqui deve se voltar, especialmente, para a forma como ele se concretiza no espaço das cidades, ou seja, do ponto de vista da urbanização neoliberal. No entanto, Harvey (2005) também vai apontar para a contradição entre a utopia e o projeto político do neoliberalismo, uma vez que o Estado passa a ser, cada vez mais, um agente fundamental atuando no/para o mercado, portanto, não se trata de uma ausência de intervenção estatal, mas de

uma mudança em sua direção – o fundo público retira-se da área social para ser investido de forma a garantir e otimizar a acumulação de capital.

A partir daí, podemos nos perguntar se esse movimento expressaria a subordinação do poder público aos interesses privados ou uma fusão desses interesses com importante atuação do poder público em sua promoção. Essa é uma pergunta que está para além desse trabalho, mas importante o bastante para não perdermos de vista quando formos olhar para o Vidigal e as formas pelas quais o Estado tem atuado naquele território.

Entendemos a urbanização neoliberal (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009) a partir de três dimensões: i) transformações na estrutura física da cidade de forma a beneficiar a acumulação capitalista; ii) mudanças nas instituições políticas, com a passagem da gestão do Estado para gestão do mercado e; iii) mudanças nas regulações sociais, de forma a legitimar os novos processos de mercantilização. No entanto, entendendo também a urbanização neoliberal como uma tendência, um campo de experimentação onde se lança mão das mais diferentes estratégias visando dar fôlego a uma nova rodada de mercantilização da cidade, torna-se um desafio olhar para essas três dimensões a partir de seus mútuos movimentos de destruição, criação e manutenção desses elementos ao longo dos processos.

Assim, os autores vão nos chamar atenção para a forma como a neoliberalização baseia-se em um desenvolvimento espacial desigual e instável, fruto de uma transformação socioespacial impulsionada pelas necessidades do mercado.

Por fim, é preciso ressaltar uma dimensão também fundamental para o sucesso dessa nova rodada de mercantilização vivida pelas favelas da zona sul: a ressignificação simbólica de seus espaços. Ao sustentarmos a hipótese da tendência a uma descaracterização do Vidigal enquanto território popular, estamos problematizando não apenas as transformações em seu espaço físico, mas também aquelas simbólicas, que atingem as formas de ver e viver naquele território, no qual os elementos que caracterizam o ‘popular’ passam a configurar um diferencial estético, passível de valoração pelo mercado (PEREIRA, 2014).

A partir daí, buscando entender as transformações pelas quais o Vidigal vem atravessando sob essa perspectiva, acreditamos ser preciso inseri-lo nas dinâmicas mais amplas que conformam a cidade do Rio de Janeiro hoje. Ao aceitarmos a hipótese de que a cidade se consolida sob um modelo neoliberal, entendendo esse processo como um campo de experimentação que lança mão de distintas estratégias buscando o aprofundamento dos processos de mercantilização, é preciso perguntar também: como a urbanização neoliberal tem atuado no território do Vidigal?

Segundo Orlando dos Santos Junior (2015), a urbanização neoliberal não envolve apenas reestruturação urbana, mas também mudanças no padrão de governança, ou seja, na forma de relação entre Estado, sociedade e mercado. Recuperando o trabalho de David Harvey, Santos Junior (2015) aponta alguns elementos que conformariam a “governança empreendedorista neoliberal”: i) coalizões de poder sustentadas, fundamentalmente, através das parcerias público-privadas; ii) atividades empreendedoras, associadas ao desenvolvimento especulativo e; iii) enfoques em lugares específicos da cidade, através de uma atuação fragmentada sobre o território.

Pensando o Rio de Janeiro, o autor argumenta, a partir de uma breve recuperação histórica sobre a evolução dos padrões de governança no Brasil, que o empreendedorismo urbano neoliberal estaria sendo adotado centralmente na cidade do Rio de Janeiro, dada a grande desigualdade socioeconômica de sua região metropolitana. Assim, na capital carioca esse novo padrão de governança estaria sendo estabelecido combinando-se com os demais padrões (clientelismo urbano, patrimonialismo urbano e corporativismo urbano) em um processo interativo de transformações e permanências (SANTOS JUNIOR, 2015).

A propósito da dimensão das instituições de gestão dos territórios sob a lógica neoliberal, configuração de uma passagem da gestão do Estado para a gestão do mercado, parece-nos, ao primeiro olhar, que para a favela do Vidigal ela não se sustenta. Tínhamos antes, e ainda temos, modos de regulação informais, desde o tráfico de drogas aos laços de solidariedade. Entretanto, viveríamos hoje uma fase de mercantilização crescente dos modos de regulação desse espaço e suas relações com a entrada cada vez maior de novos agentes do mercado formal,

contribuindo para a despersonalização das relações de troca – as política urbanas hoje estariam contribuindo para o acirramento da mercantilização das cidades em todas as suas esferas.

Como sustenta Santos Junior (2015), esse é um processo atravessado por disputas e lutas de classes sociais que deve ser entendido como um processo heterogêneo, resultado das muitas variações dependendo das escalas territoriais, instituições, trajetória das instituições e das regulações. Portanto, é preciso pensar o fenômeno da urbanização neoliberal, enquanto um fenômeno de escala global, atentando para as particularidades que ele assume em cada contexto.

A isso, Theodore, Peck e Brenner (2009) chamaram de “neoliberalismo realmente existente”. Buscando se distanciar das discussões que pensam o neoliberalismo a partir de sua doutrina, ou seja, enquanto um modelo fechado e acabado, os autores propõe o uso de outro conceito em sua análise: *neoliberalismo realmente existente*. Segundo os autores, esse seria um modo de destacar a forma pela qual a ideologia distorce os verdadeiros efeitos sobre as estruturas macro-institucionais e o capitalismo. Assim, entendem o neoliberalismo realmente existente levando em consideração a inserção contextual dos projetos neoliberais e a dependência de sua trajetória, ou seja, o cenário regulatório e institucional herdado, apontando o necessário hibridismo do neoliberalismo, o que coloca a impossibilidade de analisá-lo como um modelo abstrato e acabado.

No Rio de Janeiro, poderíamos pensar o processo de neoliberalização sendo expresso na incorporação de determinadas áreas e serviços urbanos parcialmente desmercantilizados à lógica própria do mercado (SANTOS JUNIOR, 2015) – como seria o caso das favelas da zona sul e do Vidigal, em especial.

Ainda segundo o autor, as transformações urbanas aqui seriam viabilizadas com recursos vinculados aos megaeventos esportivos, concentrados nas três áreas da cidade já citadas: Barra da Tijuca, Zona Portuária e Zona Sul. A propósito desta última, dona de uma estrutura urbana já há muito consolidada, o principal alvo das transformações urbanas seriam os territórios de favelas encrustados em sua paisagem.

O olhar para o Vidigal será pautado pela perspectiva do “neoliberalismo realmente existente”, um processo aberto de formas complexas em que as estratégias neoliberais de reestruturação interagem com os usos do espaço, suas configurações institucionais e constelações de poder sociopolíticas existentes, tendo como objetivo a mobilização dos espaços da cidade para o crescimento econômico orientado para o mercado, pautado pelas práticas de consumo das elites e de forma a controlar as populações “excluídas” (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009).

Seguindo os autores, acreditamos que interrogar as geografias do neoliberalismo realmente existente nos possibilita a análise dos diversos caminhos através dos quais as políticas neoliberais são impostas às cidades e ali reproduzidas. Ao fazer isso olhando para o Vidigal, lançamos luz sobre um desses caminhos.

Os processos contemporâneos de neoliberalização seriam catalisadores e expressão de um processo de destruição criativa do espaço político-econômico existente (THEODORE; PECK; BRENNER, 2009). Assim, de forma a apreender esse processo em sua incidência territorial, a reflexão se dará em torno das quatro dimensões propostas como pilares da urbanização neoliberal: mudanças na estrutura física, nas instituições de gestão, nas regulações do território e em sua ressignificação simbólica.

Partindo da hipótese de que a instalação da UPP seria o ponto de inflexão representando o avanço de uma urbanização neoliberal sobre o território do Vidigal, nos parece importante um primeiro movimento de busca, junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, a cerca das intervenções urbanas realizadas no Vidigal desde 2009, quando do início do programa de pacificação. A ideia aqui é mapear as obras e os investimentos que foram feitos no Vidigal ao longo desse período, e de que forma, objetivando investigar o papel exercido pelo Estado em relação às transformações percebidas naquele território.

Em seguida, é preciso interrogar as instituições a partir da hipótese de uma passagem da gestão do Estado para uma gestão do mercado. Por se tratar de um território no qual a gestão foi, historicamente, alvo de violentas disputas envolvendo não apenas Estado e mercado, mas também o tráfico de drogas, associação de moradores e outras organizações, a reflexão em torno das dinâmicas atuais de

gestão deve ser feita comparativamente a essa recuperação histórica realizada no trabalho. Por sua própria concepção, a UPP já aparece como uma importante instituição de gestão desse território.

Possíveis alterações nas regulações e mesmo suas formas de aplicação podem indicar transformações que beneficiem uma maior entrada do mercado formal na favela. Aqui, usaremos como marco tanto as legislações locais para as favelas do Rio de Janeiro, como os instrumentos previstos na constituição e Estatuto da Cidade que poderiam incidir sobre esses territórios, mas que acabam sendo mobilizados, ou não, a partir dos diferentes interesses vigentes em cada momento. Estamos pensando, especialmente, na AEIS e decretos de uso e ocupação do solo.

A identificação de novos agentes e novas formas de apropriação do território, expressas por meio da valorização imobiliária, da diversificação dos serviços, como a instalação de novos hostels, restaurantes e bares, tem como objetivo apreender o processo de ressignificação simbólica do território do qual o avanço da mercantilização vem acompanhado.

Ao falar em descaracterização do território popular, queremos chamar atenção para as mudanças nos padrões de sociabilidade, dos usos do espaço, na imagem da favela, tanto para dentro, do ponto de vista dos novos e velhos moradores, quanto para fora, ou seja, para a forma como a imagem da favela é mobilizada – e vendida – por novos agentes que encontram ali um produto a ser disponibilizado no mercado. Essa ressignificação é fundamental para uma nova rodada de mercantilização da cidade, na qual a favela emerge como ativo em um processo de valorização das suas áreas do entorno e do seu próprio território. A questão de fundo aqui é: como a pobreza é ressignificada dentro desse processo de mercantilização do território?

No entanto, diferente da forma de exposição, estaremos sempre pensando essas quatro dimensões de forma relacional, a partir da perspectiva dos mútuos movimentos de destruição, criação e manutenção das estruturas, instituições e regulações herdadas, relacionadas ao processo de ressignificação simbólica do território.

Para alcançar esses objetivos, o trabalho de campo se apoiou na observação participante e realização de entrevistas com os múltiplos agentes que conformam a dinâmica atual do Vidigal: órgãos públicos, comunitários, ONGs, velhos e novos comerciantes e moradores.

Durante seis meses, as visitas ao Vidigal ocorreram semanalmente, tanto para a realização de entrevistas, quanto para a observação das dinâmicas do território. Preferencialmente, focamos a observação na praça que dá acesso à favela e nos bares, restaurantes e festas que se encontram no recorte territorial proposto para a pesquisa. Aqui, pontos como o perfil dos frequentadores – faixa etária, nacionalidade/naturalidade, cor e sexo – produtos comercializados nos estabelecimentos e seus valores, as formas de acesso utilizadas pelo público, a dinâmica do entorno e outros tópicos que pudessem chamar atenção foram alguns dos elementos que pautaram o exercício de observação.

Se a reflexão do trabalho é feita problematizando o território do Vidigal como um todo, o trabalho de campo será realizado a partir de um recorte territorial. Por se tratar de uma favela de tamanho médio, com mais de 3 mil domicílios, contrastado com o curto tempo para a pesquisa, avaliamos que seria necessário definir recortes para a observação participante. Assim, através de visitas e conversas iniciais, identificamos as áreas que podem ser consideradas exemplares desse novo momento do Vidigal: toda a av. João Goulart, principal rua da favela, caminho que leva à trilha para o Morro Dois Irmãos e onde se concentram os hostels e albergues, e o Arvrão, área mais valorizada e procurada pelos agentes externos devido ao apelo de sua vista.

Obviamente, esse recorte territorial não exclui um olhar atento para os outros espaços da favela, para sua circulação de maneira geral e outros indícios que possam ser considerados fundamentais para a compreensão do sentido dessas transformações. A proposta do recorte visa, ao contrário, viabilizar a pesquisa em campo, mantendo certo padrão e rigor.

3.5 O debate sobre *gentrificação* e os territórios populares

Por fim, antes de partir para a reflexão sobre os elementos que atualmente configuram as transformações socioespaciais do Vidigal, parece-nos importante tecer algumas considerações em relação a uma literatura cada vez mais presente nos estudos urbanos brasileiros, especialmente quando o assunto é a mercantilização de territórios populares: a chamada *gentrificação*.

Importado de experiências internacionais, esse conceito tem sido utilizado, de maneira muito geral, para expressar o fenômeno de enobrecimento de áreas revalorizadas, ou recém-valorizadas, a partir da entrada do mercado e da realização de melhoramentos urbanos sem o acompanhamento de dispositivos que garantiriam a permanência dos moradores. Ou seja, o fenômeno aqui ficou conhecido como “remoção branca”, a expulsão operada via mercado através da alta de preços.

Uma breve pesquisa nos trabalhos acadêmicos sobre processos de valorização em territórios populares traz à tona o uso recorrente do conceito de *gentrificação* como ferramenta analítica. Além disso, o termo também ganhou as ruas, sendo amplamente veiculado pela imprensa e nos debates realizados por aqueles que se sentem vítimas do atual fenômeno. Isso tudo pode ser visto como expressão de mudanças significativas que têm afetado a dinâmica de nossas cidades e influenciado a vida de seus moradores.

Recentemente “aportuguesada”, trata-se de um conceito em inglês, *gentrification*, decorrente do também em inglês, *gentry*, este último, vindo do francês arcaico, *genterie*. Do início – *genterie* fazia referência à nobreza rural europeia que, a partir do século XVI, teria começado a se apropriar das terras comunais e de pequenas propriedades rurais. *Gentry*, por sua vez, é usado comumente para designar uma classe favorecida tipicamente associada à aristocracia inglesa, uma aristocracia fundiária (BATALLER, 2012).

A primeira referência ao termo *gentrification* é atribuída a Ruth Glass, em 1964, quando de seus estudos sobre Londres, ao comparar o processo daquele momento com o hábito próprio da *gentry* de manter uma residência na cidade e uma residência no campo. Em seguida, os primeiros estudos que mobilizaram o termo utilizaram-no de modo a descrever a revalorização experimentada por alguns bairros

centrais. Por toda complexidade que envolve o próprio processo que o conceito pretende explicar, tanto quanto a diversidade que marca sua utilização nos trabalhos, gentrificação tem sido classificada por alguns autores como “conceito caótico” (BATALLER, 2012). Tentemos, então, sistematizá-lo.

De acordo com o geógrafo estadunidense Neil Smith (2007), a gentrificação pode ser entendida como uma nova fronteira de expansão urbana, tanto em sua dimensão econômica quanto espacial, sendo a expansão geográfica expressa pela diferenciação interna do espaço em diferentes escalas.

O elemento fundamental da teoria de Smith é o conceito de *rent-gap* – diferença entre a renda obtida de uma determinada propriedade ou terreno e a renda que poderia ser obtida com outro uso, ou seja, trata-se de uma especulação sobre o uso do solo. Essa formulação aparece como elemento central na explicação da gentrificação nas cidades estadunidenses estudadas pelo autor, que após três décadas de suburbanização, começaram a passar por diferentes projetos de “renascimento urbano” (HACKWORTH; SMITH, 2001).

A teoria desenvolvida por Smith (2007) permitiu explicar esse processo de desinvestimento nas áreas centrais e expansão de um novo modelo de urbanização que priorizava os investimentos nos subúrbios. Afetados por essa dinâmica, a degradação dos centros urbanos chegou a tal ponto que a diferença obtida entre a exploração do solo com a potencial exploração através de outro uso se torna tão grande que a gentrificação aparece como “solução”. Ou seja, a gentrificação se dá quando a diferença entre o uso atual e o uso potencial é suficientemente grande para garantir o lucro através de novos investimentos na área.

Um segundo elemento fundamental na teoria do autor, responsável por fazer de sua formulação uma das referências nos estudos da temática, diz respeito à centralidade dada aos agentes do solo. Contrapondo-se aos trabalhos que priorizavam a demanda, ou seja, que focavam nos atores individuais e sua procura por novas moradias nos centros, Smith (2006) introduz os agentes do solo como fundamentais na teoria do *rent-gap*, associando o papel central das municipalidades e os interesses crescentes dos promotores privados de moradia, sem, contudo, descartar as mudanças demográficas e nos padrões de consumo contemporâneas dos processos de gentrificação estudados.

Em trabalhos mais recentes, Smith procurou apontar uma suposta passagem da gentrificação de questão pontual para um projeto sistemático mundial. De acordo com o autor, ele não buscava construir um paradigma através do modelo estadunidense, mas apontar as formas pelas quais a gentrificação evoluiria no sentido de uma estratégia crucial para as municipalidades em acordo com o setor privado, ou seja, ressaltar uma nova combinação de poderes e práticas que alinharia o mercado financeiro mundial com os promotores imobiliários e o comércio local, sem desconsiderar as formas e dinâmicas particulares que o fenômeno assumiria em cada localidade, fruto da constituição de seus espaços urbanos (SMITH, 2006).

Segundo Alvaro Pereira (2014), a expressão espacial da gentrificação perderia aderência quando Smith começa a tratar o fenômeno como estratégia global e generalizada, uma vez que a própria suposição de uma gentrificação generalizada pelo tecido urbano contradiz a hipótese do *rent-gap*, força motriz de sua teoria. No entanto, o autor vai rebater esse argumento ao chamar atenção para a questão da centralidade na teoria de Smith – ao não tratar a centralidade como uma realidade estática, Smith ressaltava a constante redefinição das escalas geográficas e a interação entre elas, fazendo com que os limites do que configuram os centros das cidades não possam ser definidos por pontos fixos e imutáveis. Assim, Pereira conclui, com base no trabalho do autor,

Nesse sentido, é plausível supor que, ao caracterizar a gentrificação como um fenômeno generalizado, Smith não tenha julgado tratar-se de um processo que atinja o tecido urbano em sua totalidade, nem de uma onda que se propague aleatoriamente, mas sim de uma prática que não está confinada aos centros tradicionais, manifestando-se num universo territorial mais abrangente e redefinindo ao longo de seu próprio curso a escala daquilo que é tido como centro urbano. A metáfora da “fronteira urbana” reforça esse entendimento. (PEREIRA, 2014, p. 314).

O autor ainda aponta uma lacuna nos trabalhos de Smith no que diz respeito a limitação de sua teoria em relação a identificação das causas que condicionam a variação do potencial de renda. Aqui, o autor faz uma conciliação do trabalho de Smith, focado na oferta, com as perspectivas culturais, focadas na demanda, chamando atenção para a ressignificação simbólica de certas áreas da cidade, em um processo de atribuição de valor econômico à efervescência cultural (PEREIRA, 2014)

De outra perspectiva, Janoschka, Sequera e Salinas (2013) se debruçaram sobre a temática da gentrificação pensando América Latina e Espanha em contraponto aos casos anglo-saxões. Entendendo o fenômeno como a renovação de áreas centrais com a expulsão dos mais pobres, os autores chamam atenção para a diferença simbólica e material do fenômeno nessas regiões, colocando a necessidade de um maior entendimento do que se chama de gentrificação a partir de um diálogo crítico com o discurso anglofônico.

Assim fazendo, os autores pretendiam um estudo pós-colonial que buscasse descentralizar o conhecimento sobre a gentrificação contemporânea, apontando a complexidade e singularidade das experiências latinas e espanholas. Ou seja, trata-se de um trabalho que envolve inovações e ressignificações do termo, disputa no campo da produção de conhecimento, visando o desenvolvimento de uma teoria urbana crítica.

Pensar a gentrificação a partir dessas localidades diz respeito a posição na qual o fenômeno passa a ser visto, pautada nas especificidades do campo científico latino-americano e espanhol. Os autores ressaltam a importância do reconhecimento das especificidades das estruturas políticas, econômicas, sociais e administrativas que influenciam a implantação da urbanização neoliberal e da gentrificação.

De maneira breve, o trabalho parte da ideia de que nos últimos 20 anos as políticas neoliberais teriam produzido um modelo específico de urbanização na América Latina, com a fragmentação e privatização da esfera urbana. O modo de governança neoliberal nessas áreas expressaria, então, a especificidade do modo de acumulação do capital urbano, nesse sentido, também os processos de gentrificação seriam marcados pela trajetória da dependência latino-americana.

Os autores apontam a emergência do debate na América Latina, na qual a discussão em torno da gentrificação é feita nas margens, enquanto o *mainstream* continua a apontar os sucessos das “revitalizações” e “reabilitações” urbanas. Além disso, a discussão do tema por aqui ainda seria feita, em grande parte, por pesquisadores dos países do Norte, assim, termos como enobrecimento ou elitização começariam a aparecer na literatura em uma tentativa de se diferenciar dos parâmetros anglo-saxões.

Buscando ressaltar a diversidade e particularidades que marcam o fenômeno nos países latino-americanos, os autores pontuam alguns elementos centrais que marcariam o fenômeno por aqui. A gentrificação simbólica seria uma primeira perspectiva importante ao relacionar a herança arquitetônica dos centros das cidades dos países latino-americanos com as dinâmicas de revalorização através de sua ressignificação simbólica. Compreender a importância do comércio informal nos países da América Latina também aparece como fator chave para entender as políticas públicas que visam expulsar os vendedores informais das áreas centrais, preparando simbolicamente os centros para a gentrificação.

Os autores também apontam a necessidade de inserir na análise os regimes políticos supranacionais e transnacionais, como a UNESCO e seus programas pretensamente neutros de desenvolvimento impostos aos países latinos, os movimentos migratórios, a questão do turismo como transformador simbólico do espaço urbano e mesmo as localidades diferentes as quais são aplicados todos esses elementos devem ser pensados de maneira relacional, em um constante movimento do olhar do local para o global.

Por fim, o surgimento de novos mercados imobiliários, seja através das políticas de pacificação de favelas, dos diferentes programas de investimento em melhoramentos urbanos e da própria agenda de megaeventos, aparece como elemento fundamental para entender o fenômeno da gentrificação na América Latina.

Ao colocar em relação todos esses elementos, os autores buscavam chamar atenção para a gentrificação enquanto um fenômeno para além da questão habitacional e de mercado imobiliário, envolvendo também a emergência de novas relações de trabalho e um movimento mais amplo de ressignificação do espaço público em termos de reestruturação social tendo por base princípios econômicos.

Há muito em comum entre essas perspectivas e muitas de suas indicações podem nos ajudar a refletir sobre o contexto de transformações encontrado na favela do Vidigal, uma vez que, mais do que concluir se podemos ou não falar em gentrificação nesse caso, buscamos recursos para uma reflexão que possa nos ajudar a apreender o sentido das transformações socioespaciais desse território. Nesse sentido, a questão da valorização imobiliária, ressaltando o papel dos

agentes imobiliários e do poder público, a dimensão de classe desses processos contemporâneos de renovação urbana e a dimensão espacial, que flexibiliza a noção de centralidade, são elementos presentes no debate da gentrificação que podem nos ajudar a pensar o processo vivido na favela do Vidigal, como veremos no próximo capítulo.

Ao longo desse capítulo nos dedicamos a refletir sobre um elemento indispensável para compreensão das transformações socioespaciais vividas pelo Vidigal hoje: a instalação da UPP. Construídas como territórios de violência pelos discursos hegemônicos nas décadas anteriores – seja pelo Estado, pela grande imprensa e pela própria academia – as favelas ficaram marcadas pelas narrativas do tráfico de drogas e da criminalidade. Recuperar essa história foi fundamental para a compreensão do surgimento da UPP como a grande solução para a segurança pública carioca, legitimada, justamente, por esses discursos.

No momento em que o Rio de Janeiro despontava no mercado global de cidades, a questão da segurança pública configurava sua maior fragilidade na imagem vendida mundo a fora. A narrativa da violência precisava, então, ser combatida e a ocupação das favelas por uma polícia de proximidade, com o objetivo de levar a paz para territórios até então marcados pela “guerra”, surge como a principal estratégia do poder público.

A partir da perspectiva da urbanização neoliberal, ancorada em uma nova rodada de mercantilização da cidade, a UPP aparece não apenas como solução para os territórios de favela em si, mas também como ativo de valorização imobiliária dos bairros do entorno – consolidava-se ali a relação entre segurança e mercado, tão comemorada pelas entidades do mercado imobiliário. A seletividade de sua distribuição pelo território, coincidindo com as áreas mais ricas da cidade e com os locais de concentração dos grandes investimentos atraídos pelos megaeventos esportivos, confirma a tese da relação orgânica entre segurança e mercado sob a perspectiva da neoliberalização.

O olhar para o Vidigal, ressaltando as particularidades de sua história, é essencial para a compreensão das formas pelas quais as estratégias neoliberais se

combinam com suas estruturas físicas, instituições de gestão e de regulação ali herdadas. Em meio à imposição de um discurso que reduzia toda a vida na favela à narrativa da violência, o Vidigal mantinha certas rotas de fuga, fruto de sua localização e vista privilegiadas e uma série de iniciativas culturais que marcaram profundamente sua história – e que hoje vão sendo, pouco a pouco, transformadas em ativos pelo mercado.

Por fim, foi apresentada a armadura teórica geral com a qual fomos a campo, os princípios teóricos e hipóteses que estiveram guiando o olhar quando da observação das dinâmicas atuais da favela do Vidigal, incluída aqui o debate a cerca da gentrificação, hoje tão presente nos estudos urbanos sobre processos de mercantilização de territórios populares, assim como a metodologia utilizada para tal.

No próximo capítulo chegamos ao Vidigal contemporâneo, aquele que encontramos e vivenciamos em nosso trabalho de campo. Armados da perspectiva histórica já realizada ao longo do trabalho, combinada com os instrumentos analíticos apresentados, esperamos ter melhores condições de apreender o sentido das transformações urbanas recentes do Vidigal, se estaríamos ou não vivenciando tendências no sentido de uma descaracterização do território popular, não apenas no Vidigal, mas nas favelas da zona sul no geral, representando, dessa forma, uma das estratégias neoliberais adotadas na cidade do Rio de Janeiro de modo a aprofundar os processos de mercantilização.

Ainda, partindo do pressuposto de que esse processo não ocorre sem resistência, estaremos atentos as velhas e novas arenas de conflitos que se configuram, tendo como principal elemento de disputa a mercantilização do território e suas consequências na vida de todas e todos que ali vivem. Como já foi ressaltado, acreditamos que o futuro do Vidigal dependerá da correlação de força dos atores envolvidos, sendo essa uma disputa ainda sendo travada.

4 O EMPREENDEDORISMO DITA O RITMO: A FAVELA DO VIDIGAL COMO MERCADORIA

Faz sentido falar em urbanização neoliberal no Vidigal? Partindo da hipótese de que o Rio de Janeiro, em sua forma contemporânea, pode ser considerada uma cidade neoliberal, começamos a investigar as transformações socioespaciais na favela do Vidigal a partir dessa perspectiva, buscando apreender o sentido dessas transformações.

A recuperação histórica foi fundamental para que, agora, possamos avaliar as formas pelas quais as estratégias neoliberais se combinam com o ambiente político-cultural herdado. Ainda, a perspectiva da neoliberalização ofereceu uma importante chave analítica para compreensão da UPP como política de segurança pública inserida nesse contexto mais amplo da cidade e sua função na favela do Vidigal, em particular.

A partir daqui, vamos nos debruçar de maneira mais cuidadosa sobre cada ponto dessas transformações. De modo a facilitar a exposição e reflexão, o capítulo será dividido com base nos elementos que configuram essa nova rodada de mercantilização da cidade e de seus territórios: i) O processo de renovação urbana do Vidigal; ii) Quem governa o Vidigal? Disputas em torno da gestão do território; iii) Entre o clientelismo e o universalismo: para quem são as regras? e, por fim; iv) A ressignificação simbólica do território.

4.1 O processo de renovação urbana do Vidigal

Interrogar as intervenções urbanas realizadas no território, sob a perspectiva de um avanço das relações mercantis desenvolvidas ali, tem o objetivo de refletir sobre o papel do Estado enquanto agente responsável por liberar novas porções do território para exploração do mercado – seja através de mecanismos que apontem no sentido de uma revalorização de espaços historicamente degradados, seja por meios que possibilitem a valorização daqueles que estiveram às margens dessas relações desde sua constituição, como seria o caso dos territórios de favela.

Diferente de outras favelas da zona sul, como a Babilônia com o programa de urbanização Morar Carioca Verde e o Cantagalo com o PAC Favelas, o Vidigal não recebeu grandes obras de urbanização desde o fim das intervenções do Favela-Bairro, em 1998. Depois de mais de uma década sem receber grandes investimentos públicos, entre 2010 e 2015 foram realizadas importantes intervenções na favela através da GEO-RIO⁶⁶, órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável pela contenção de encostas. Nesse período, foram dois projetos implementados, o primeiro viabilizado com recurso do município e o segundo através de recursos do PAC, totalizando R\$ 6,1 milhões em investimento.

De maneira geral, os projetos de contenção de encostas e redução de risco (drenagem e barreira de impacto) seriam desenvolvidos em três áreas do Vidigal⁶⁷, duas delas ocupadas por moradias – as áreas conhecidas como Arvrão e Carlos Duque. Na primeira, as obras foram concluídas e o Arvrão desclassificado enquanto área de risco, já no segundo caso, o projeto previa a remoção total dos moradores, apoiado em um auto de interdição para o local de 2003, suspenso por uma liminar na justiça que impedia a derrubada das casas. Uma vez mais, os moradores da Carlos Duque se organizaram e resistiram à remoção – como resultado, viram o abandono do projeto para a área.

⁶⁶ As informações relativas às intervenções da GEO-RIO foram obtidas em entrevista, no dia 5 de março de 2016, com o geólogo Luiz José Brandão, responsável pelo estudo realizado para o Vidigal, e o engenheiro responsável pela obra, que não foi identificado. A entrevista foi concedida em resposta a um pedido de acesso à informação através da Lei Federal de Acesso à Informação nº 12.527/11. No total, foram enviados seis pedidos de informação para as secretarias municipais e apenas a GEO-Rio se disponibilizou para uma entrevista.

⁶⁷ Existiria uma quarta área de risco dentro da favela, logo acima da Av. Niemeyer, prevista para receber obras através da SMH. Apesar das inúmeras tentativas de solicitar informações junto a essa secretaria, não recebemos nenhuma resposta.

Figura 14 - Localização das áreas Carlos Duque e Arvrão na favela do Vidigal



Fonte: Vidigal 100 Segredos / Reprodução do Facebook⁶⁸

É interessante notar as diferentes consequências nesses dois casos, que, a princípio, poderiam seguir caminhos muito semelhantes. O mapa acima mostra a localização das duas áreas citadas – Carlos Duque e Arvrão. Como podemos notar, ambas localizam-se nas partes altas do morro, garantindo o acesso à cobiçada vista do Vidigal. A região da Carlos Duque possui fácil acesso através da Av. João Goulart, principal via da favela, além de permitir um vista ampliada que alcança a orla da praia de São Conrado, ativo muito valorizado pelo mercado que sobe o morro.

Fora de risco, a região do Arvrão é, atualmente, a área mais cobiçada da favela, onde se concentram alguns dos mais destacados entre os novos empreendimentos: o primeiro hostel construído na favela, Alto Vidigal; o hotel do badalado arquiteto Hélio Pellegrino, Mirante do Arvrão; o bar mais procurado pelo público de fora da favela, Bar da Laje; além da Escola de Design do artista plástico

⁶⁸ Disponível em:

<https://www.facebook.com/552321321459957/photos/a.552384028120353.147767.552321321459957/1254393497919399/?type=3&theater>. Acesso em 29 abr. 2016.

Vik Muniz. No entorno, outros pequenos comércios que vivem na órbita do público atraído por esses novos empreendimentos.

Já a região conhecida como Carlos Duque, também muito procurada por compradores na sequência da instalação da UPP⁶⁹, se organizou frente à ameaça de remoção⁷⁰ e acabou sem a realização das obras, permanecendo como área de risco. De acordo com Luiz Brandão, geólogo responsável pelo estudo da área, a remoção dos moradores para a realização das obras seria uma opção menos custosa e mais rápida, entretanto, com a repercussão do caso, a prefeitura teria voltado atrás e optado por realizar as obras preservando os moradores.

Ainda segundo Brandão, a resistência dos moradores teria resultado no atraso das obras, imobilizadas uma vez que o contrato com a Caixa Econômica Federal, gestora do recurso que vinha através do PAC, vinculava a efetivação da remoção para a liberação desse recurso. Findado o contrato, os moradores da região da Carlos Duque ficaram sem as obras de contenção em sua localidade – e, ao que parece, também sem a procura ostensiva de compradores. Atualmente, apesar de já ter um projeto pronto para a região, a GEO-RIO alega não possuir recursos para sua implementação.

As intervenções municipais na favela não se restringem as grandes transformações em seu ambiente físico, mas também em melhorias na infraestrutura e no oferecimento de serviços públicos, nesse sentido, algumas ações foram realizadas no território sob o programa Rio+Social, presente nas áreas pacificadas. De acordo com o site do programa⁷¹, desde 2009, diversas secretarias passaram a atuar na favela: os programas Banho de Luz e Vamos Iluminar, através da Secretaria Municipal de Conservação – Rio Luz, foram responsáveis pela reformulação do sistema de iluminação pública do Vidigal, instalação de novos pontos de luz e pela manutenção do sistema; o programa Mutirão de Reflorestamento, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, tem o objetivo de recrutar plantadores na comunidade para plantar mudas em área degradadas; a

⁶⁹ Remoção, turismo e indignação no Vidigal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pbuCkI5Hyy8>. Acesso em 29 abr. 2016.

⁷⁰ Do chão não passa: 40 casas ameaçadas no Vidigal. Portal RioOnWatch, 7 dez. 2012. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=4340>. Acesso em 29 abr. 2016.

⁷¹ Todas as informações relativas aos programas implementados através do Rio+Social estão disponíveis em: <http://www.riomaissocial.org/territorios/vidigal/?secao=acoes>. Acesso em 1 maio 2016.

Defesa Civil instalou na favela o Sistema Alerta Rio, que aciona sirenes sempre que o índice pluviométrico atinge níveis alarmantes, alertando a população para se dirigir a um ponto de apoio.

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer foi responsável pela reforma da Vila Olímpica do Vidigal, construída no âmbito do programa Favela-Bairro, e atualmente utiliza seu espaço para o desenvolvimento do programa Rio em forma Olímpica, com a realização de atividades esportivas, culturais e de lazer para idosos e crianças.

As escolas municipais Almirante Tamandaré e Djalma Maranhão, localizadas na favela, receberam o programa Escolas do Amanhã, através da Secretaria Municipal de Educação, que desenvolve nas escolas um conjunto de ações envolvendo educação, saúde, assistência social, desporto, arte e cultura.

Em relação a programas de distribuição de renda, a Secretaria Municipal de Assistência Social oferece o Cartão Família Carioca como complementação da renda para as famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita abaixo de R\$ 108) beneficiadas pelo programa federal Bolsa Família, a secretaria também faz o acompanhamento dessas famílias através do programa Família Carioca em Casa.

Por fim, a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil implantou o programa Estratégia Saúde da Família no Centro Municipal de Saúde Dr. Rodolpho Perissé, localizado no Vidigal, com três equipes de Saúde da Família e três de Saúde Bucal, que atendem as famílias da favela.

É importante lembrar que essas intervenções fazem parte do conjunto de ações previsto pelo programa Rio+Social para as áreas pacificadas, no entanto, sua efetividade e a qualidade da atuação não podem ser medidas sem o diálogo com os moradores do território. Além disso, as informações disponibilizadas nos portais da prefeitura relativas aos programas citados possuem um caráter promocional, com pouco ou nenhum dado relativo a orçamento, cronograma de implementação e atuação, equipe de profissionais envolvida ou mesmo um canal de diálogo onde essas questões pudessem ser respondidas⁷².

⁷² Foram enviados pedidos de informação às secretarias, através da Lei Federal de Acesso à Informação nº 12.527/2011, quanto ao orçamento desses programas e outras possíveis intervenções

Já pelo governo do Estado, existe uma previsão de investimentos para o Vidigal através do programa Saneamento nas Comunidades Pacificadas, a ser viabilizado por meio de parceria público-privada, que “levará, por meio de parceria com empresas, serviços de água e esgoto para essas regiões”⁷³. Sobre o programa:

Nas comunidades pacificadas o setor privado ficará responsável por implantar, operar e atuar na área de forma total (água e esgoto). A Cedae fornecerá a água à empresa, que será a responsável por distribuir, operar e comercializar entre os clientes da comunidade.

Da arrecadação das tarifas, 5% serão destinados a ações sociais, e outros 5% em investimentos institucionais para a comunidade. O programa é uma resposta do Estado ao cidadão, mostrando que está presente e ativo nas comunidades, preocupado com a saúde pública, com o meio ambiente e com a cidadania.⁷⁴

O programa pode ser lido como mais um reflexo da neoliberalização da política urbana que se territorializa nas favelas. O aprofundamento da privatização dos serviços urbanos, por meio das parcerias público-privada, já havia sido anunciado por Harvey (1996) como elemento fundamental do empreendedorismo urbano, que organiza a política urbana municipal do Rio de Janeiro desde o fim da década de 1990.

Esse tipo de parceria entre o setor público e o privado, apesar de historicamente presente na gestão pública no país, ganha novos contornos a partir do Estatuto da Cidade, em 2001, responsável por criar novos instrumentos para a concretização dessa parceria e, principalmente, após a promulgação da Lei das Parcerias Público-Privadas, nº11.079, em 2004. De acordo com Fix (2000), a associação entre o Estado e o capital passa a ser justificada pela crise fiscal que inviabilizaria o financiamento das obras urbanas pelo Estado, passando este ao papel exclusivo de “promotor” que deve apenas “criar condições para facilitar a instalação de infraestrutura pela própria iniciativa privada.” (FIX, 2000, p. 10). Isso nos parece ainda mais significativo quando mobilizado para o investimento em serviços públicos básicos, como água e saneamento, que passam a se tornar mais um setor de investimento para o capital em sua busca pelo lucro.

realizadas na favela, entretanto, dos poucos retornos, nenhum nos ofereceu as informações públicas solicitadas.

⁷³ As informações foram obtidas através de solicitação por meio da Lei Federal de Acesso à Informação, nº 12.527. As respostas a cerca das intervenções do Estado na favela do Vidigal, a partir de 2009, nos foram enviadas por e-mail.

⁷⁴ Idem.

Contudo, logo após o anúncio do programa pelo governo do Estado, a associação de moradores convocou uma reunião “Contra a Privatização da Cedae” para discutir as consequências do programa caso seja realmente efetivado. No dia 17 de fevereiro de 2016, na Pracinha do Vidigal, líderes comunitários da recém-criada União Comunitária, organização que reúne alguns presidentes de associação de moradores de favelas da cidade, já se reuniam para dar início a discussão. Apesar da divulgação pelo Facebook e faixas distribuídas pelas ruas convidando para a reunião, o evento foi bastante esvaziado. Estavam presentes na mesa montada para o debate, além do presidente e diretores da associação do Vidigal, representantes das favelas Santa Marta, Tabajaras, Prazeres e Fallet.

A preocupação dos líderes comunitários é resultado da experiência já vivida por muitos deles com o serviço de luz prestado pela Light nas favelas, empresa responsável pela distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro. Após a regularização do serviço, na sequência da entrada da UPP nos territórios, moradores de diversas localidades começaram a receber contas de luz com valores exorbitantes, muito acima de sua capacidade de pagamento e mesmo de consumo, dado o tamanho das casas e a quantidade de eletrodomésticos, com valores que chegaram à R\$ 3.456,00⁷⁵. Segundo relatado por diversos moradores, os problemas começaram após a instalação dos medidores digitais, que dificultam a realização de gatos na rede elétrica⁷⁶. Paulo Cypa⁷⁷, morador e professor da Vila Olímpica do Vidigal, reconhece a necessidade de reeducar os moradores de favela, acostumados ao uso desmedido de eletricidade por conta dos “gatos”:

Tem a desinformação do morador, o cara gastava muito mesmo, tem ar-condicionado, tem chuveiro, ele não sabe o consumo, às vezes a casa dele tá interligada com um monte de outras coisas que ele não sabe [...] precisa que as pessoas comecem a se reeducar na questão do consumo.

Entretanto, Cypa também se preocupa com as cobranças absurdas da Light: “com o advento da UPP, a Light voltou pra cobrar o prejuízo dela de décadas”.

⁷⁵ *Conta de luz sobe cerca de 1000% e assusta moradores de favelas do Rio*. Portal G1, 19 maio 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/conta-de-luz-sobe-cerca-de-1000-e-assusta-moradores-de-favelas-do-rio.html>. Acesso em 28 mai. 2016.

⁷⁶ *Medidores eletrônicos de luz causam polêmicas em favelas do Rio*. Carta Capital, 29 fev. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/especiais/infraestrutura/medidores-eletronicos-de-luz-causam-polemica-em-favelas-do-rio>. Acesso em 28 mai. 2016.

⁷⁷ Depoimento dado à autora em 20 mai. 2016.

Parece-nos significativa a relação imediata feita pelos moradores entre a qualidade do serviço prestado pela Light, empresa privada, com a preocupação do que possa vir a acontecer no futuro com a privatização do serviço prestado pela Cedae. No debate realizado no Vidigal, o discurso girou em torno da noção de direito – direto ao acesso a um serviço público e de qualidade, passível de demandas e reclamações por parte dos cidadãos. A Light, ao contrário, atualmente consegue desligar a luz das casas inadimplentes direto da central, sem precisar ir até o local, já em relação às contas exorbitantes, a orientação é pagar primeiro e reclamar depois.

Além da necessidade de questionar as formas pelas quais essas intervenções foram – e estão sendo – viabilizadas, é preciso observar, também, quem tem se apropriado de seus benefícios. Em conversas informais, alguns moradores se queixam quanto ao fato da UPP ter trazido um fluxo muito maior de visitantes para a favela, sem que tenha havido uma melhoria compatível na infraestrutura capaz de recebê-los sem causar transtornos para aqueles que moram ali. Também afirmam que muitas das melhorias trazidas com a UPP, como a própria sensação de segurança responsável por esse aumento no fluxo de pessoas circulando, não se refletiu da mesma maneira no cotidiano dos moradores, que continuam sem conseguir pegar um táxi para a favela – só sobem com os “gringos” – além de permanecerem com os endereços taxados como “área de risco” em muitas lojas que se negam a fazer entregas no local. Ainda, o aumento no custo de vida seria outra consequência desse processo de abertura do Vidigal para o turismo sem medidas que garantissem a segurança de seus moradores e os meios para continuar vivendo em seu território.

Isso também fica muito evidente na percepção dos moradores do Vidigal em relação à presença do Estado na favela, embora existam hoje diversos programas do poder público atuando no território através do Rio+Social, a UPP é a presença mais sentida pelos moradores, sempre mencionada quando interrogados sobre as mudanças recentes vividas ali. Nesse sentido, a transformação mais significativa lembrada pelos entrevistados diz respeito ao fim do porte ostensivo de armas pelo tráfico de drogas que circula na favela, ponto consensual entre os moradores.

Apesar das significativas intervenções realizadas no Vidigal nesse período pós-UPP, chama atenção a inexistência de um amplo programa de urbanização de favela, como o Morar Carioca ou PAC Favelas. Ao partirmos da hipótese da urbanização neoliberal, em que um dos pilares desse processo de aprofundamento da mercantilização dos territórios estaria nas mudanças no ambiente físico, esperávamos encontrar maiores investidas nesse sentido.

A configuração espacial é um elemento central para a boa circulação e acumulação de capital, alçando a produção do espaço urbano como uma atividade fundamental do capitalismo em sua fase neoliberal (HARVEY, 2005). Por isso, ao olhar para a favela do Vidigal, território historicamente desvalorizado, marcado pela precariedade de sua urbanidade, esperava-se que a entrada do mercado ali viesse condicionada a maior intervenção do poder público sobre seu ambiente físico.

Contudo, além de ser este um processo recente e ainda em andamento – logo, passível de receber grandes obras infraestruturais em um futuro próximo – parece-nos que o aprofundamento da mercantilização do território do Vidigal é um processo protagonizado pelo próprio mercado, que se desenvolve sem a necessidade de um estímulo maior por parte do Estado, diferente do que vem acontecendo em outras favelas da zona sul já citadas, nas quais transformações urbanas mais profundas estão sendo implementadas pelo poder público de forma a atrair e facilitar a entrada de novos agentes econômicos.

Ou ainda, podemos nos questionar se um amplo programa de urbanização, implementado e gerido pelo poder público, seria efetivamente de interesse do mercado, afinal, programas como o Morar Carioca, em que está prevista a construção de habitações populares em caso de necessidade de reassentamento, acabam por garantir aos moradores certa segurança em relação à permanência na favela urbanizada, além de impor mais restrições e controle às novas construções. Nesse sentido, poderíamos entender a falta de um programa de urbanização como sendo uma facilidade a mais para o mercado que sobe o morro, uma vez que intervenções pulverizadas, como as que acontecem hoje no Vidigal, podem ser mais facilmente apreendidas pelo mercado do que quando atreladas a um programa amplo de urbanização – ou seja, talvez não haja esse tipo de programa na favela do Vidigal por ser, justamente ela, a mais cobiçada pelo mercado.

Por outro lado, a persistência de certos problemas de infraestrutura urbana podem se configurar como verdadeiras barreiras aos processos de mercantilização, como a questão da mobilidade no Vidigal. A principal via de acesso da favela, responsável por garantir o deslocamento de seus quase 10 mil habitantes, está completamente saturada – o trânsito intenso de pedestres, carros, motos, kombis e caminhões faz da av. João Goulart palco de inúmeras confusões cotidianas.

Figura 15 - Av. João Goulart, Vidigal



Fonte: Patrícia Monteiro, 18/05/15.

Além de ser a porta de entrada e saída do Vidigal para automóveis, é na av. João Goulart que se concentra boa parte do comércio da favela, especialmente mercados, farmácias, bares e restaurantes, assim, além da circulação de moradores e turistas, a avenida também possui um movimento intenso de caminhões de carga e descarga, sem contar a fila de carros estacionados em quase toda sua extensão.

Devido aos inúmeros contratempos decorrentes dessa dificuldade de circulação, a associação de moradores recorreu à vizinha favela da Rocinha, que sob a gestão de Sidney Ferreira na Região Administrativa, já havia implementado novas regras de circulação e estacionamento que teriam impactado de maneira positiva sobre o trânsito na favela. Assim, no dia 25 de novembro de 2015, a associação de moradores do Vidigal realizou uma reunião na Pracinha para discutir

as medidas que poderiam ser adotadas ali visando à melhoria da circulação. Apesar de terem sido convidados representantes da Secretaria de Ordem Pública (SEOP) e da Secretaria Municipal de Transportes (SMT), apenas o administrador da RA da Rocinha estava presente.

Apresentando os resultados da experiência na Rocinha, Sidney Ferreira sugeriu propostas no sentido de restringir o horário para carga e descarga de mercadorias, para o estacionamento na Avenida João Goulart, a proibição de “guardar vagas” com cones ou qualquer outro objeto que impede o estacionamento nos locais permitidos e, por fim, uma operação de recolhimento de carcaças, dado o grande número de carros abandonados na favela. As medidas teriam como objetivo garantir maior fluidez ao trânsito de carros na favela, além de trazer maior segurança aos pedestres.

Apesar de terem sido apresentadas como sugestões, o presidente da associação de moradores do Vidigal, Marcelo da Silva, anunciou que as medidas começariam a ser aplicadas na segunda-feira seguinte. Os pontos polêmicos ficaram em torno das restrições de estacionamento na favela, ponto bastante reclamado, inclusive, pelos motoristas das kombis, que não teriam um lugar para estacioná-las, mas também por muitos presentes que apontavam o grande número de moradores que, atualmente, possuem carro de uso particular. Essa questão se agrava uma vez que a favela se localiza no meio da Avenida Niemeyer, via estreita, de trânsito intenso e sem local de estacionamento – os moradores do Vidigal teriam que começar a deixar seus carros no Leblon antes de voltar pra casa. Sem conseguir chegar a um consenso, a reunião terminou apenas com a operação de retirada das carcaças agendada.

Essa questão é especialmente importante por se configurar em um possível obstáculo concreto ao avanço da mercantilização do território do Vidigal, uma vez que essas barreiras físicas à circulação de pessoas e mercadorias podem trazer prejuízos ou demandar maiores investimentos do mercado que sobe o morro. No entanto, esbarramos aqui em um ponto contraditório dessa relação, pois, se de um lado, boa parte dos novos empreendedores do Vidigal utilizam a própria estrutura física da favela como um ativo central de seu “produto” – seja pela hospedagem, almoço ou pelos drinks e festas na exótica favela carioca – por outro lado, essa

mesma estrutura pode se configurar em uma barreira para efetivação de sua consolidação. Por se tratar de um processo ainda muito recente e em curso, são muito mais as questões do que as respostas que nos auxiliam na reflexão em torno do processo.

4.2 Quem governa o Vidigal? Disputas em torno da gestão do território

Um dos principais elementos caracterizadores da favela é a informalidade – do solo e das construções. Enquanto um território que se constitui nas margens da cidade formal, construído pelos seus próprios habitantes, as favelas emergem como espaços onde também a gestão foi sempre objeto de disputa, na qual, muitas vezes, o Estado saiu perdendo.

Apesar de “ainda estar longe de ser um bairro com o Leblon”⁷⁸, o Vidigal começa a incorporar alguns de seus elementos. Chama atenção o número de imobiliárias e corretores imobiliários que passaram a atuar no seu território após a instalação da UPP, além dos inúmeros anúncios de venda e aluguel de casas pelos postes, algumas placas de imobiliárias começaram a dividir a paisagem. Todavia, sua atuação ainda se restringe à dita área formal do Vidigal.

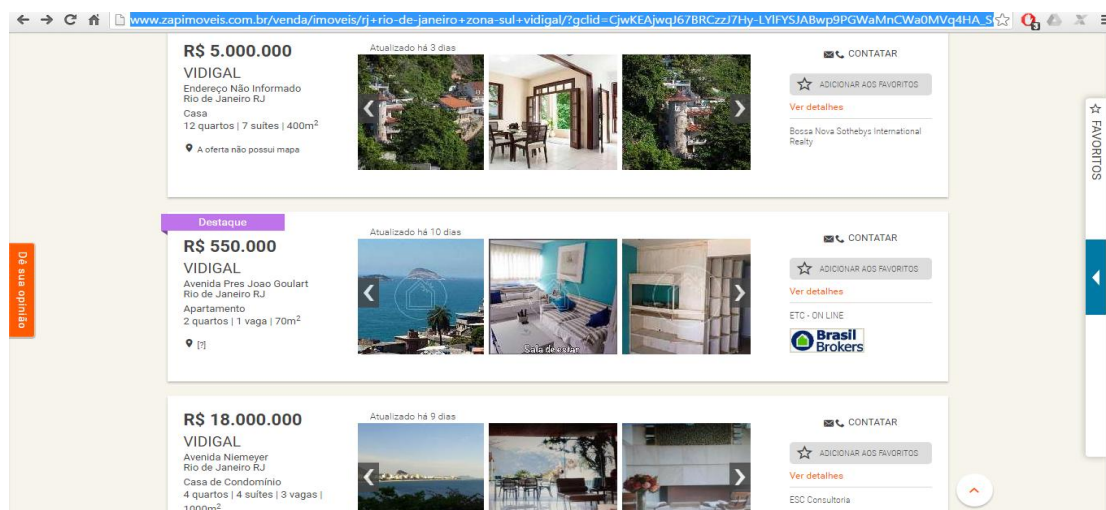
Em um território majoritariamente informal, a associação de moradores exerce, também, uma função de cartório no qual as transações de compra e venda são registradas. De maneira geral, as negociações são feitas diretamente entre comprador e vendedor, que posteriormente recorrem à associação para o registro e transferência da propriedade do imóvel – nessa transação, a associação fica com 5% do valor acordado. Contudo, a associação de moradores tem cada vez menos participação nessas transações. Marcelo da Silva reconhece que, atualmente, são muitas as compras de imóveis que não passam pela associação, ou, quando passam, esse registro é feito muito tempo depois de efetivada a compra. Os motivos são diversos, desde o aumento na frequência dessas transações após a instalação da UPP, com pessoas comprando casas na favela para revender ou alugar, até a presença maior de agentes imobiliários. Mesmo que as imobiliárias se concentrem

⁷⁸ Fala de André Gosi, em depoimento dado à autora em 18 mar. 2016.

na dita área formal da favela, seu impacto pode ser sentido por todo o território do Vidigal como mais um elemento de sua valorização.

Nesse sentido, a própria diversidade social dos diferentes espaços que constituem o território do “Vidigal” é uma questão que merece ser considerada. Denomina-se Vidigal três diferentes áreas: (i) a favela, com maior adensamento de casas e menor infraestrutura; (ii) o bairro, constituído por sua área formal, fora do traçado da AEIS, onde se concentram os prédios e casas na subida para o morro; ou ainda (iii) a Estrada do Vidigal, localizada à beira da Avenida Niemeyer, área de alto padrão, com imóveis que ultrapassam a casa do milhão de reais⁷⁹. Ao longo do trabalho de campo e das entrevistas não percebemos o acionamento do nome “Vidigal” para demarcar estas diferenciações socioespaciais, muito pelo contrário, ao se referir ao Vidigal, os agentes parecem acionar a ideia de um único território, mesmo se reconhecendo estas diferenças, como se o pertencimento ao mesmo estivesse associado a um ativo positivo. Isto pode ser bem ilustrado no caso dos hostels, que vendem a “experiência” de se hospedar na favela. Tudo leva a crer que nem sempre foi assim, e que, em um passado recente, buscava-se identificar cada um dos diferentes territórios: bairro do Vidigal, favela do Vidigal, Estrada do Vidigal.

Figura 16 - Anúncios de imóveis à venda no Vidigal



Fonte: ZAP Imóveis⁸⁰

⁷⁹ Os imóveis à venda que se localizam na área formal ou na Estrada do Vidigal podem ser encontrados no portal Zap Imóveis, disponível em: <http://www.zapimoveis.com.br/venda/imoveis/rj+rio-de-janeiro+zona-sul+vidigal/>. Acesso em 20 jun. 2016.

⁸⁰ Idem.

Essa questão é importante tendo em vista que, apesar da proximidade territorial, essas três porções do território sustentam dinâmicas muito distintas. A Estrada do Vidigal é o extremo oposto da favela de mesmo nome, trata-se de uma única rua, aos pés do morro e paralela à Av. Niemeyer, com grandes mansões e nenhum comércio, excetuando aquelas que, também aqui, funcionam como hostels. Mesmo assim, a circulação de pessoas é muito baixa, o pouco movimento fica por conta da entrada e saída de carros das garagens.

Já a relação entre o Vidigal favela e bairro, contíguos em uma mesma avenida, se dá de maneira mais porosa. Segundo Marcelo da Silva⁸¹, até o fim dos anos 1990, existiam duas associações de moradores do Vidigal – uma para a favela e outra para “as casas que pagam IPTU”. Mesmo que os limites físicos sempre tenham sido muito difíceis de traçar, os moradores da área formal do bairro reivindicaram por muitos anos essa distinção entre favela e área formal, até o fortalecimento do tráfico de drogas submeter toda a área ao seu poder, quando, então, só restou a associação da área de favela. Desde então, é uma mesma associação para todo o Vidigal – com exceção da Estrada do Vidigal, que mantém sua própria associação de moradores.

Contudo, também através da porosidade dessas fronteiras outras histórias foram sendo criadas. Dessa proximidade territorial emergiu o ideário da proximidade entre as classes, tão presente nas falas sobre o Vidigal. Segundo André Gosi⁸², no fim da década de 1970 teriam começado a chegar os migrantes, tanto nordestinos, que ocupavam a parte alta do morro, quanto aqueles que vinham dos bairros do asfalto e ocupavam os prédios no início da av. João Goulart. Daí teria surgido a possibilidade do encontro, do contato com pessoas “formadoras de opinião”, da cultura, exiliados políticos que teriam ido morar no Vidigal por ser mais barato, mas, ao mesmo tempo, próximo do Leblon e São Conrado. André se lembra dos encontros na prainha do Vidigal, onde as “três camadas” sentavam lado a lado, desde as “pessoas com mais dificuldade, a classe média e a classe alta”. Para André, esses moradores que chegaram na década de 1970 encontram uma população receptiva, “viviam como família” durante toda a década de 1980, sendo o Nós do Morro um bom exemplo dos frutos desse encontro, que permitiu ao Vidigal

⁸¹ Depoimento dado à autora em 2 fev. 2016.

⁸² Depoimento dado à autora em 18 mar. 2016.

um desenvolvimento de forma mais positiva, com mais proximidade com a cultura “que te mostra o mundo com outros olhares”. Para André, “o melhor do Vidigal foi nos anos 1980, melhor do que é hoje”⁸³.

A lembrança é compartilhada pelo atual dono do restaurante Chez Yoyo, localizado na Avenida João Goulart, em frente aos conhecidos “prédios dos artistas”, três prédios de classe média alta, um ao lado do outro, com a vista para o mar garantida. Yoyo⁸⁴ afirma ter conhecido o Vidigal ainda em 1977, quando voltava do exílio político junto com outros amigos, nesse período, muitos deles teriam ido morar no Vidigal, tanto pela história de cultura do local, quanto pelo preço mais acessível. Ainda segundo Yoyo, os “prédios dos artistas” teriam sido projetados para receber a chamada “esquerda festiva”, na verdade, para Yoyo, a construção dos prédios teria sido uma forma de afastá-los da burguesia que morava aos pés do morro. Já teriam passado por ali importantes artistas nacionais como Caetano Veloso, Gal Costa, José Wilker, Milton Nascimento, Lima Duarte e outros. Depois de rodar o mundo com a esposa, Yoyo voltou a morar no Vidigal há um ano, quando então abriram o restaurante, que conta com cardápio português e inglês. Para Yoyo, o Vidigal “é o melhor lugar do Rio de Janeiro”.

Como vimos, a chegada da década de 1990 trouxe também a profissionalização do tráfico de drogas ilícitas, tornando esses encontros cada vez mais difíceis. Permaneceu, todavia, o imaginário de uma favela onde o rico e o pobre convivem através de fronteiras porosas, transpassadas pela cultura da música, do teatro e da arte, tão presentes no imaginário que constitui a história do Vidigal. Atualmente, toda essa história é revivida e invocada por novos discursos que buscam fazer dela um elemento singular da favela, passível de ser mobilizado como um de seus atrativos, como veremos adiante.

Retornando a questão da gestão do território, ou territórios, a reflexão tem como pano de fundo a pergunta: Quem decide? Do ponto de vista da gestão do território do Vidigal, podemos destacar alguns atores que estiveram presentes de maneira mais recorrente nessa disputa, desde a associação de moradores, o tráfico

⁸³ Idem.

⁸⁴ Depoimento dado à autora em 8 jul. 2016.

de drogas, organizações comunitárias e o Estado, principalmente por meio da polícia.

Ao recuperar a história de construção e consolidação da favela do Vidigal, é possível perceber a importância da associação de moradores, especialmente nos momentos que envolveram disputas diretas com o Estado. Enquanto organização legítima de representação dos moradores⁸⁵, a associação do Vidigal teve uma atuação indispensável nos períodos em que viveram a ameaça de remoção – em todas as vezes que os moradores do Vidigal enfrentaram a possibilidade do despejo, foi por meio da associação que se deu a organização e mobilização dos moradores e apoiadores, inclusive para levar o conflito para além do morro, recorrendo a outras entidades, como a Pastoral de Favelas, que, como vimos, também teve importante papel nessa batalha.

A partir dos anos 1990, as facções que disputavam o tráfico de drogas ilícitas na cidade começam a fortalecer o seu domínio nos territórios de favela – no Vidigal não foi diferente. Por muitos anos, o território esteve na mão do Comando Vermelho, responsável por muitas das manchetes de jornal vistas anteriormente. Sobre esse período, é consenso entre os moradores falar em “guerra” para se referir ao grau de violência imposto ao cotidiano naqueles dias. André Gosi, diretor cultural da associação de moradores, lembra: “a violência do poder paralelo também é terrível, então a gente vem sofrendo com essa violência ao longo dos anos, há muitos anos, aí você tem que ficar cego, surdo e mudo.”⁸⁶ A gestão do território era feita aqui por meio da força e da disseminação do medo, a partir do qual a grande maioria dos moradores preferia o silêncio a qualquer tipo de disputa e confrontação.

Segundo o atual presidente da associação de moradores do Vidigal, Marcelo da Silva⁸⁷, a própria associação era dominada pelo tráfico de drogas, que colocava na diretoria pessoas ligadas a eles ou, no mínimo, pessoas que não disputariam de fato a gestão do território com o tráfico. No comércio de drogas ilícitas, onde diversas facções são concorrentes, a disputa pelos pontos de tráfico, ou seja, por

⁸⁵ As associações de moradores são constituídas pelos próprios moradores das localidades, através da criação de um estatuto, que deve ser reconhecido em cartório. As associações de moradores de favelas do Rio de Janeiro são, em sua maioria, organizadas através da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ).

⁸⁶ Depoimento dado à autora em 18 mar. 2016.

⁸⁷ Depoimento dado à autora em 2 fev. 2016.

territórios, é elemento central no processo, logo, comandar a gestão das favelas, decidir sobre as dinâmicas que conformavam esses territórios, era decisivo para a manutenção do poder das facções.

Daí as dificuldades enfrentadas pela atual gestão de mobilizar os moradores para além de questões pontuais e urgentes, Marcelo sempre ressalta o esvaziamento das reuniões chamadas pela associação, de como os encontros mensais do início da gestão deram lugar a reuniões esporádicas, normalmente relacionadas a alguma demanda específica. Em sua visão, essa resistência estaria em muito atrelada a esse passado recente no qual a associação de moradores se misturava com o tráfico de drogas.

Não à toa, a ocupação policial permanente aparece como solução para um Estado que tenta assumir o domínio a cerca das decisões sobre esses territórios. Uma vez instalada a unidade de polícia pacificadora, sua atuação se estende para muito além da segurança pública. A centralidade que a UPP assumiu na gestão do Vidigal é notável, sempre presente nos debates e eventos realizados na favela como um importante agente de gestão do território, sua capilaridade é expressa nas próprias funções exercidas pelos policiais, muitas vezes atuando fora do escopo da segurança pública.

Além do controle sobre as festas e eventos realizados no espaço público da favela, tal como acontece em todas aquelas ocupadas pela UPP, o Vidigal parece ter uma particularidade – um PM é o representante dos mototaxistas. Segundo nos relatou o subcomandante da UPP, PM Berbat, e o presidente da associação Marcelo, os mototaxistas, apesar de fundamentais para a dinâmica de transportes na favela, manteriam algumas ligações com o tráfico através do transporte de drogas. Com a pacificação, a diretoria da associação de moradores, também recente, delegou à UPP a função de gerir essa categoria.

Do ponto de vista da associação, chegou-se a essa decisão tendo em vista o histórico de envolvimento das outras gestões da associação com o tráfico, assim, teriam achado melhor transferir essa função aos próprios policiais, mantendo a associação distante dessa relação.

Do ponto de vista da UPP, pode ser estratégico manter o controle sobre os mototaxistas, pois, dessa forma, conseguiriam controlar uma atividade que não é formalmente regularizada na cidade. Seria uma tentativa de criar uma ordem interna, com o tabelamento do valor, por exemplo, mas não apenas. Segundo o PM Deivid⁸⁸, representante dos mototaxistas e responsável pela liberação das festas e eventos nos espaços públicos da favela, a UPP controla e fiscaliza todos os mototaxis, cadastra seus documentos e os do veículo para averiguação de pendências e da “índole” dos mototaxistas. As reuniões do representante policial e os mototaxistas acontecem uma vez por mês, com a presença do presidente da associação de moradores. Também são feitas reuniões mensais abertas para todos os moradores do Vidigal com a UPP.

As kombis, também fundamentais para a circulação interna da favela, são legalizadas pela Secretaria Municipal de Transportes desde 2013, segundo Deivid, resultado da cobrança do próprio comandante da UPP e, por isso, não passam pelo controle dos policiais. Hoje, são 17 kombis que circulam pelo Vidigal fazendo o transporte de passageiros.

Em relação aos eventos, os processos podem variar conforme o local de sua realização. Para aqueles realizados nos espaços públicos da favela, os organizadores precisam pedir a autorização da UPP, apresentando toda a proposta do evento. Já as festas fechadas, que cobram ingressos de entrada, a exigência fica restrita a notificação à UPP e a apresentação de documentos e alvarás requeridos como em qualquer outra parte da cidade. No entanto, essa regra não se aplica para o hotel e bares legalizados, que já possuem alvará de funcionamento, logo, não precisam passar pelo crivo da UPP.

Perguntado sobre a relação da UPP com as demais secretarias e órgãos públicos, Deivid foi enfático: “tudo que acontece dentro da comunidade o comandante tá ciente”. A partir da demanda dos moradores, o comandante surge como responsável, inclusive, por acionar e cobrar ações desses outros órgãos, além de acompanhar as intervenções realizadas na favela. De acordo com o policial Berbat, como braço do Estado e através de sua boa relação com a prefeitura, a UPP

⁸⁸ Depoimento dado à autora no dia 18 mar. 2016.

surge como ator central de intermediação na comunicação entre os moradores e o Estado.

E não para por aí. Segundo o policial Deivid, os moradores acabam recorrendo a UPP para quase todos os conflitos do cotidiano, desde reclamações de barulho dos vizinhos às denúncias de obras irregulares, competência do POUSO. Essa centralidade da UPP na vida da favela pode ser notada, inclusive, pelo intenso movimento de entrada e saída de moradores na base da polícia. Nas palavras do subcomandante Berbat⁸⁹: “acaba que a gente virou, entre aspas, um governante daqui”.

A afirmação soa ainda mais verdadeira quando o PM Deivid nos relata sobre policiais que trabalham apenas em projetos sociais na favela, dando reforço escolar dentro das escolas, aulas de música e esporte – o próprio Deivid é professor de jiu-jitsu no Vidigal, ministra suas aulas em uma sala no 2º andar da associação de moradores. Mas alguns desses policiais não exercem qualquer função relativa à segurança pública, não oficialmente, mas tão somente atividades sociais com crianças e adultos da comunidade – sem, contudo, deixarem de ser policiais.

É preciso entender a importância dessa relação, uma vez que se trata da expressão da capilaridade do controle e domínio da UPP sobre a vida dos moradores do Vidigal, os policiais estão dentro das escolas da favela, dentro da associação de moradores, dentro da casa de muitos deles, controlando a rotina desses moradores por meio de encontros semanais que não são mais mediados pela farda e pelas armas desses agentes públicos de segurança.

Quando questionado sobre o papel da UPP frente às transformações vividas hoje pelo Vidigal, Deivid reafirmou a relação direta entre a ocupação policial e a abertura de novos comércios, entendendo a segurança como elemento fundamental para seu funcionamento e para atração dos visitantes de fora da favela. Nesse sentido, lembrou, inclusive, que o comandante escolheu um policial que fala inglês para patrulhar a região de entrada da trilha do morro Dois Irmãos, com a tarefa de auxiliar também os turistas estrangeiros. Entretanto, Deivid apontou como consequência negativa o aumento nos custos de vida, refletido no valor dos imóveis e dos aluguéis: “já ouvi mototaxi falando que teve que sair daqui porque não

⁸⁹ Depoimento dado à autora em 17 fev. 2016.

conseguia pagar aluguel, teve que morar em outro lugar, próximo, mas com custo-benefício melhor”.

Em relação ao tráfico de drogas, Deivid é categórico ao afirmar que “hoje, o tráfico no Vidigal é praticamente zero”. Para ambos os policiais entrevistados, o sucesso do combate ao tráfico ali seria fruto da gestão do comandante da UPP, de seu modo de trabalhar fundamentado na proximidade com os moradores. Resultado disso são as baixas apreensões de drogas, esporádicas e em pequenas quantidades, a última apreensão de armas já teria quase dois anos.

No entanto, em outubro de 2015, moradores gravaram um intenso tiroteio no Vidigal, que chegou a ser noticiado pela imprensa⁹⁰, na ocasião, o comando da UPP negou o conflito. Segundo o subcomandante Berbat, o tiroteio aconteceu quando traficantes vindos da Rocinha encontraram uma patrulha de policiais da UPP e reagiram, mas, segundo Berbat, isso não configuraria uma tentativa de invasão por traficantes da favela vizinha, apenas um incidente. A UPP segue sendo apresentada no Vidigal como um programa que deu certo.

Esse aumento do poder da polícia no cotidiano da favela não é visto com bons olhos por todos os moradores. Um representante da associação de moradores⁹¹ foi enfático ao afirmar que o trabalho da UPP é o da segurança pública, “tudo que acontece a UPP tem que resolver? Não, a comunidade tem que entender que a UPP é segurança pública, tudo que tem a ver com segurança pública é UPP”, e completa:

Eu particularmente sou contra a UPP, eu acho que é uma militarização e na realidade você não deixa de ser uma ditadura, que aí o regime deles se dá por uma comunicação ditatorial, né, a maneira deles de lidarem com as pessoas, entendeu? Eles são truculentos, e eles acham que é essa a maneira, isso aí vem do regime militar, isso aí é enraizado neles, que é um erro danado.

Para ele, as demandas comunitárias da favela devem ser respondidas pela associação de moradores, entendida por ele como o órgão legítimo de gestão do território do Vidigal: “a gente faz um trabalho de micro prefeitura”. A atual direção afirma manter constante diálogo com os órgãos da prefeitura, apresentando as

⁹⁰ *Moradores relatam intenso tiroteio no Vidigal, zona sul do Rio*. Portal G1, 29 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/10/moradores-relatam-intenso-tiroteio-no-vidigal-zona-sul-do-rio.html>. Acesso em 13 jun. 2016.

⁹¹ Dada a delicadeza do assunto, optamos por preservar sua identidade. Depoimento dado à autora em 18 mar. 2016.

muitas demandas da favela e cobrando ações efetivas. Acredita que as necessidades são as mesmas desde o Favela-Bairro, uma vez que, sem nenhum controle ou planejamento, as favelas nunca teriam parado de crescer, se expandindo sem o acompanhamento de melhorias em infraestrutura e serviços básicos.

A associação de moradores também mantém uma equipe de mediação de conflito atuando há dois anos, normalmente procurada para resolver questões domésticas, como briga entre vizinhos ou casais. O modelo é bem parecido com o modelo de mediação de conflito da UPP – e era esse o objetivo. De acordo com André Gosi⁹², diretor cultural da associação de moradores, a associação trabalha buscando a cada dia ganhar mais legitimidade entre os moradores, por isso, estão sempre correndo para resolver os problemas que aparecem na favela, desde uma complicação na luz, um problema na calçada ou entre vizinhos, para que, assim, não se precise mais recorrer a UPP para todo tipo de demanda – a gestão do território do Vidigal está em constante disputa.

No entanto, isso não significa que haja um antagonismo entre eles. A associação procura fazer seu trabalho em constante parceria com os policiais da UPP, por isso, estes estão sempre representados nos debates realizados pela associação na Pracinha, não importa qual seja o tema. Ao longo do trabalho de campo, estivemos algumas vezes nesses encontros e a figura do policial é presença garantida, desde os debates sobre gentrificação à questão da mobilidade. Para André: “o que faz a UPP dar certo é a comunidade abraçar isso, abraçar a pacificação”, mas o objetivo é que a polícia tenha cada vez menos espaço, que seja uma transformação que envolva os moradores, até “virar um bairro normal, um bairro como o Leblon”⁹³.

Outra instituição pública que, teoricamente, teria a atribuição de gestão do território do Vidigal é o POUSO – Posto de Orientação Urbanística e Social. Criado ainda no âmbito do programa Favela-Bairro, os postos foram instalados nas favelas beneficiadas pelo programa com a atribuição de promover a regularidade urbanística

⁹² Depoimento dado à autora em 18 mar. 2016.

⁹³ Depoimento dado à autora em 18 mar. 2016.

do território, indo desde a preservação das áreas públicas, a fiscalização das construções dentro das normas previstas pela AEIS, até a emissão do habite-se⁹⁴.

Em 1999 o POUSO era instalado no Vidigal. Segundo José Airton⁹⁵, engenheiro responsável pelo órgão na favela, o ambiente de trabalho ali sempre foi extremamente precário. Atualmente, a equipe é formada por cinco pessoas: José Airton, três arquitetas e um agente comunitário que se concentram em uma pequena sala no prédio comercial logo no início da Av. João Goulart. A sala não possui internet ou sequer cadeira para todos eles.

Entre idas e vindas, José Airton atende o Vidigal desde o início da atuação do POUSO no território, no entanto, afirma que o trabalho pouco avançou nesse período. Desde os anos 2000 trabalham para finalizar o reconhecimento dos logradouros que, segundo o engenheiro, depois de um longo trabalho junto aos moradores para identificação das ruas tal como elas são reconhecidas na favela, dentro da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) esse processo foi completamente desrespeitado e nomes aleatórios de frutas foram atribuídos às ruas, em um processo que gerou a revolta dos moradores e dos próprios funcionários do POUSO atuando no campo, o que acabou impedindo a finalização do processo.

José Airton também ressaltou a dificuldade de executar o trabalho com uma equipe tão reduzida, uma vez que boa parte de sua atividade se dá no porta a porta, em um trabalho de fiscalização e regularização dos imóveis para a concessão do habite-se. Nesse sentido, entra em conflito com a associação de moradores que, paralelamente – e anteriormente – ao trabalho do POUSO, também atua liberando obras e reformas na favela mediante o pagamento de uma taxa à associação. O problema, de acordo com José Airton, é que nem sempre essas intervenções aprovadas pela associação estão em consonância com as regulações previstas para a área.

De maneira geral, as pessoas que iniciam obras e reformas na favela devem procurar o POUSO para abrir um processo de vistoria para que a obra seja regularizada – etapa raramente cumprida. Quando procurados, a equipe do POUSO

⁹⁴ Mais informações disponíveis em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=139912>. Acesso em 20 jun. 2016.

⁹⁵ Depoimento dado à autora em 25 jan. 2016.

orienta sobre os parâmetros urbanísticos, mas não possui responsabilidade técnica sobre a obra, podendo exercer apenas o poder de embargo quando esses parâmetros não são cumpridos. Uma vez que a obra é embargada, o morador entra com recurso no próprio POUSO e, caso o embargo não seja respeitado, é aplicada uma multa e o pedido de licença de obra é indeferido, ficando a cargo da SEOP fazer a demolição da obra. Entretanto, mesmo o embargo parece ter pouca efetividade, segundo André Gosi⁹⁶, apesar da favela não comportar mais nenhuma construção, novas casas nunca pararam de ser construídas na favela.

No mais, a equipe deveria circular pelo território fazendo as vistorias e orientações, além da realização de atividades educativas referentes à regularização urbanística e seus benefícios – para José Airton, a valorização da casa através do habite-se é um dos argumentos que utiliza junto aos moradores. Na prática, com uma capacidade restrita de atuação, o POUSO responde apenas as demandas que chegam até eles, seja pelos moradores que procuram regularizar suas casas ou por meio das denúncias. Como vimos, foi por meio de denúncias que o POUSO embargou as obras do hotel Mirante do Arvrão e da Escola de Design Vik Muniz, entretanto, os tramites para regularização, nesse caso, não passaram pelo posto do POUSO.

Ao longo desse tópico, buscamos, brevemente, mapear os principais agentes – novos e velhos – responsáveis pela gestão do Vidigal. O Estado parece ter tido pouca atuação na gestão desse território ao longo de toda história de construção e consolidação da favela, posição essa ocupada, majoritariamente, pela associação de moradores e pelo tráfico de drogas. No entanto, com o avanço da urbanização neoliberal sobre a cidade do Rio de Janeiro, e da reestruturação urbana da qual ela vem acompanhada, o Estado entra nesse território de maneira contundente por meio da ocupação militar, assumindo um papel central em sua gestão. Nesse contexto, o processo de neoliberalização se desenvolve na favela com o apoio do Estado, que atua de forma a garantir a difusão das regras impessoais do mercado para um território até então atravessado por outras formas de gestão e regulação.

Assim, além de poder dizer “quem” é o principal agente da gestão do território, nos parecia fundamental saber também “como” essa gestão é feita. O

⁹⁶ Depoimento dado à autora em 18 mar. 2016.

protagonismo do braço armado do Estado, ancorado em um discurso de conciliação, parece ter o objetivo de garantir uma sensação de segurança para aqueles que são de fora da favela. O discurso da pacificação, nas favelas da zona sul particularmente, tem como objetivo principal permitir que elas sejam exploradas pelo mercado como mais um ativo para sua reprodução – seja pela valorização imobiliária do entorno, dos imóveis de dentro da favela, ou mesmo enquanto um produto em si. Como veremos mais a frente, a ressignificação simbólica da favela do Vidigal atua tanto para fora – como produto ‘favela’ vendido nos canais de televisão, nas roupas de marca, nas festas com ingressos caros – quanto para dentro, na venda de uma “experiência” a ser consumida. Dessa forma, também podemos nos questionar se as favelas da zona sul não se tornam, elas próprias, um ativo da valorização do entorno não apenas pela “pacificação”, mas também por toda a marca “cool” e “descolada” que elas acrescentam aos bairros nas quais estão localizadas.

4.3 Entre o clientelismo e o universalismo: para quem são as regras?

Theodore, Peck e Brenner (2009) vão falar de duas tendências fundamentais na reestruturação neoliberal: de um lado, o desmantelamento de formas institucionais e a desregulação contraditória da economia, de outro, a criação de novas modalidades de regulação institucional e gestão estatal, em um processo de destruição criativa de instituições e marcos regulatórios.

À primeira vista, se entendidas como uma “fórmula” de reestruturação, esse argumento não se aplica ao Vidigal. Desde a declaração de parte do território como AEIS, em 1998, e a publicação do decreto que define os padrões de uso e ocupação do solo para aquela área, nenhuma nova legislação foi publicada, ou seja, não existiria qualquer indício de mudança nos marcos regulatório no sentido de beneficiar maior acesso ao mercado nos territórios de favela.

No entanto, mais do que pensar estritamente no movimento de destruição-criação, aqui nos parece mais útil pensar em termos de aplicação-não aplicação das regulações ou da gestão discriminada de marcos regulatórios que, ao contrário,

deveriam ser aplicados de maneira uniforme sobre dado território, garantindo a imparcialidade das regras.

A princípio, a delimitação de Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) tem como objetivo reconhecer as particularidades dos assentamentos urbanos informais, permitindo sua inserção na política urbana municipal por outra via que não a da remoção. Formulada no âmbito da redemocratização, a AEIS faz parte dos instrumentos urbanísticos pensados a partir da ideia que apontava a necessidade de reconhecer e legalizar a “cidade real”, flexibilizando os parâmetros urbanísticos nos territórios construídos às margens da urbanização formal (ROLNIK, 2000). Com isso, buscava-se a redução do déficit habitacional e a melhoria da infraestrutura urbana para a população de baixa-renda, prioritariamente.

Decretada em 1998, a AEIS do Vidigal (Lei nº 2704/1998) só recebeu os parâmetros urbanísticos em 2011, através do Decreto 33352/2011, de uso e ocupação do solo. O decreto traz a delimitação precisa da AEIS, de suas áreas públicas e privadas, o número máximo de pavimentos permitidos (máximo de 3), as áreas impróprias para ocupação e o formulário para o licenciamento de obras e a concessão de habite-se. Ainda, o decreto proíbe novas construções que não sejam de iniciativa do próprio poder público, quando da necessidade de reassentamento ou obras de urbanização, ou mesmo reformas que envolvam a construção de novas unidades habitacionais no imóvel – o objetivo é regularizar, mas também impedir a expansão da favela.

Para entender a importância das regulações e o impacto de sua gestão, achamos interessante iniciar com uma história muito conhecida e lembrada entre os moradores: a compra de casas no Vidigal pelo alemão Rolf Glaser.

Já em 2008, antes mesmo do anúncio do programa das UPPs, começou a circular pela imprensa a notícia de um alemão que estava comprando casas no morro do Vidigal, 17 até aquele momento, situadas em sua maioria na área do Arvrão⁹⁷. As compras eram feitas pelo empresário por meio de sua ONG Vidigal Feliz e tinha o objetivo de montar um verdadeiro complexo turístico na favela. Em

⁹⁷ *Alemão aposta em pousada em favela do Rio*. O Estado de S. Paulo, 22 nov. 2008. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,alemao-aposta-em-pousada-em-favela-do-rio,282132>. Acesso em 24 maio 2016.

2009, já eram cerca de 40 casas sob a propriedade de Rolf, que também passou a morar no local, na parte baixa da favela. Em entrevista ao jornal, Rolf descreveu seu objetivo:

Quero criar infraestrutura que faça o turista gastar dinheiro no Vidigal, para empregar pessoas e fazer com que a comunidade se desenvolva. Não gosto dessa coisa de tour em favela, onde o visitante entra, vê a miséria e vai embora.⁹⁸

Na mesma matéria, Rolf afirmava ter optado pelo Vidigal por sua vista, que pode ser apreciada de quase todas as casas, mas que concentraria os investimentos no Arvrão, parte alta do morro, onde seriam construídos o hotel e casas para turistas. Para o restante da favela, falava na construção de lavanderias, padarias, ateliê de moda, hostel, loja de sucos e bistrô, com isso, esperava que as próprias famílias residentes na favela começassem a adaptar suas casas para também receber os visitantes. Segundo o próprio Rolf, o investimento total teria sido de R\$ 1,1 milhão e esperava que as obras ficassem prontas até o fim daquele ano, contando, para isso, com o apoio de um de seus arquitetos, Hélio Pellegrino:

Esse projeto vai quebrar o paradigma de casa grande e senzala no Rio. Vou seguir o exemplo do que foi feito em Positano, na Itália, cuja topografia é parecida. Comprei madeira de demolição e me inspirei no centro antigo do Rio.⁹⁹

No entanto, ainda no fim de 2009, o projeto foi encerrado e Rolf começou a vender os imóveis recém-adquiridos. Segundo o próprio empresário, o principal motivo da desistência seriam as dificuldades colocadas pela prefeitura, que teria embargado as obras, afirmando, inclusive, que algumas das casas seriam de propriedade da Cedae¹⁰⁰.

Outro ator importante daquele momento é o Gerônimo¹⁰¹, morador do Vidigal e o agente imobiliário local responsável por fazer as negociações para Rolf junto aos moradores. Segundo Gerônimo, em três meses o alemão teria comprado 47 casas, com planos de fazer do Vidigal uma “favela modelo”. Naquele momento, as casas

⁹⁸ *Alemão monta complexo turístico no Vidigal*. O Estado de S. Paulo, 28 fev. 2009. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,alemao-monta-complexo-turistico-no-vidigal,331501>. Acesso em 24 maio 2016.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ *Empresário desiste de projeto no Vidigal*. O Estado de S. Paulo, 28 out. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,empresario-desiste-de-projeto-no-vidigal,457501>. Acesso em 24 maio 2016.

¹⁰¹ Depoimento dado à autora em 31 mar. 2016.

variavam entre R\$ 5 a 20 mil. Quando as obras começaram, Eduardo Paes (PMDB) entrava na prefeitura do Rio de Janeiro, não demorou muito para o novo prefeito começar a colocar impedimentos às ambições do alemão e as obras serem embargadas.

Marcelo da Silva, atual presidente da associação de moradores do Vidigal, também se recorda da história, mas afirma que o empresário também encontrou certa resistência do tráfico de drogas, que chegou inclusive a invadir algumas das casas do alemão. Gerônimo também afirmou que esse foi o principal motivo para a desistência do projeto por Rolf, pois quando suas casas começaram a ser invadidas por homens do tráfico, o alemão foi aconselhado a vender para que não fosse envolvido em acusações de tráfico de drogas.

A mesma história é contada por muitos moradores que se lembram do alemão e relembram do caso ao fazer um paralelo com as transformações vividas atualmente na favela. Apesar de não ter saído do papel, ou pelo menos não como imaginado por Rolf, até hoje a associação de moradores do Vidigal possui o projeto idealizado por ele.

As informações que temos sobre esse caso são as que podem ser encontradas na imprensa e através dos relatos dos moradores, por isso, é difícil saber com certeza quais foram os principais motivos que frustraram a instalação do complexo turístico no Vidigal naquele momento, ou mesmo quais foram os argumentos da prefeitura para o embargo das obras. Contudo, é interessante notar que as construções foram feitas antes do decreto que define os padrões urbanísticos da AEIS, também antes da instalação da UPP na favela. Por isso, a pergunta aqui é: o que mudou, do ponto de vista da regulação, depois da instalação da UPP?

Mais uma vez, a UPP aparece como ponto de inflexão para compreender as transformações socioespaciais vividas pelo Vidigal. Logo após a pacificação da favela, novos empreendimentos começaram a se instalar ali, principalmente hostels, bares e restaurantes, em sua maioria, voltados para atrair e atender os mesmos turistas esperados por Rolf Glaser.

Apesar da mudança no contexto, alguns atores são os mesmos que compartilharam a aspiração do empresário alemão naquele momento e acabaram

dando prosseguimento aos seus planos, mesmo que, agora, de forma fragmentada. Gerônimo é uma das principais figuras dessa história, desde o início dos anos 2000, “quando a maré ainda era meio braba aqui”, procura investidores que queiram aplicar seu dinheiro em casas ou negócios no Vidigal, foi assim que acabou trabalhando com Rolf nas compras das casas e abrindo uma pequena imobiliária na favela em 2007.

No entanto, seus negócios começam a decolar quando o projeto do alemão é retirado de cena – sob sua responsabilidade ficou a venda das 47 casas. Ele explica sua forma de trabalhar:

Rolf colocava um preço, ‘Gerônimo eu quero R\$ 50 mil’, se eu vendesse por R\$ 70 mil era meu, se eu vendesse por R\$ 80 mil era meu, se eu vendesse por R\$ 55 mil era meu. Então eu queria valorizar o máximo possível pra poder ganhar o máximo possível (...) se eu pego esse anel com você a R\$ 10 eu não posso te dar R\$ 9,99, eu tenho que te dar R\$ 10. Agora, se amanhã você souber que eu vendi esse anel por R\$ 100 e te dei R\$ 10, eu não fiz nada de errado com você.¹⁰²

Foi a partir dos ganhos nessas transações que começou a fazer seus próprios investimentos na favela – e que adquiriu certa fama entre os moradores: “as pessoas às vezes ficaram entendendo que eu participei de alguma coisa errada”. A maioria das casas foi vendida para estrangeiros, o momento já não era mais de “guerra” e o início do programa da UPP com a previsão de instalação no Vidigal já começavam a valorizar os imóveis na favela. Atualmente, Gerônimo é dono de uma fábrica de gelo, um hostel, restaurante de comida japonesa e um recém-construído flat com um bar e espaço para festas na laje.

Gerônimo vê o Vidigal como um condomínio mal administrado, mas mais seguro que o restante da cidade¹⁰³. Mesmo frente a tantas transformações, não vê risco no Vidigal deixar de ser um território popular, para ele, as pessoas que estão investindo ali teriam “muito conhecimento” e trabalham para o crescimento da favela, com isso, os próprios moradores estariam fazendo melhorias em suas casas, investindo em novos comércios e contribuindo para fazer do Vidigal “uma favela modelo”. Ainda, para Gerônimo, todo esse movimento de novas pessoas, comércios e serviços na favela funciona como uma espécie de barreira contra a volta do domínio do tráfico de drogas, mesmo que o projeto da UPP seja encerrado.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Na época da entrevista, Gerônimo estava concorrendo à presidência da associação de moradores do Vidigal. As eleições aconteceram em junho e a chapa atual permaneceu na gestão.

Outra figura que esteve envolvida no projeto de Rolf e atualmente também mantém negócios no Vidigal é o arquiteto Hélio Pellegrino. Então responsável por alguns dos projetos previstos pelo alemão, acabou comprando uma das casas situadas no Arvrão junto com o empresário Antonio Rodrigues, dono da rede de bares Belmonte. Segundo matéria da ADEMI/RJ, os dois teriam investido cerca de R\$ 1,5 milhão na construção do hotel Mirante do Arvrão, de dois andares, com um bar e 11 quartos¹⁰⁴.

No entanto, o hotel também enfrentou o embargo de suas obras. De acordo com o engenheiro responsável pelo POUSO do Vidigal, José Airton¹⁰⁵, o motivo teria sido a falta da licença de obra, o que resulta no embargo e encaminhamento do caso para a Secretaria Municipal de Urbanismo. Segundo o engenheiro, “a entrada da UPP fortalece a vinda do “bacana” que vem, faz obra e acha que por ser favela não vai ser incomodado por prefeitura, que não precisa se preocupar com água, luz”.

Mais uma vez ressaltando a precariedade da estrutura do POUSO para o bom acompanhamento das obras na favela, afirmou que nesses casos de obras de pessoas de fora, com maior poder aquisitivo e rede de contatos, é possível perceber uma celeridade no processo, inclusive passando por cima de algumas burocracias, o que nunca é possível nos casos dos moradores. Para a obra do hotel, Hélio Pellegrino teria conseguido a licença “por cima”.

José Airton ainda chama atenção para o fato do Arvrão ser a localidade do Vidigal onde mais se concentram obras embargadas, onde se localizam as “obras especulativas”, de pessoas de fora da favela. Desde 2007, período em que o engenheiro começou a atender o Vidigal, foram cerca de 200 obras embargadas em toda a favela, em sua maioria, por se tratar de obras novas – entram nesse rol o Bar da Laje e a Escola de Design do artista plástico Vik Muniz. No entanto, o decreto de uso e ocupação do solo acaba deixando brechas, uma vez que proíbe novas construções no sentido de criação de solo, mas ao permitir reformas, abre a possibilidade de derrubar o imóvel para a construção de um novo no mesmo local. Dessa forma, a paisagem urbana da favela do Vidigal, ao menos em algumas porções desse território, tem se alterado de maneira significativa.

¹⁰⁴ *Vidigal terá hotel de charme cinco estrelas*. ADEMI/RJ, 9 maio 2012. Disponível em: http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=47980. Acesso em: 24 maio 2016.

¹⁰⁵ Depoimento dado à autora em 25 jan. 2016.

De maneira geral, o que essas histórias nos contam é que a pretensa difusão de um novo padrão de relação entre Estado, mercado e sociedade, fundado na impessoalidade e em um maior controle do poder público por meio de mecanismos democráticos, a gramática política que Edson Nunes (2007) chamou de “universalismo de procedimentos”, não teria sido efetivado na favela do Vidigal.

A princípio, a regulamentação da AEIS, aliada a atuação do POUSO, apontaria no sentido de garantir essa difusão do universalismo de procedimentos em termos de regulamentação urbanística na favela, definindo, de maneira clara e transparente, as regras para construção e reformas na favela, os procedimentos para a regularização e as sanções previstas em caso de descumprimento.

Segundo o atual Plano Diretor do Rio de Janeiro (2011), artigo 207, todo território demarcado como Área de Especial Interesse Social demanda um plano de urbanização, construído com a participação da sociedade civil, que contemple as diretrizes, índices e parâmetros urbanísticos para o uso e ocupação do solo, um diagnóstico do território e da população, projetos e intervenções urbanísticas necessárias para infraestruturação da área, instrumentos aplicáveis para a regularização fundiária, formas de participação da população na implementação e gestão das intervenções, formas de integração dos diferentes agentes públicos atuantes, fontes de recursos, atividade de geração de emprego e renda e, por fim, um plano de ação social¹⁰⁶. Apesar de sua demarcação como AEIS desde 1998, esse plano nunca foi feito no Vidigal.

Assim, com a ausência do plano de urbanização – e os vazios e brechas deixados pelo decreto de uso e ocupação do solo, única diretriz de desenvolvimento urbano para a favela – as regras deixam de ser transparentes, permitindo a manutenção de relações clientelistas, com negociações individualizadas que, no geral, beneficiam a apropriação do território pelo mercado.

¹⁰⁶ Disponível em: http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/36170Lei%20Compl%20111_2011.pdf. Acesso em 27 ago. 2016.

4.4 A ressignificação simbólica do Vidigal

A ressignificação simbólica do Vidigal passa por uma combinação de práticas e discursos que apontam para a emergência de novas formas de ver e viver naquele território, devendo ser entendida a partir de sua relação com os demais elementos das transformações socioespaciais vividas pela favela. Recentemente, todo esse processo passou a ser chamado de “gentrificação”, inclusive, por aqueles que mais têm sentido seus efeitos, ou seja, os moradores da favela do Vidigal.

No primeiro semestre de 2014, a associação de moradores do Vidigal, junto a outras organizações que atuam no território¹⁰⁷, realizaram um ciclo de debates¹⁰⁸ com o objetivo de pensar o futuro da favela frente as grandes transformações que estão enfrentando. Os temas dos quatro encontros foram: (i) especulação imobiliária e o aumento dos preços no Vidigal; (ii) que Vidigal você quer no futuro?; (iii) os novos empreendedores: o que os novos empresários pretendem pra comunidade?; (iv) O poder público tem a palavra: o que o poder público pretende para o Vidigal?.

Realizados uma vez por mês, os encontros conseguiram mobilizar um grande número de moradores interessados em discutir as questões propostas. Foram feitas desde apresentações históricas e mais acadêmicas sobre o processo de construção das favelas como locais de moradia acessíveis aos trabalhadores, até aquelas baseadas na própria experiência cotidiana da favela, que tenta traduzir as mudanças recentes que passam a ser sentidas. Nos dois primeiros encontros, o debate girou em torno das consequências decorrentes do aumento de estrangeiros e pessoas de fora visitando e morando na favela, sendo destacados pontos positivos e negativos desse processo. Todavia, o ponto central do debate girou em torno do aumento dos custos de vida no local, uma consequência desse processo que tem afetado, notadamente, aqueles que moram de aluguel¹⁰⁹.

Nos dois últimos encontros, o debate centrou-se nos atores “de fora” – os novos comerciantes e o poder público. Apesar dos diversos convites enviados,

¹⁰⁷ Estavam envolvidas na organização do evento: Fórum Intersetorial do Vidigal, Albergue da Comunidade e Comunidades catalisadoras.

¹⁰⁸ *Vidigal debate gentrificação no primeiro “Fala Vidigal”*. RioOnWatch, 31 mar. 2014. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=10952>. Acesso em 23 jun. 2016.

¹⁰⁹ Mais informações no vídeo realizado pela organização do evento junto aos moradores: *Fala Vidigal! Os moradores refletem sobre a gentrificação*. 4 maio 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bdlrpTsIIIIE>. Acesso em 23 jun. 2016.

apenas dois dos “novos empreendedores” estiveram presentes: um dos sócios do Hotel Mirante do Arvrão e o representante da Escola de Design Vik Muniz. Este último concentrou sua fala em torno dos objetivos e expectativas para o projeto – uma escola de arte e tecnologia para crianças, gratuita, autofinanciada e sem patrocinadores externos – mas afirmou não estar seguro quanto a sua recepção entre os moradores, chamando atenção para o episódio do embargo e de um assalto à obra que teria acontecido recentemente. Já o sócio do luxuoso hotel Mirante do Arvrão ressaltou o caráter “verde” do empreendimento e sua opção por empregar, majoritariamente, moradores da favela.

Quando questionados sobre os possíveis impactos de seus empreendimentos para o processo de gentrificação na favela, o representante de Vik Muniz afirmou não ver como a escola poderia trazer impactos nesse sentido, já que se tratava de um projeto educativo voltado para atender crianças e jovens moradores do Vidigal – sem considerar, assim, o impacto midiático e simbólico trazido por uma escola associada a um dos mais conhecidos artistas plásticos brasileiros contemporâneos. O sócio do hotel, por sua vez, reconheceu que a UPP trazia mais segurança para empreendedores externos e que isso teria um impacto nas dinâmicas da favela, mas, ao mesmo tempo, também motivaria a abertura de novos comércios pelos próprios moradores.

No entanto, assim que a fala foi aberta aos presentes, muitos moradores criticaram os dois empreendimentos ali representados, estendendo seus descontentamentos para além deles. As críticas foram no sentido de apontar o impacto das obras dos novos empreendimentos para o entorno, o enorme fluxo de pessoas atraído por esses empreendimentos e, especialmente, o tratamento diferenciado que receberiam dos órgãos públicos frente aos moradores. De maneira geral, estava colocada a desigualdade da distribuição dos bônus e ônus dessas transformações.

Outra crítica recorrente foi em relação aos mototaxistas e os valores diferenciados da passagem para moradores e turistas, que acaba privilegiando estes últimos em detrimento dos primeiros. Segundo relatos de alguns moradores – confirmados por nós em algumas cenas vividas em campo – desde que o número de turistas na favela começou a crescer, especialmente após a instalação da UPP, os

mototaxistas começaram a cobrar preços exorbitantes dos visitantes, principalmente dos estrangeiros, variando entre R\$ 10,00 e R\$ 50,00 o trajeto que normalmente era feito a R\$ 3 para os moradores. Com a possibilidade de ganhar mais fazendo o mesmo caminho, muitos dos mototaxistas passaram a privilegiar os turistas, deixando moradores na volta do trabalho em longas filas de espera para voltar para a casa. A situação ficava especialmente complicada aos finais de semana, com as festas realizadas no Arvrão.

Outro ponto interessante desse encontro foi a disputa que se deu entre o Vidigal ser considerado uma favela ou um bairro. Enquanto o sócio do hotel afirmava ver o Vidigal como qualquer outro bairro da cidade, outros moradores reivindicavam o termo favela, apontando as particularidades de seu território, principalmente suas fragilidades.

Por fim, o último encontro abriu a fala para representantes do poder público. Estavam presentes: POUSO, Rio+Social, UPP, Light, Guarda Municipal e a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Foram feitos muitos questionamentos em relação a uma suposta parcialidade da fiscalização do POUSO, que beneficiaria os novos moradores, críticas à UPP pelo cerceamento dos espaços de festas tradicionais da favela, reclamações do tráfego no Vidigal e das contas exorbitantes da Light.

Refletindo sobre o encontro a partir do viés adotado nessa pesquisa, todo o evento nos pareceu muito interessante, desde a escolha de gentrificação como categoria capaz de dar conta das mudanças recentes que têm impactado o território do Vidigal às discussões e questionamentos levantados pelos moradores, que passaram por muitos dos pontos que são objeto de reflexão em nossa pesquisa. Mesmo que a categoria gentrificação ainda seja mobilizada de forma um pouco difusa, com certa confusão a cerca dos fenômenos que ela pretende nomear, nos parece relevante a sua utilização como elemento chave de entendimento pelos moradores.

Em artigo recente, Santos Junior e Novaes (2015), utilizam a categoria gentrificação ao discorrer sobre alguns dos impactos territoriais do ajuste espacial neoliberal na cidade do Rio de Janeiro. Para os autores, esse processo em curso na cidade se concentraria, notadamente, em três regiões: Barra da Tijuca, Zona

Portuária e Zona Sul. Esta última, região na qual se localiza e se relaciona o objeto de estudo desse trabalho, o ajuste neoliberal estaria relacionado ao fortalecimento de sua centralidade, tanto por meio da valorização do entorno das favelas, quanto desses territórios favelados em si, especialmente de suas localizações privilegiadas, capaz de atrair um público de maior poder aquisitivo. Não à toa, a escolha do Vidigal para esse trabalho.

Centrando-se nas formas pelas quais o processo de urbanização neoliberal se desenvolve na zona sul, os autores lançam mão do conceito de gentrificação, tal como formulado nos trabalhos do geógrafo Neil Smith. Como visto anteriormente, quatro elementos são fundamentais para caracterização dos processos de gentrificação em territórios populares: i) a questão de classe, relacionada à mudança dos detentores da terra urbana que passa por um processo de elitização, no qual classes populares são substituídas por outras de maior poder aquisitivo; ii) o diferencial da renda da terra, ou *rent-gap*, decorrente tanto das características locacionais da terra, quanto pelo seu valor mais baixo frente a outras áreas centrais da cidade; iii) a gentrificação como estratégia de renovação urbana, na qual o Estado assume um papel central na medida em que cria as condições para a atuação do mercado, seja por ajuda financeira ou por políticas públicas de renovação urbana e, por fim; iv) a dimensão espacial, relacionada à generalização da gentrificação, tanto no que diz respeito à sua ocorrência em várias cidades do mundo, não mais restrita aos países centrais, mas também em termos de extensão do fenômeno no território, ou seja, para além da reabilitação da moradia pela classe média, a gentrificação estaria atuando, também, sobre todo um novo modo de vida, envolvendo mudanças significativas nas áreas de lazer e consumo dos bairros (SANTOS JUNIOR; NOVAES, 2015).

A partir desses elementos, vamos fazer um breve exercício de reflexão pensando o caso das mudanças socioespaciais vividas pelo Vidigal buscando identificar possíveis processos gentrificadores impulsionando essas transformações. No que diz respeito à questão de classe, ou a substituição das classes populares por aquelas de maior poder aquisitivo, é difícil mensurar seu impacto no Vidigal. Apesar de ser uma fala constante dos moradores, não encontramos meios possíveis de quantificar o número daqueles que já deixaram a favela, o porquê de terem saído e por quem foram substituídos. Por outro lado, facilmente encontramos estrangeiros

morando na favela e histórias de antigos moradores que saíram por não conseguirem mais se sustentar ali, especialmente aqueles que moravam de aluguel.

Paulo Cypa¹¹⁰, morador e professor da Vila Olímpica do Vidigal, volta um pouco na história tentando chamar nossa atenção para a dimensão dessas mudanças. De acordo com Cypa, a maior mudança estaria acontecendo na população – do Largo do Santinho pra cima, estima que entre 70 e 80% dos moradores sejam descendentes de nordestinos, isso porque, uma vez consolidada a parte de baixo das favelas nos anos 1970 e 1980, as pessoas não queriam subir para um local sem pavimentação e estrutura, assim, os nordestinos que migravam em busca de trabalho, recém-chegados na cidade com pouco ou nenhum recurso, foram se instalando por ali. O resultado disso poderia ser sentido, inclusive, na forma de falar dos moradores dessa parte da favela, com gírias e termos diferentes dos habituais entre os cariocas, exibindo as marcas dessa migração.

Com a entrada da UPP, esses moradores começaram a dividir a vizinhança com pessoas vindas da Rússia, da Chechênia, da Espanha, que mal falam o português, transformando os encontros e as vivências em um verdadeiro “choque cultural”, que se reflete, inclusive, nas transformações arquitetônicas que começam a ser percebidas na favela:

A gente vê muito vidro dentro da comunidade, nós temos uma janelinha de madeira onde o cara tem uma janelinha de blindex né?! Então, há uma nova cara, mas aí afasta um pouco aquele morador que é um cara mais simples, que é um cara mais humilde. A gente brinca com o seguinte: você quer assustar o pobre você põe porta de vidro, o estabelecimento que tem porta de vidro o cara fica reticente pra entrar, Casas Bahia não tem porta de vidro, Ponto Frio não tem porta de vidro, você botou porta de vidro você seleciona seu público e a gente tá vendo bastante isso aqui também.¹¹¹

A própria mudança arquitetônica surge como evidência do movimento de chegada de novos moradores com maior poder aquisitivo, no entanto, frente à falta de dados quantitativos desse processo, parece-nos complicado afirmar que estaríamos vendo um processo de substituição de classes no território, assim, parece mais interessante, nesse momento, falar em uma *tendência* à substituição de classes populares por aquelas de maior poder aquisitivo.

¹¹⁰ Depoimento dado à autora em 20 mai. 2016.

¹¹¹ Idem.

O segundo elemento que caracterizaria o processo de gentrificação está relacionado à teoria do *rent-gap*. Como visto anteriormente, o *rent-gap* se expressa na diferença da renda obtida de determinada propriedade ou imóvel com a renda que poderia ser obtida por meio de outro uso, ou seja, esse diferencial de renda existe quando a diferença entre o uso atual e o uso potencial é suficientemente grande para garantir o lucro através de novos investimentos na área. Pensando o caso do Vidigal, André Gosi explica esse processo de maneira muito simples: “Imagine que a cidade tá espremida, Leblon e Ipanema não se constrói mais nada, nem Copacabana, zona sul, o cara não quer sair daqui de perto, aí vê um gancho desse aqui, as pessoas vendendo, o cara compra né?”¹¹².

A princípio, aplicar a teoria do *rent-gap* para os territórios de favela esbarra em uma primeira barreira histórica. Tendo sido elaborada a partir da experiência de cidades dos países do Norte, o diferencial de renda seria fruto do movimento histórico de abandono dos centros rumo aos subúrbios. O processo de suburbanização vivido por muitas dessas cidades teve como consequência a desvalorização das áreas centrais e sua ocupação pelas classes trabalhadoras. Uma vez que os subúrbios se consolidam, esse processo é mais uma vez invertido – para Smith, em decorrência, principalmente, do diferencial de renda – e os investimentos voltam aos centros por meio de diferentes projetos de renovação urbana. As favelas brasileiras, por sua vez, nunca foram territórios valorizados, ao contrário, surgem nas margens da cidade formal – nas porções do território desinteressantes para o mercado, a classe trabalhadora carioca fez sua morada, com o olhar displicente, e conivente, do Estado.

No entanto, se pensarmos as favelas da zona sul em sua relação com o entorno, um território altamente elitizado e saturado de construções, parece-nos mais fácil compreender o movimento do mercado em direção às favelas situadas na região. Neste contexto, as favelas da Zona Sul se caracterizam como espaços desvalorizados, tanto em razão de serem territórios ocupados pelas classes populares, como pela violência promovida pelo tráfico de drogas, promovendo igualmente a desvalorização relativa dos espaços situados no seu entorno. As favelas da Zona Sul se configurariam, assim, em territórios desvalorizados, com

¹¹² Depoimento dado à autora em 18 mar. 2016.

expressivo diferencial de renda em relação ao território da zona sul no qual se situam, passíveis de serem apropriados e convertidos em ganhos imobiliários.

Como vimos, o avanço da urbanização neoliberal no Rio de Janeiro vem muito impulsionada pela realização dos megaeventos esportivos na cidade, desde a Copa do Mundo aos Jogos Olímpicos. Nesse contexto, grandes investimentos nacionais e internacionais são atraídos para a cidade e, boa parte deles, absorvidos na própria reestruturação urbana justificada em nome da preparação da cidade para receber esses megaeventos (COMITÊ POPULAR..., 2015).

Assim, as favelas localizadas na zona sul, uma vez “pacificadas”, surgem como territórios atrativos ao mercado, sendo possível vislumbrar um diferencial de renda significativo na transformação de seu uso atual, enquanto local de moradia para a classe trabalhadora, para o potencial, como mais um polo turístico na zona sul da cidade. Isso é especialmente possível para o caso do Vidigal, com sua vista para a orla das praias e um imaginário cultural e artístico com capacidade de dotar esse território de especificidades que passam a ser contabilizadas como ativos de sua própria valorização. Nas palavras de Pereira (2014), trata-se da “atribuição de conteúdo econômico a elementos simbólicos presentes em determinados fragmentos urbanos como fundamento da ativação de rendas potenciais latentes.” (PEREIRA, 2014, pg. 309).

O terceiro elemento caracterizador dos processos de gentrificação está relacionado ao papel central do Estado enquanto responsável por garantir os meios de atuação do mercado. Nesse sentido, como buscamos mostrar ao longo do trabalho, a UPP surge como elemento fundamental ao garantir a segurança necessária capaz de atrair novos empreendedores e visitantes, assim como as intervenções urbanas realizadas pelo poder público, também apropriadas pelo mercado no sentido de otimizar suas condições de atuação dentro do território.

Apesar da dificuldade de mensurar os impactos dessas transformações em termos de valorização imobiliária na favela do Vidigal, uma vez que não há registros formais e acessíveis dessas transações, é possível nos aproximarmos desses dados

ao olhar para os movimentos de valorização do bairro do Leblon e mesmo da área formal do Vidigal (Tabela 1), também contabilizada pelo ZAP Imóveis¹¹³:

Tabela 1 – Valorização Imobiliária do Leblon e Vidigal (2008-2015)

Mês de referência	Leblon		Vidigal	
	Valor do m ² (R\$)	Valorização em relação a 2008 (%)	Valor do m ² (R\$)	Valorização em relação a 2008 (%)
Set / 2008	11.252,49	xx	2.372,74	xx
Set / 2009	12.408,30	10,27	3.161,63	33,25
Set / 2010	14.982,28	33,15	7.050,49	197,15
Set / 2011	16.310,29	44,95	6.317,33	166,25
Set / 2012	15.997,13	42,17	8.870,68	273,86
Set / 2013	15.322,74	36,17	9.318,15	292,72
Set / 2014	13.973,17	24,18	9.991,72	321,10
Set / 2015	13.386,00	18,96	8.757,00	269,07

Fonte: <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>¹¹⁴

A partir dos dados da tabela, é possível perceber que desde 2009, quando do início do programa das Unidades de Polícia Pacificadora, tanto o Leblon como o Vidigal começam a sofrer movimentos de valorização de imóveis. No entanto, enquanto esse movimento é intensificado para o Vidigal a partir de 2012, com a instalação da unidade de polícia pacificadora na favela, no Leblon a valorização imobiliária começa a sentir pequenas quedas. Apesar de não conseguirmos mensurar esse movimento para a área de favela, são muitas as histórias e depoimentos a cerca do salto nos valores de imóveis também para cima do morro, é comum moradores mais antigos afirmarem que, atualmente, não se compra mais

¹¹³ Os dados apresentados pelo índice FIPE/ZAP baseiam-se apenas em imóveis localizados nas áreas formais da cidade e disponíveis para venda no site Zap Imóveis, por isso, em alguns meses a amostragem é muito pequena, ficando restrita a dois ou três imóveis, especialmente no caso do bairro do Vidigal. No entanto, apesar de seus limites, achamos interessante o exercício enquanto possibilidade de nos aproximarmos do movimento de valorização imobiliária sentido pelos moradores de favelas situadas na zona sul.

¹¹⁴ Valores atualizados e tabulados pela autora, com base na variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-r/INPC. Disponível em: http://www.tjmg.jus.br/data/files/E0/53/AC/DC/10D4051088CF93050D4E08A8/Fatores_Atualiz_Monet_1015.pdf.

Observação: os dados do m² da Favela do Vidigal e do Bairro do Leblon para setembro de 2011 são referentes ao mês de outubro de 2011, em razão da inexistência de informações para o Vidigal no mês de setembro deste ano.

casa na favela por menos de R\$ 100 mil. Essa valorização, impulsionada pelo aumento da procura de pessoas de fora, também parece impactar, de maneira significativa, os valores dos aluguéis.

Nesse contexto, a dimensão simbólica surge relacionada a um duplo movimento de ressignificação do território, tanto para dentro, impactando significativamente os hábitos de consumo e áreas de lazer da favela, como para fora, com a ressignificação do próprio termo 'favela'. Pensando o Vidigal, chama atenção o número de novos bares, restaurantes e, notadamente, hostels que passaram a compor a paisagem da favela. Atualmente, podemos identificar 17 hostels funcionando no Vidigal¹¹⁵, recepcionando centenas de turistas nacionais e internacionais.

“Muita coisa no Vidigal é vanguarda”. Para Armando¹¹⁶, que há sete meses deixou Porto Alegre para abrir um hostel no Vidigal, essa é uma das principais qualidades da favela. Armando e a esposa decidiram mudar para a cidade e abrir um novo comércio, em pouco tempo buscando locais para o novo empreendimento se depararam com os altos custos dos imóveis na cidade – até conhecerem o Vidigal, que une a “vanguarda”, com uma localização privilegiada, a vista para o mar de tirar o fôlego, um ambiente cultural agitado, o “acolhimento da comunidade”, além de preços mais acessíveis se comparado aos bairros da zona sul. Em pouco tempo, alugaram o imóvel, que já funcionava como hostel, e se mudaram para a favela. Hoje, o casal gerencia o Varanda's Vidigal, um hostel de sete quartos e um grande deck para festas debruçado sobre o mar. Seu público majoritário são jovens e estrangeiros que pagam R\$ 60,00 a diária (na baixa temporada) pela estadia na favela.

“O Vidigal inspira segurança, é o lugar mais seguro do Rio de Janeiro”¹¹⁷. Para o dono do Hostelzinho, a UPP foi fundamental para as transformações que estão sendo vividas pelo Vidigal em sua história mais recente. Há dois anos comandando um hostel que promete se diferenciar dos demais pelo ambiente familiar, organização e o foco nos turistas brasileiros, Luiz afirma que conseguiu

¹¹⁵ A identificação foi feita pela internet, através de sites especializados em busca por acomodação, nas páginas dos hostels no facebook e também ao longo do trabalho de campo.

¹¹⁶ Depoimento dado à autora em 10 mar. 2016.

¹¹⁷ Depoimento dado à autora em 20 mai. 2016.

quebrar a resistência inicial dos moradores frente a mais uma pessoa de fora da favela abrindo uma acomodação para turistas. Para Luiz, toda potencialidade do Vidigal estava travada pela violência do tráfico de drogas, por isso, vê a UPP como uma política “excelente”, e o aumento no custo de vida como uma consequência colateral: “o cara que bota um aluguel a mil reais ali no barraco é seu vizinho que morou a vida inteira contigo, não fui eu que cheguei. Aí se você não tem condição de pagar mil reais e eu tenho, a culpa não é minha, entendeu?”¹¹⁸.

“Muito mais que um hostel”. É assim que o estadunidense Adam¹¹⁹, um dos donos do hostel Favela Experience, apresenta o seu projeto. Há dois anos no Vidigal, Adam também atua na Rocinha e em outras cinco favelas na cidade trabalhando com um turismo que ofereça “uma experiência mais profunda”. Formado em empreendedorismo, Adam alia a hospedagem com outras atividades na favela: aulas em parcerias com ONGs, oficina de alimentação viva com uma moradora da favela, trilha com um guia local, etc.. As diárias variam de R\$30,00 em quartos coletivos a R\$140,00 no quarto individual.

O hostel se localiza no imóvel de uma das mais tradicionais ONGs do Vidigal, Ser Alzira de Aleluia. Como nos explicou Adam, a organização passava por grandes problemas financeiros quando a conheceu: “faltava sustentabilidade financeira, negócio é mais rentável que uma ONG”, a partir daí, a organização alugou parte de seu imóvel para o hostel, que atualmente também ajuda na gestão financeira da organização, sendo, inclusive, responsável pelo seu financiamento integral.

Na favela da Rocinha, Adam já conta com uma rede de moradores que alugam suas casas como hospedagem para turistas interessados em viver uma “experiência mais profunda” da vida na favela, sua ideia é desenvolver o mesmo no Vidigal. Afirmar ter escolhido o Vidigal como a “base” de seu projeto por ser uma favela mais segura e aberta culturalmente, lugar ideal para a criação de um modelo de turismo capaz de ser replicado em todas as favelas do Rio de Janeiro. Em relação ao impacto dessas transformações nas dinâmicas da favela, Adam afirma que há certo exagero nas reclamações por parte dos moradores, vê como “invenção” os relatos de aumentos abusivos nos valores de aluguel e como

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Depoimento dado à autora em 8 jul. 2016.

irresponsabilidade dos próprios moradores a venda de suas casas por valores muito acima da média, uma ação que prejudicaria a própria comunidade.

“Vendemos uma experiência”¹²⁰. Segundo Carolina, colombiana gerente do Hotel Mirante do Arvrão, é assim que os altos custos das diárias são justificados pelos donos do hotel. O empreendimento, projetado pelo famoso arquiteto Hélio Pellegrino, possui catorze suítes e um quarto coletivo, o menos procurado pelos turistas. As diárias vão de R\$ 70,00 no quarto coletivo, R\$ 200,00 nas suítes, até R\$ 700,00 na suíte principal.

Os cariocas compõem o público majoritário do hotel, a gerente estima que entre 70 e 80% das reservas são feitas por moradores do Rio de Janeiro em busca de um fim de semana na favela mais badalada da cidade. De acordo com Carolina, poucas vezes aparecem turistas que reservaram o hotel sem saber que se localizava na favela, ao contrário, a busca é justamente pela localização – e pela vista, todas as suítes têm varadas voltadas para o mar.

¹²⁰ Depoimento dado à autora em 21 jan. 2016.

Figura 17 - Suíte principal do Hotel Mirante do Arvrão



Fonte: Reprodução da internet / TripAdvisor¹²¹

A grande presença dos cariocas também pode ser explicada pelas festas realizadas no local. O bar localizado no hotel – que, de início, fazia parte da rede Belmonte – é frequentemente alugado por produtoras de eventos para a realização de festas, com ingressos que variam entre R\$ 80,00 e R\$ 150,00.

Notadamente, tanto o serviço de hospedagem quanto as festas realizadas no hotel visam um público de fora da favela, com maior poder aquisitivo. Nesse sentido, os anúncios e propagandas do Mirante do Arvrão são todos voltados para fora, ainda segundo Carolina, grande parte dessa visibilidade vem de forma indireta, já que o espaço é constantemente alugado para gravações e sessões de fotos para propagandas, também a presença constante de artistas conhecidos contribui para a disseminação dessa imagem *cool* do hotel e, também, da favela¹²².

A mesma ideia vale para o badalado Bar da Laje, localizado em frente ao Mirante do Arvrão¹²³. Marco Brandão, dono do bar, é empresário de artistas da

¹²¹ Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-g303506-d6435126-Reviews-Hotel_Mirante_Do_Arvrao-Rio_de_Janeiro_State_of_Rio_de_Janeiro.html. Acesso em 24 maio 2016.

¹²² Uma curiosidade: no dia em que fomos recebidas no hotel por Carolina, fazia uma semana que o antigo proprietário tinha ido visitá-los, queria conhecer no que tinha se transformado sua antiga casa. Atualmente, o ex-morador do Arvrão mora na favela vizinha, Rocinha.

¹²³ O imóvel onde atualmente funciona o bar também passou pelas transações de Gerônimo, agente imobiliário e empreendedor local. Na venda das 47 casas de Rolf, este imóvel foi vendido à R\$ 7 mil

maior rede de televisão do Brasil, que estão constantemente visitando o Vidigal e frequentando as festas aos finais de semana. O bar se destaca das casas e comércios do entorno não apenas na arquitetura, mas também pelos produtos oferecidos e seu alto custo – no cardápio, podemos encontrar pratos como “tartar de salmão”, “tornedor de filé mignon” e “ceviche de peixe branco”, com preços variando de R\$ 35,00 a R\$ 69,00. Tudo isso, com o apelo da vista mais cobiçada da favela.

Figura 18 - Bar da Laje, favela do Vidigal



Fonte: Reprodução do Facebook¹²⁴

Tal como no Hotel, o Bar da Laje diz vender algo mais do que as bebidas e comidas oferecidas em seu cardápio, trata-se da própria experiência de subir o morro e conhecer uma das mais bonitas favelas da cidade. Toda a propaganda do bar gira em torno do apelo à sua localização na favela do Vidigal, com a exuberante vista para o mar. Com isso, o próprio deslocamento para chegar ao bar passa a compor um atrativo a mais dessa “experiência”, além de possuir uma Kombi própria para o transporte de seus clientes (no valor de R\$ 5,00 por passageiro), o bar também estimula seus visitantes a subir de mototáxi, que de serviço básico dos moradores passa a ser mais um item do turismo que sobe o morro.

para um morador do Vidigal que, em menos de cinco anos depois, o revendeu para o atual proprietário por R\$ 180 mil.

¹²⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/bardalaje.rio/photos>. Acesso em 22 ago. 2016.

Figura 19 - "Vem viver essa experiência!!!!"



Fonte: Reprodução do Facebook¹²⁵

Com isso, o fluxo de visitantes na favela é cada vez maior, não apenas para fazer a famosa trilha do morro Dois Irmãos, mas em busca de toda uma gama de serviços que começam a surgir visando esse público de fora. Foi assim que um francês recém-chegado no Rio de Janeiro e em busca de um local para abrir um comércio na zona sul acabou na favela. Tendo em vista os preços muito altos dos imóveis, François¹²⁶ acabou alugando um ponto no início da av. João Goulart há três anos, onde hoje funciona um bar e temakeria. François ressalta a segurança do Vidigal e a vista para o mar como suas características mais atrativas, mas reconhece que parte dessa grande movimentação de turistas na favela se deve ao calendário de megaeventos esportivos que se encerra com os Jogos Olímpicos de 2016. Não à toa, François já faz planos de voltar à Europa.

A partir desses exemplos, fica evidente o papel central do empreendedorismo no marco do processo de urbanização neoliberal que se desenvolve no Rio de Janeiro, responsável por fazer da favela do Vidigal não apenas um ativo de valorização e atração de negócios para dentro da favela, mas por transformar a

¹²⁵

Disponível

em:

<https://www.facebook.com/bardalaje.rio/photos/a.1506279086273041.1073741829.143831423306952.7/1787864511447829/?type=3&theater>. Acesso em 10 ago. 2016.

¹²⁶ Depoimento dado à autora em 19 ju. 2016.

própria favela em uma mercadoria a ser consumida por um público até então alheio a ela.

Ainda, o empreendedorismo não está apenas nesses agentes do mercado de fora que passam a empreender a favela como negócio, mas na própria difusão dos valores de mercado entre os moradores do Vidigal, nesse sentido, ONGs e empresas, por meio de “ações sociais”, têm papel fundamental através da realização de cursos, palestras e oficinas voltadas para a formação de novos empreendedores na favela.

Exemplar desse tipo de prática, o grupo Favela Holding foi criado em 2013 com o objetivo de promover o “desenvolvimento das favelas e de seus moradores”. O Favela Holding reúne um conjunto de empresas de diversos segmentos que buscam incentivar e potencializar o empreendedorismo nas favelas por meio de parcerias entre comerciantes locais e grandes empresas. De acordo com o site do grupo, sua “visão é ser reconhecida como a maior criadora mundial de negócios nas favelas”.

Com sede em Madureira, zona norte do Rio de Janeiro, a formação do grupo é uma iniciativa de Celso Athayde, fundador da CUFA – Central Única de Favelas, que previa o investimento de R\$1,5 bilhão em projetos nas favelas cariocas até 2017. Dentre suas parcerias estão grandes empresas nacionais e internacionais, como a P&G, TIM, Tok&Stok, entre outras, e seu desejo é ver os projetos sendo replicados em outros Estados, sempre em territórios de favela ¹²⁷.

Uma pesquisa produzida pelo Instituto Data Popular, em parceria com a CUFA – Central Única das Favelas, afirma que existiriam 3,8 milhões de pessoas com vontade de empreender nas favelas brasileiras¹²⁸. Reflexo disso, segundo a Sebrae, o número de formalização de negócios dentro das favelas estaria em constante crescimento. Nas palavras do diretor presidente do Sebrae Nacional:

O empreendedorismo é a possibilidade de ascensão dessas pessoas. Há 10 anos, a ideia de estabilidade era ter um emprego público. Hoje, como a

¹²⁷ *Favela S/A*. Revista Isto É Dinheiro, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20130621/favela-s-a/142878.shtml>. Acesso em 1 set. 2016.

¹²⁸ *Pesquisa revela dados sobre empreendedorismo nas favelas*. iMasters, 4 mar. 2015. Disponível em: <http://imasters.com.br/noticia/pesquisa-revela-dados-sobre-empreendedorismo-nas-favelas/>. Acesso em 1 set. 2016.

maioria dessa população é mulher, ela prefere estar mais próxima da comunidade para também poder dar conta dos serviços da casa e dos filhos¹²⁹.

No Vidigal esse processo é notório, são muitos os moradores que atualmente se arriscam abrindo pequenos negócios. A dona do hostel VidigalHouse é um exemplo desse empreendedorismo local, a jovem moradora do Vidigal investiu todo seu dinheiro na adaptação de sua casa para hospedagem, como resultado, foi premiada pela Agência Estadual de Fomento (AgeRio) como empreendimento de sucesso em comunidades pacificadas¹³⁰. Não é a única – moradores do Vidigal têm se arriscado tanto nos negócios tradicionais, como a barraquinha de churrasco na entrada da favela, o quiosque na pracinha, salão de beleza, mas também em serviços até então inexistentes na região, como um spa e uma gráfica de arte e design¹³¹, reflexo de um público local também em transformação.

Todo esse processo de mudanças no Vidigal vem, em boa medida, apoiado em um processo de ressignificação simbólica – parcial – do próprio termo ‘favela’. Parcial porque a descaracterização de algumas favelas enquanto território popular seria fundamental para transformar esses territórios em uma mercadoria de consumo para classes mais altas, ao mesmo tempo em que as distancia dos demais territórios de favelas, que continuam sendo estigmatizados como locais de pobreza e violência.

Assim, territórios de favelas começam a fazer parte do cenário das novelas da maior emissora de televisão do país. Em poucos anos, foram incontáveis gravações de filmes, séries e novelas que usaram favelas como cenário, tanto assim que, no início de 2015, estreava a novela “Babilônia”¹³², em referência a favela carioca situada no bairro do Leme, zona sul da cidade.

A imprensa tem um papel fundamental nesse processo. Aliada aos setores econômicos e políticos responsáveis pela reestruturação urbana da cidade, ela cumpre o papel de difundir o imaginário da ‘favela’ *cool*, point dos jovens cariocas de classe média e alta, além de compor mais um ponto na rota turística carioca. Nesse

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Disponível em: <http://www.agerio.com.br/index.php/br/portal-pld/161-01-11-14>. Acesso em 2 set. 2016.

¹³¹ *Empreendedores de UPPs levam bistrô e spa a comunidades do Rio*. Jornal Extra, 8 dez. 2013. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/economia/empreendedores-de-upps-levam-bistro-spa-comunidades-do-rio-11001224.html>. Acesso em 2 set. 2016.

¹³² <http://gshow.globo.com/novelas/babilonia/>. Acesso em 30 jun. 2016.

sentido, as novelas do horário nobre surgem como importantes porta-vozes desse movimento: “A novela de Manoel Carlos se inspirou numa tendência de jovens de classe média alta, muitos moradores da zona sul carioca, que passaram a realizar festas da moda nas comunidades pacificadas como Vidigal e Morro Dona Marta”¹³³.

O termo ‘favela’ e ‘Vidigal’ também começam a aparecer em nomes de festas e marcas de roupa voltadas para grupos de maior poder aquisitivo, como mais uma evidência do processo de ressignificação simbólica em curso, fundamental para a própria concretização das transformações socioespaciais implementadas na favela.

Figura 20 - Anúncio da marca Osklen: T-Shirt ‘Favela’ – R\$ 89

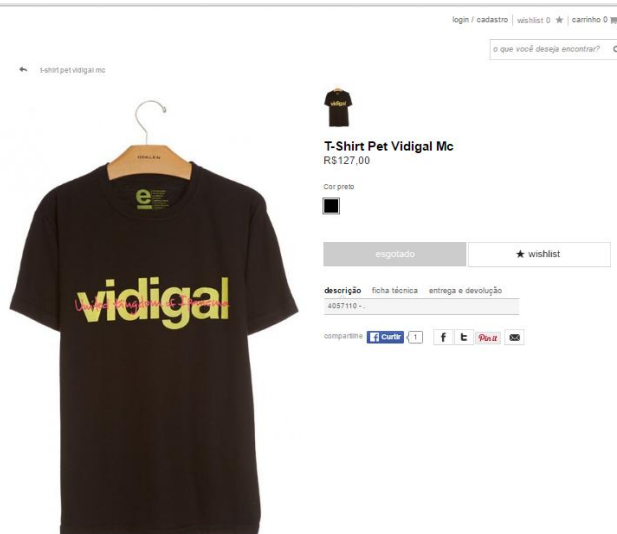


Fonte: Reprodução / Internet¹³⁴

¹³³ Acostumados com famosos, moradores do Vidigal criticam gravações de novela. Portal UOL, 15 abr. 2014. Disponível em: <http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/15/acostumados-com-famosos-moradores-do-vidigal-criticam-gravacoes-de-novela.htm>. Acesso em 30 jun. 2016.

¹³⁴ ‘Favela’: camiseta da Osklen vira polêmica na internet. LeiaJa, 29 dez. 2015. Disponível em: <http://www.leiaja.com/cultura/2015/12/29/favela-camiseta-da-osklen-vira-polemica-na-internet/>. Acesso em 4 jun. 2016. As camisetas não estão mais à venda no site da loja.

Figura 21 - Anúncio da marca Osklen: T-Shirt 'Vidigal' - R\$ 127



Fonte: Reprodução / Internet¹³⁵

No entanto, todo esse processo é atravessado por conflitos e disputas que também impactam as dinâmicas na favela. Para André Gosi¹³⁶, se, por um lado, o turismo tem o lado positivo de melhorar a renda de toda a comunidade, trazendo informação e conhecimento, por outro, ele teria como consequência a perda da identidade: “perdemos o carnaval, a música, algumas pessoas são expulsas, o Vidigal tá sofrendo com isso, algumas pessoas não resistem”. E emenda: “Não sou a favor da gentrificação, gostaria que a comunidade ficasse um pouco mais, obviamente que a cidade vive em constante em movimento, hoje a gente passa por um movimento”¹³⁷.

Da mesma forma que André, acreditamos que as transformações vividas pelo Vidigal ainda estão em curso, passíveis de mudanças e influências de variáveis que não estão totalmente sob o controle do Estado, ou mesmo do mercado que aposta alto na mercantilização desse território. Mudanças de governo, crises econômicas e a volta de narrativas que focalizam a violência urbana, entre outros conflitos urbanos, podem ser fatores de enfraquecimento desse projeto ainda em disputa.

¹³⁵ Disponível em: <http://store.osklen.com/t-shirt-pet-vidigal-mc.html>. Acesso em 4 jun. 2016.

¹³⁶ Depoimento dado à autora em 18 mar. 2016.

¹³⁷ Idem.

Ao longo desse capítulo buscamos identificar e refletir a cerca dos principais elementos que constituem as transformações socioespaciais em curso na favela do Vidigal. A partir do referencial teórico discutido ao longo do trabalho, voltamos o olhar para as dinâmicas que atravessam esse território através do trabalho de campo, que consistiu em visitas semanais à favela ao longo de seis meses, tanto para entrevistas quanto para a observação participante.

Dessa forma, a discussão girou em torno daquilo que entendemos como sendo os vetores fundamentais dessa transformação: a renovação urbana do Vidigal, as disputas e mudanças na gestão do território, possíveis alterações e manipulações dos instrumentos de regulação e, por fim, a dimensão simbólica. O objetivo era interpelar a teoria sobre a urbanização neoliberal a partir da prática, da experiência cotidiana por meio da qual essas mudanças são vividas e materializadas.

A partir dessa experiência, exposta ao longo do capítulo, podemos afirmar que, dentre os aspectos que caracterizam a urbanização neoliberal, a dimensão simbólica é a mais evidente na favela do Vidigal, ou seja, no processo de aprofundamento da mercantilização desse território popular, a ressignificação simbólica é a transformação mais forte.

Essa transformação atua de forma a ressignificar a precariedade do território de forma a fazê-la compor a totalidade da experiência que se vende para fora – não basta ir ao bar na favela, é preciso subir de mototáxi, passar pelas vielas e ver as casas do alto da sacada do hotel. Ainda, há uma ressignificação, parcial, como vimos, do próprio termo ‘favela’, de forma a distanciar as favelas que interessam ao mercado dos demais territórios favelados, esses sim, locais de violência e criminalidade.

Esse é um processo que se desenvolve de uma maneira particular na favela do Vidigal, impulsionado por sua localização e características particulares que facilitam a apropriação do seu território por agentes do mercado de fora da favela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2016, o Rio de Janeiro encerrou um ciclo de quase dez anos recepcionando megaeventos, um período marcado por enormes transformações no tecido urbano da cidade que impactaram de diferentes formas a vida dos cariocas, especialmente das classes mais pobres.

Desde 2009, foram mais de 22 mil famílias removidas de suas casas e pelo menos 15 comunidades completamente apagadas do mapa, em uma verdadeira política de realocação dos pobres na cidade (COMITÊ POPULAR..., 2015). Aqui, ficou evidente o ataque a territórios populares localizados em áreas valorizadas ou de expansão do mercado imobiliário. A chave de leitura do processo estava óbvia, era a remoção, ou seja, o próprio Estado assumiu o papel de expropriador dessas famílias, limpando as áreas que passavam a ser apropriadas pelo mercado que se reproduz na (re)construção do espaço urbano.

É nesse contexto que se insere a motivação desse trabalho, mas de uma outra perspectiva. Em um processo de reorganização do território da cidade, em que a classe trabalhadora perdia porções de terras centrais para o capital, a reflexão em torno dessas disputas acabou dando maior enfoque à luta contra a remoção. Não à toa. Contudo, algumas favelas da zona sul pareciam viver processos distintos, mesmo quando a ameaça da remoção estava presente, como aconteceu nas favelas Santa Marta, Estradinha, Babilônia e Vidigal, ela vinha acompanhada de outras estratégias de apropriação por agentes do mercado, notadamente, através do aprofundamento da mercantilização desses territórios, com a difusão dos valores de mercado entre a população. Ou seja, o avanço do mercado formal e os impactos de sua ofensiva nesses territórios começou a nos chamar atenção.

Entendendo o Vidigal como o caso mais exemplar desse movimento do mercado rumo a determinadas favelas, foi preciso voltar um pouco atrás e retomar a própria construção do espaço urbano carioca e os caminhos através dos quais as favelas foram sendo formadas e consolidadas, especialmente as particularidades que marcaram a história daquelas que emergiram em meio a região mais valorizada da cidade, à beira da praia, construída, desde o início, para abrigar as classes mais altas da sociedade.

Os padrões de atuação do poder público nas favelas cariocas também mudaram muito ao longo do tempo e suas alterações foram marcando esses territórios de distintas maneiras. Para os moradores do Vidigal, dois momentos são fundamentais para a compreensão de sua história – a tentativa de remoção em 1977, que acabou frustrada graças à organização dos moradores e o apoio de artistas e intelectuais de fora do morro; e o crescimento do tráfico de drogas ilícitas, ainda no fim da década de 1980, e a onda de violência da qual ele vem acompanhado.

Recuperar as narrativas hegemônicas que marcaram as favelas como locais de violência e criminalidade foi essencial para compreender o surgimento da UPP como a grande solução para a segurança pública carioca no contexto dos megaeventos esportivos. Quando os olhos do mundo se voltaram para cá, o governo do Estado estava “retomando” territórios até então comandados por facções criminosas – era a inauguração de uma nova era na cidade, agora “pacificada”, pronta para receber turistas do mundo todo.

Distribuídas de forma bem seletiva pela cidade, as UPPs cumprem diferentes papéis nas favelas em que estão situadas. No caso do Vidigal, ela garantiu a segurança necessária para que novos atores se instalassem na favela mais balada da cidade, em busca de sua vista exuberante aliada a uma localização privilegiada: bares, restaurantes, hostels, casas de festas, atores e atrizes, nacionais e internacionais – todo mundo começou a subir o morro.

O mercado imobiliário é outro entusiasta do programa de pacificação, uma vez que as instalações das UPPs tiveram como consequência a imediata valorização dos imóveis de seu entorno. Sob a urbanização neoliberal, a relação entre segurança e mercado se dá de maneira orgânica.

Os impactos desse processo começaram a ser sentidos tanto na transformação física do território, com novas construções e reformas – permitidas através das brechas deixadas por um decreto de uso e ocupação do solo que regula para alguns, mas libera para outros – quanto no aumento dos preços na favela, desde o valor do imóvel aos produtos no mercadinho, são muitas as histórias de antigos moradores que se mudaram por não conseguir mais se sustentar ali.

Contudo, a dimensão simbólica parece ser o elemento central desse processo, a base que tem legitimado e impulsionado todas as transformações materializadas no território. As narrativas da violência dão lugar aos discursos que colocam as favelas – ou pelo menos parte delas – como lugares atrativos para turistas e cariocas “descolados”, mas também para novos empreendedores. Em torno do apelo da localização e da vista para o mar, combinada com o histórico cultural da boemia, vai se transformando a precariedade da favela, de suas ruas e formas de locomoção, de suas casas e sua própria cultura em uma experiência a ser consumida – quase todo final de semana tem festa com samba ou funk na laje, com ingressos variando entre R\$ 80,00 e R\$ 100,00.

De maneira geral, a hipótese de um processo que aponta para a descaracterização do Vidigal enquanto um território popular está ancorada nesses elementos, descritos de maneira mais rigorosa ao longo do trabalho. As aceleradas mudanças que a favela vem vivenciando sinalizam o processo de elitização do território por meio do aprofundamento de sua mercantilização, hipótese que faria ainda mais sentido se olharmos para as dinâmicas que perpassam a cidade como um todo, no qual as áreas de interesse do mercado, com potencial de valorização, passaram a receber grandes investimentos e intervenções, de modo a efetivar esse potencial. No caso do Vidigal, seu território pode ser lido como uma lacuna em meio a uma área altamente valorizada, logo, como uma área de expansão para o mercado.

No entanto, como já ressaltamos algumas vezes, esse é um processo ainda em curso e em disputa. Desde a instalação da UPP, novos conflitos passaram a emergir na favela, seja pelo incômodo com uma nova vizinhança, acusada de fazer subir os preços, ou no exercício cotidiano de pegar um mototáxi e perdê-lo para um turista, no barulho dos visitantes aos finais de semana, na sujeira deixada pelas festas – daí surgem novos campos de disputas e diferentes reivindicações, que chamam atenção para a identidade, cultura local, para os “crias” da favela e seus códigos. Há um movimento de retomada da história da favela, a lembrança dos anos de “guerra”, em que nenhum desses que hoje sobem e se instalam na favela aguentariam viver.

Atualmente, os moradores discutem gentrificação e “remoção branca”, questionam as intenções dos novos empreendedores, cobram um retorno para a comunidade, ou seja, existe uma disputa pelo sentido dessas transformações. É quase unanimidade o reconhecimento de que a UPP retirou o porte de armas ostensivo da rua, que o aumento no fluxo de visitantes traz mais renda para a favela, permitindo que novos comércios sejam abertos por moradores, no entanto, também conseguem ver os impactos negativos dessas transformações e, em suas experiências cotidianas, estão disputando seu sentido.

Contudo, essas disputas internas não são os únicos elementos capazes de barrar, ou enfraquecer, essa nova rodada de mercantilização do território. Existem outros dois fatores que devem ser levados em consideração e que podem funcionar como verdadeiras barreiras à ofensiva do mercado formal para dentro da favela: a pobreza persistente e a violência urbana.

Se, de um lado, as alterações no ambiente físico da favela vão se materializando, principalmente, na avenida principal e na área do Arvrão, basta entrar um pouco mais para ser perder nas vielas adensadas do Vidigal, com terrenos servindo como depósitos de lixo, cachorros correndo entre galinhas e casas mais precárias. A parte mais “atrativa” do Vidigal é, na verdade, uma pequena porção do seu território, no mais, o Vidigal ainda é, caracteristicamente, um território popular.

A permanência da pobreza, mesmo que fetichizada por um mercado que tentar fazer dela parte do “combo” de experiências na favela, pode se constituir em uma barreira ao processo de elitização do território. A questão aqui é: até que ponto é possível ressignificá-la?

Além disso, como ressaltado anteriormente, a própria permanência de problemas estruturais, como a questão da mobilidade, se constitui em outro empecilho ao pleno desenvolvimento do mercado. A acessibilidade restrita a uma única via já se mostra insuficiente para atender o número de pessoas e mercadorias que circulam pela favela atualmente, são constantes os problemas e congestionamentos na avenida João Goulart. Ainda, o pouco número de vagas e o transporte restrito aos mototáxis e kombis também podem se tornar uma dificuldade para um número crescente de visitantes.

Por fim, há de se considerar a violência, ou ao menos a volta de sua narrativa hegemônica como um elemento enfraquecedor desse processo. Como citado anteriormente, as UPPs já vêm enfrentando problemas e resistências há alguns anos. No entanto, ao contrário do esperado, mesmo antes da realização dos Jogos Olímpicos trocas de tiros voltaram a acontecer com certa frequência em muitas das favelas ocupadas pela UPP, inclusive na zona sul. Ainda em 2015 a disputa com o tráfico de drogas pelo domínio do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho voltou a se fortalecer¹³⁸ e, em 2016, os tiroteios se intensificaram na favela da Babilônia e Chapéu-Mangueira¹³⁹.

A volta dos discursos em torno da violência nas favelas não prejudica apenas os novos processos de elitização desse território, mas atinge, novamente, a valorização dos imóveis do entorno. Atualmente, é comum ouvir de moradores receios e boatos sobre o fim do projeto depois dos Jogos Olímpicos, uma possibilidade que aparece ainda mais palpável frente à crise econômica do governo do Estado, que decretou “estado de calamidade pública” em março de 2016¹⁴⁰.

Mais uma vez, é importante ressaltar – trata-se de um processo em curso que vai depender da correlação de forças dos atores envolvidos. Atualmente, o território do Vidigal está sendo disputado como uma nova fronteira de expansão para o mercado formal que, através da ressignificação da favela, de seu território e de suas próprias particularidades, tenta abrir uma nova frente na qual a favela emerge como mercado e mercadoria.

A resistência vai se conformando nos botecos, nos mercadinhos improvisados, no adensamento de casas, no som alto dos vizinhos, na confusão do trânsito. A resistência estará nos limites do próprio processo de ressignificação da

¹³⁸ *Moradores do Cantagalo fecham rua de Ipanema após tiroteio.* Diário do Sudoeste, 8 abr. 2015. Disponível em: <http://www.diariodosudoeste.com.br/brasil/2015/04/moradores-do-cantagalo-fecham-rua-de-ipanema-apos-tiroteio/1355287/>. Acesso em 2 set. 2016. *Tiroteio em Ipanema assusta moradores e comerciantes.* Estadão Online, 25 mai. 2015. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,tiroteio-em-ipanema-assusta-moradores-e-comerciantes,1693441>. Acesso em 2 set. 2016.

¹³⁹ *Tiroteio na Babilônia, Rio, deixa um morador ferido.* Portal G1, 18 mar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/tiroteio-no-morro-da-babilonia-rio-deixa-um-morador-ferido.html>. Acesso em 2 set. 2016. *Tiroteio assusta moradores da Babilônia, na zona sul do Rio.* O Globo Online, 23 mar. 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/tiroteio-assusta-moradores-do-morro-da-babilonia-na-zona-sul-do-rio-18944089>. Acesso em 2 set. 2016.

¹⁴⁰ *Rio decreta estado de calamidade pública devido à crise financeira.* Agência Brasil, 17 jun. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/rio-decreta-estado-de-calamidade-publica-devido-crise-financeira>. Acesso em 2 set. 2016.

precariedade que ainda marca as favelas cariocas, inclusive o Vidigal. Também está no protagonismo dos moradores que começam a discutir sobre essas transformações e assumir as rédeas desse “desenvolvimento”, exercendo na prática suas reivindicações pelo direito à cidade.

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. (HARVEY, 2014, p.30)

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

BRUM, Mário. *Despertar e incentivar: A Pastoral de Favelas e o movimento comunitário de favelas cariocas na Redemocratização*. In: Revista Cantareira – Revista Eletrônica de História, vol. 2, nº 3, Ano 3, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e09a11.pdf>> Acesso em 28 set. 2015.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Zauar, Alba; Alvito, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CAMPOS, Andrelino. *Do quilombo à favela. A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COMITÊ POPULA DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO. *Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro – Olimpíada Rio 2016: Os Jogos da Exclusão*, 2015. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2016/03/dossiecomiterio2015.pdf>. Acesso em 2 set. 2016.

CICALO, André; VASSALLO, Simone. *Por onde os Africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro*. In: Horizontes Antropológicos. Ano 21, n. 43, jan/jun 2015, pp. 239-271. Porto Alegre.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. *Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela*. In: DILEMAS – Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social. Vol. 4, n. 3, jul/ago/set 2011, pp. 371-401.

FIX, Mariana. *A “fórmula mágica” da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo*. In: Revista Cadernos de Urbanismo, ano 1, nº 3. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000.

FREEMAN, James. *Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro*. In: REU, Sorocaba, SP. Vol. 38, nº 1, jun 2012, pp. 95-126.

GOMES, Luiz Claudio Moreira. *Parques Proletários: uma questão além da política habitacional*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 13, 2009. Florianópolis. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3024/2959>> Acesso em 19 out. 2015.

GONÇALVES, Rafael. *Favelas do Rio de Janeiro. História e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Editora PUC-Rio, 2013.

HACKWORTH, Jason; SMITH, Neil. *The changing state of gentrification*. In: Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie, vol. 22, pp. 464-477, 2001.

HAESBAERT, Rogério. “Concepções de território para entender a desterritorialização”. In: SANTOS, Milton; et al. (Orgs). *Território territórios*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB. 2002.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec. 1980

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Cidades rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

JANOSCHKA, Michel; SEQUERA, Jorge; SALINAS, Luis. *Gentrification in Spain and Latin America – a Critical Dialogue*. In: International Journal of Urban and Regional Research, vol. 38, jul. 2013.

LEITE, Marcia. “De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de “pacificação”.” In: BIRMAN, Patricia;

LEITE, Marcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra (Orgs). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

LEITÃO, Gerônimo; BARBOZA, Silvia; DELECAVE, Jonas. “Projeto Mutirão, Programas Favela-Bairro e Morar Carioca: três décadas de urbanização de favelas na cidade do Rio de Janeiro”. In: PEIXOTO, Elaine Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs). *Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Brasília, DF: Universidade de Brasília – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/projeto-mutirao-programas-favela-bairro-e-morar-carioca-tres-decadas-urbanizacao-favelas-na>>. Acesso em 20 out. 2015.

MISSE, Michel. *Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades*. In: Revista de Sociologia e Política, vol. 19, n. 40, out. 2011. Curitiba. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n40/03.pdf>>. Acesso em 27 jan. 2016.

MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NUNES, Edson (2007). *A Gramática Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

NOVAES, Patrícia; SANTOS JUNIOR, Orlando. *Rio de Janeiro: Impactos territoriais e o ajuste espacial na cidade olímpica*. In: E-metropolis, Rio de Janeiro, n. 25, ano 7, jun. 2016.

PEREIRA, Álvaro. *A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis*. In: Caderno Metrôpoles, São Paulo, vol. 16, n. 32, nov. 2014.

VALLADARES, Lícia. *A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Governança Empreendedorista: a modernização neoliberal. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, pp. 453-483, 2015.

SMITH, Neil. *Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano*. In: GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 21, pp. 15 – 31, 2007.

_____. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global*. In: Bidou-Zachariasen, C. (ed), “De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de << revitalização >> dos centros urbanos”. São Paulo: Annablume, 2006.

ROLNIK, Raquel. *Regulação urbanística no Brasil: conquistas e desafios de um modelo em construção*. In. Anais do Seminário Internacional: Gestão da terra urbana e habitação de interesse social, PUC-CAMP. Campinas, 2000.

TEPEDINO, Cristina. O Vidigal no contexto das favelas do Rio de Janeiro. In: _____. *Cotidiano escolar e mudança sociocultural: a experiência do Colégio Stella Maris*. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. Cap 4.

THEODORE, Nik; PECK, Jamie; BRENNER, Neil. *Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercado*. Temas Sociales No. 66, Santiago de Chile. Marzo de 2009.